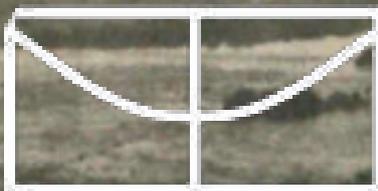


**Entre o nacional e o regional:
imaginação espacial e sentidos da
interiorização da capital do Brasil
(1917-1955)**

Matheus Rosa



**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Dissertação de Mestrado**



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História- PPGHIS

MATHEUS DE ARAUJO MARTINS ROSA

Entre o nacional e o regional: imaginação espacial e sentidos da interiorização da capital do Brasil (1917-1955)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como parte do requisito à obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Derntl

Linha de Pesquisa: História Social e suas múltiplas formas

Brasília, dezembro de 2023

Entre o nacional e o regional: imaginação espacial e sentidos da interiorização da capital do Brasil (1917-1955)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como parte do requisito à obtenção do título de Mestre em História

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról (PPGHIS/UnB) - Presidente

Profª. Dra. Vânia Maria Losada Moreira (Professora Visitante - HIS/UnB)

Prof. Dr. Renato Leão Rego (PPG-DAU/UEM)

Brasília, 08 de dezembro de 2023

Ao meu avô Raul, in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Como é de praxe, muitas são as pessoas que cruzam o nosso caminho, dividindo conosco as dores e as delícias de viver. Correndo o risco de ser injusto e esquecer alguém (ou “alguéns”), aqui vão alguns calorosos agradecimentos.

Primeiramente, aos meus pais, Ulisses e Sandra, e à minha irmã, Sofia, por todo o amor e compreensão pelas horas de ausência. Sem vocês, nada teria sido possível na minha vida. Estendo esse reconhecimento a todos os meus familiares, os que vivem e os que já se foram: vocês são a minha base.

Ao meu orientador, Luiz Paulo, e à minha co-orientadora, Maria Fernanda, por todo o auxílio prestado, todas as conversas inspiradoras, a enorme paciência com o processo de confecção desta dissertação e, sobretudo, pela irrestrita generosidade intelectual e acolhimento que demonstraram durante todo o percurso. Minha gratidão não tem tamanho.

À queridíssima amiga Ingrid, pelas dicas preciosas e pela escuta empática e carinhosa. Este trabalho não teria saído da minha cabeça não fosse por sua ajuda.

Agradeço também, de coração, aos amigos Gustavo, Matheus, Vinícius, Bernardo, Marco Aurélio, Amanda, Ana Cláudia, Danilo, Késsia, Paula e Rodrigo, por todos os desabafos, risadas, memes e cervejas divididas; desde já, desculpo-me pela ausência e eventuais mensagens não respondidas.

A todos os colegas do grupo de pesquisa Capital e Periferia, pelos diálogos fecundos e pela rica troca de ideias em nossas reuniões, deixando, em particular, um agradecimento especial a Nádia e Chico.

Deixo também meu agradecimento a meus caros colegas do Tribunal de Justiça, pela paciência e compreensão nestes anos de pesquisa.

Por fim, um amplo e cordial reconhecimento aos demais colegas, docentes e servidores técnicos da Universidade de Brasília, em especial do Departamento de História, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e da Biblioteca Central. Sem educação pública, gratuita e de qualidade, não há vida humana digna possível.

ÍNDICE

RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	9
PARTE I	13
CAPÍTULO 1: A OCUPAÇÃO DO CENTRO-OESTE E OS PROJETOS DE TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL – SENDAS TEÓRICO-CONCEITUAIS	13
<i>A construção da nacionalidade entre o central e o local</i>	<i>14</i>
<i>Brasília e o contexto nacional: diferentes interpretações</i>	<i>16</i>
<i>Imaginação espacial e transferência da capital</i>	<i>26</i>
PARTE II – INTEGRAÇÃO NACIONAL E METAMORFOSES TERRITORIAIS: COMISSÕES TÉCNICAS FEDERAIS E DIFERENTES LEITURAS SOBRE A INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL FEDERAL	38
CAPÍTULO 2 – COMISSÃO POLLI COELHO: O DISTRITO FEDERAL EM DIFERENTES CONCEPÇÕES E LUGARES	47
<i>O voto de Djalma Polli Coelho</i>	<i>49</i>
<i>Os votos dos demais membros da CELNCB</i>	<i>68</i>
<i>Uma capital federal no Pontal do Triângulo Mineiro: a visão de Lucas Lopes</i>	<i>86</i>
CAPÍTULO 3 – DEFININDO O DISTRITO FEDERAL: A COMISSÃO JOSÉ PESSOA.....	102
<i>Perspectivas sobre o DF presentes no relatório da CLNCF</i>	<i>108</i>
<i>Espaço, posição, colonização: as considerações territoriais presentes na CLNCF</i>	<i>113</i>

PARTE III – ELITES POLÍTICAS GOIANAS E APROPRIAÇÕES DO DISCURSO MUDANCISTA 118

CAPÍTULO 4 – A DEFESA DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL NA REVISTA A INFORMAÇÃO GOYANA 118

Diagnóstico e prognóstico: entraves e possibilidades para o estado de Goiás segundo A Informação Goyana122

Agricultura, pecuária, extrativismo: potenciais de exploração de recursos naturais 127

Ypiranga, “capital sertaneja, administrativa, central”: apropriações locais do discurso mudancista 131

EPÍLOGO: ENTRE O NACIONAL E O LOCAL – NOTAS SOBRE MEDIADORES POLÍTICOS E DISCURSOS MUDANCISTAS 136

Desenvolvimento “aéreo” ou pragmático? Algumas considerações sobre a visão de Jeronymo Coimbra Bueno.....138

Uma capital para o mundo rural: Jales Machado e sua visão conservadora143

“Penetrando êsse vastíssimo e rarefeito arquipélago...”: a proposta de José Peixoto da Silveira145

Encaminhamentos finais148

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS152

RESUMO

A dissertação propõe-se a discutir os projetos concernentes à interiorização da capital do Brasil na primeira metade do século XX, analisando-os sob a ótica da relação entre cada projeto com diferentes ideias a respeito dos rumos e significados do desenvolvimento econômico brasileiro e seus respectivos desdobramentos nos padrões de ocupação territorial - tanto econômica quanto demográfica - nas diferentes regiões do País. Mais especificamente, o trabalho discute as formas pensadas para a incorporação do Centro-Oeste à fronteira econômica em expansão a partir de dois pontos de vista: o das comissões técnicas federais formadas entre as décadas de 1940 e 1950 (a saber, denominadas *Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil* e *Comissão de Localização da Nova Capital Federal*) e o da elite político-intelectual goiana, cujas opiniões e propostas expressavam-se em periódicos como *A Informação Goyana*, que circulou entre 1917 e 1935, além de discursos e memoriais produzidos nas décadas supracitadas. Desse modo, observou-se que a correlação entre o ideário mudancista (a defesa da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para algum ponto no interior do País) e as ideias de “integração nacional” - ou seja, as formas de desenvolvimento pensadas para distintas partes do território nacional - mostrou-se mais complexa e plural do que o processo de crescimento econômico efetivamente posto em prática no período, conhecido como *desenvolvimentismo*, parece supor. Destarte, pretendemos contribuir para a melhor compreensão das mudanças socioeconômicas do momento em estudo à luz dos tensionamentos entre diferentes concepções do desenvolvimento em debate.

PALAVRAS-CHAVE: mudança da capital; desenvolvimento; território; Centro-Oeste

ABSTRACT

The present thesis aims to debate the projects regarding the change of the Brazilian federal capital's location during the first half of the 20th century, analyzing each project from the perspective of correlation between different ideas about the possibilities and meanings of Brazilian economic development and, subsequently, its economic and demographic outspreads across the country's different regions. More precisely, this work discusses the ways in which the incorporation of Brazil's central-western states to the economic frontier were conceived by two groups: the Brazilian federal commissions in charge of the studies concerning the viability of moving the capital city from Rio de Janeiro - the *Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil* and the *Comissão de Localização da Nova Capital Federal* (CELNCB and CLNCF in Portuguese, respectively) - and the political and intellectual elite of the state of Goiás, which expressed its views through the press - such as the *A Informação Goyana* magazine, published between 1917 and 1935 - in addition of discourses and political statements from that period. We observed that the linkage between the defense of the transfer of the capital and ideas of "national integration" - that is, the conceived ways of development for different parts of the national territory -, designated as *desenvolvimentismo* (or "developmentalism"), was more complex than it was supposed to be. Therefore, our goal is to contribute to a better understanding of the socioeconomic changes at the time under study in light of the tensions between different conceptions of development at issue.

KEY WORDS: capital change; development; territory; Central-West

INTRODUÇÃO

Para que serve um território vazio? Com essa pergunta em mente, pode-se questionar, a princípio, o que se define por “vazio”. Com cerca de 16 milhões de habitantes, perfazendo aproximadamente 8% da população total do Brasil,¹ a região Centro-Oeste, malgrado o forte crescimento demográfico que vem experimentando nos últimos anos, ainda pode ser considerada “pouco populosa” se contrastada com os grandes centros urbanos da faixa distante até 300 km do litoral brasileiro. Para efeitos de comparação, toda a região possui uma população menor do que a Grande São Paulo, estimada em quase 22 milhões de habitantes.² No entanto, tal constatação não causa espécie ou suscita debates sobre possíveis medidas para sua alteração ou mitigação. Em outras palavras, tem-se como *normal* a distribuição demográfica brasileira contemporânea, sendo o desequilíbrio mais tomado num lado crítico na medida em que se denunciam as mazelas das péssimas condições de vida que encontram as populações periféricas instaladas nesses grandes centros litorâneos.

Entretanto, nem sempre essa constatação passou despercebida. Em especial na primeira metade do século XX, período no qual aprofundaram-se as contradições sociais em decorrência do processo de urbanização, êxodo rural e industrialização, o modelo político liberal da Primeira República, calcado no pacto oligárquico e numa população largamente baseada no meio rural, começa a ser progressivamente questionado. Em comum, as diversas medidas políticas e econômicas defendidas pelos agentes sociais emergentes nas primeiras décadas do século passado tinham como norte a maior interferência do Estado no arbitramento dos conflitos sociais e na condução das diretrizes econômicas. Dentro desse contexto, uma questão aparece, senão uma solução definitiva dos desequilíbrios econômicos e seus desdobramentos sociais e políticos, ao menos enquanto um encaminhamento rumo a novas oportunidades para grande parte do País a qual permanecia de fora das principais conquistas – e também das contradições – inerentes ao processo de modernização brasileiro. Tal questão era a transferência da capital federal do Rio de Janeiro, sede dos poderes desde os idos coloniais (1769), para algum ponto no interior brasileiro.

¹ Informações obtidas em: <https://opopular.com.br/cidades/censo-ibge-populac-o-do-centro-oeste-e-a-que-mais-cresce-no-brasil-1.3042875>. Acesso em: 24/11/2023.

² Informações obtidas em: <https://jornal.unesp.br/2023/01/30/previa-do-censo-de-2022-mostra-que-desde-2010-populacao-da-grande-sp-ga-nhou-2-milhoes-de-habitantes/>. Acesso em: 24/11/2023.

Feitas essas considerações, e tendo em vista a interessantíssima historiografia a respeito dos diferentes projetos concernentes à mudança da capital, inquietou-nos a ausência de maiores considerações acerca da relação que tal medida teria com as diferentes saídas pensadas para os desafios encontrados no processo de entrada do Brasil no século XX. Isso porque, se a “operação Brasília”, símbolo maior do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), foi apresentada enquanto “meta-síntese” de um processo mais amplo de integração econômica e correção (ou, ao menos, atenuação) dos abismos regionais decorrentes da urbanização e industrialização desigualmente distribuídas pelo território, de que maneira a ideia da transferência da capital chegou ao ponto de ser considerada medida adequada para a satisfação dessas expectativas? Deixando de lado a perspectiva oficial e laudatória aos personagens e eventos que, de forma um tanto demiúrgica, teriam feito “florescer” a ideia da mudança da sede do poder nacional através de dois séculos – houve mesmo quem localizasse as origens de tal medida na Inconfidência Mineira –, propomos um olhar mais atento às relações entre política, economia e sociedade, admitindo as manifestações políticas em sua dimensão histórico-social, isto é, levando-as em consideração na condição de parâmetros interpretativos de uma dada realidade social (em especial, aquela posta pelos interesses de classe).

A presente dissertação, nesse sentido, propõe-se a refletir sobre algumas das formas em que foi discutida a interiorização da capital federal, mormente no que tange às suas relações com projetos mais amplos de reordenamento territorial, demográfico, econômico ou social. Com isso em mente, optamos por trabalhar tal discussão a partir de duas frentes: uma, mais relacionada aos circuitos técnicos e intelectuais e a qual produziu extensa (e pouco explorada) documentação em torno da discussão sobre a pertinência e oportunidade da mudança de sede do poder federal – mais especificamente, através de duas comissões encarregadas pelo Congresso Nacional e a Constituição Federal dos estudos técnicos que visavam auxiliar e munir o corpo político de argumentos em torno da mudança da capital; são elas: *Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil* (1946-1948) e a *Comissão de Localização da Nova Capital Federal* (1953-1955). Apesar da semelhança dos nomes, à primeira coube os estudos atinentes à localização do futuro Distrito Federal dentro do Planalto Central, consoante disposto no art. 3º da Constituição Federal de 1891, enquanto a segunda foi encarregada de, a partir dos estudos precedidos pela primeira, concluir o tamanho e localização final do Distrito Federal e da cidade-capital nele inserida.

A outra frente eleita foi o ponto de vista das elites político-intelectuais do estado de Goiás, local eleito, ao fim e ao cabo, para sediar a nova capital. Mais especialmente, buscamos proceder a uma leitura de artigos presentes no periódico *A Informação Goyana*, publicação que circulou entre os anos de 1917 e 1935 e que teve como objetivo divulgar, para a elite política federal e a burguesia dos principais centros de produção, as potencialidades econômicas do Brasil Central. Sendo a relação entre os goianos e o ideário de defesa da transferência da capital ainda pouco explorado, interessante seria investigar as formas pelas quais tal elite, ainda que em situação periférica vis-à-vis suas congêneres paulista, fluminense ou mesmo mineira, apropriar-se-ia de tal discurso, buscando convencer seus interlocutores da necessidade, economicidade e potencial político e econômico dessa medida.

Com isso, estruturamos o presente trabalho em três partes. A primeira, constituída por um capítulo introdutório, traz as questões supracitadas em maiores detalhes, contextualizando-as na historiografia pertinente, bem como levantando o aporte teórico-metodológico necessário à compreensão da problemática aqui suscitada. Destarte, conceitos como *imaginação espacial* ou *vias de desenvolvimento*, os quais aparecerão implícita ou explicitamente em diferentes momentos, são melhor delineados frente à discussão aqui encetada, bem como relativamente ao contexto historiográfico.

A segunda subdivide-se nos capítulos segundo e terceiro e trata das comissões técnicas acima aludidas. Analisando principalmente os relatórios finais produzidos por ambas as comissões, mas cotejando-os com outros documentos, como memoriais e opúsculos produzidos por seus membros, buscamos mostrar não somente o modo pelo qual a transferência da capital e suas relações com o conjunto dos problemas sociais e econômicos do País foram pensadas pela perspectiva oficial, ou seja, a voz expressa pelas resoluções finais. Ao revés, buscamos lançar luz a conflitos internos e visões discrepantes acerca do mesmo tema, divisão essa que, no caso da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, traduzir-se-ia em divisão de votos entre dois projetos assaz diferentes tanto em termos do tamanho do Distrito Federal projetado quanto em relação às funções pensadas para uma capital e para suas relações com o conjunto das forças econômicas e sociais existentes ou emergentes no período tratado.

A terceira parte, por seu turno, acrescenta a visão local, expressa através do periódico *A Informação Goyana*. Através da análise de matérias selecionadas a partir de temas mais estreitamente relacionados com a problemática aqui tratada, mas sem nos olvidar de situá-los

no panorama mais geral das discussões mais amiúde tratadas na revista, buscamos demonstrar de que forma a transferência da capital possuía o mister de encampar o maior conjunto possível de concepções a respeito dos papéis a serem exercidos pela nova capital no interior goiano, bem como suas repercussões práticas na produção do espaço econômico no estado de Goiás e no Centro-Oeste como um todo.

Por fim, temos um epílogo que busca amarrar ambas as linhas de análise procedidas nas partes anteriores; tal operação é feita através da leitura de três memoriais, produzidos por figuras que, oriundos de Goiás, transitavam tanto na esfera política mais local quanto entre os espaços mais estreitamente relacionados às discussões sobre a mudança da capital – sendo o Congresso Nacional o *locus* por excelência. Tal operação se justifica tendo em vista que, malgrado a separação aqui feita entre esferas “locais” e “nacionais”, essas dimensões frequentemente se entrecruzam e influenciam-se mutuamente, sendo, portanto, tal separação justificável mais por motivos práticos, relacionados às preocupações no âmbito da apresentação do tema, da discussão dos conteúdos específicos e da tessitura da narrativa.

Com isso, objetivamos contribuir para a melhor compreensão das nuances envolvidas no papel exercido pelos projetos de transferência da capital federal na discussão mais ampla, encetada entre diversos agentes sociais, a respeito dos diferentes rumos e significados das transformações políticas e econômicas pensadas para o Brasil ao longo das décadas tratadas. Em outras palavras, pensar a construção de Brasília – ou qualquer outro projeto com esse objetivo – é também pensar os modos pelos quais foram pensados diferentes caminhos futuros para o País, disputando-se *diferentes horizontes semânticos* para o desenvolvimento e para a inserção de regiões como a Centro-Oeste no concerto econômico e demográfico nacional. Acreditamos – e esse é o nosso ponto de partida – que as relações entre a construção de Brasília e o processo de ocupação do Centro-Oeste e a Amazônia, em especial aludindo às grandes teorias de desenvolvimento circulantes ao longo do século XX, ainda estão por ser melhor debatidas. Nesse âmbito, o presente trabalho é apenas um esforço incipiente na direção dessa compreensão; portanto, buscaremos suscitar mais dúvidas do que oferecer caminhos prontos.

PARTE I

CAPÍTULO 1: A OCUPAÇÃO DO CENTRO-OESTE E OS PROJETOS DE TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL – SENDAS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Um dos lugares-comuns nos estudos sobre a história de Brasília é situar a interiorização da capital federal em circuitos de pensamento social relativos à nação, ou mais especificamente ao problema da construção da nacionalidade. Que tal relação exista não há dúvidas - afinal, seja por meio de uma apologia ao “projeto Brasília” (SILVA, 1971; GICOVATE, 1959; VITOR, 1980; JOFFILY, 1977), à sua crítica no campo arquitetônico, urbanístico, político e simbólico (VESENTINI, 2020; HOLSTON, 1989), ou através de estudos mais recentes que o inserem enquanto síntese de disputas entre projetos de nação (MOREIRA, 1998; VIDAL, 2009), Brasília, ou qualquer outro nome que tenha sido sugerido para a nova capital na hinterlândia, nasce sob o signo indissociável da cidade-capital.

No entanto, uma capital não é apenas um conjunto de ideias *da* nação *para* a nação a partir de seus núcleos de poder mais consagrados – nomeadamente, o Rio de Janeiro. Menos ainda pode-se dizer que tais propostas apontam para um programa coeso e harmonioso. Se a ideia de mudança da capital representa uma certa “panaceia” para os problemas do país em momentos-chave de redefinição de seus rumos, como sugere Laurent Vidal (2009), interessante seria investigar os modos pelos quais as distintas possibilidades para o país em seu processo de inserção na modernidade – e, aqui, a transferência da capital é indicada como “um meio para muitos fins”, nos dizeres de Vânia Losada (1998) – circularam no território nacional, dialogando não apenas com demandas locais, mas também sofrendo reapropriações por ideias gestadas em diferentes meios.

Destarte, analisar os diferentes significados práticos, em termos das repercussões políticas, sociais, econômicas e territoriais da transferência da capital para o Planalto Central pensadas por uma elite econômico-social do Brasil Central³ entre 1917 (data do início das publicações de *A Informação Goyana*, principal periódico goiano a fazer a defesa da mudança da sede do poder federal) e 1955 (apresentação do relatório final da Comissão de

³ João Marcelo Ehlert Maia em seu livro *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central* aponta para a ausência de limites bem definidos para o tal “Brasil Central” e, portanto, para a área de atuação da Fundação Brasil Central. Para os fins desta pesquisa, o termo será empregado como sinônimo de Goiás, uma vez que, como se verá, ambas as palavras eram intercambiáveis nos discursos mudancistas, como no caso da revista *A Informação Goyana*. Os motivos para tal operação semântica são discutidos na obra de Maria de Araújo Nepomuceno (2003) e serão também abordados neste trabalho.

Localização da Nova Capital Federal, da qual trataremos mais adiante) vis-à-vis os debates em torno da construção da capital engendrados por membros dos circuitos técnico-militares ligados ao governo federal é o objetivo deste trabalho.

A construção da nacionalidade entre o central e o local

Há uma tendência, na historiografia, de conferir primazia à esfera federal (ou ao governo central, no caso do período imperial), como *centro* de elaboração e discussão de ideias a respeito dos rumos do país e da nacionalidade em construção, em contraponto às províncias ou estados (notadamente aqueles com menos influência no processo decisório, a exemplo de Goiás) atuando em atendimento a demandas e interesses locais. Outrossim, no caso dos diferentes projetos de interiorização da capital, enquanto parte desse debate de redefinição do pacto político, as ideias gestadas e discutidas no Congresso Nacional e em revistas e jornais dos grandes centros ganham espaço como uma *esfera pública* (HABERMAS, 2014) privilegiada aos olhos da historiografia, como nas diferentes propostas analisadas por Laurent Vidal (2009). Embora este autor discorra de maneira bastante minuciosa os diferentes projetos de capital ao longo de dois séculos, Vidal deixa de situar os próprios sujeitos locais – goianos e mineiros em disputa pela nova sede do poder federal – enquanto agentes desse processo, os tais “êmulos sertanejos” de que fala Luiz Ricardo Magalhães (2011). Estudos mais recentes, no entanto, vêm rediscutindo essa perspectiva.

A respeito do Brasil monárquico, Miriam Dolhnikoff (2005) e Maria de Fátima Silva Gouvêa (2008) chamam a atenção para a necessidade de olhar com mais atenção para o funcionamento político e institucional das províncias enquanto mecanismos de estabilidade e espaço importante de debates. No caso do Rio de Janeiro, estudado por Gouvêa, o declínio do café no Vale do Paraíba fluminense em favor de áreas do interior de São Paulo, como o lado paulista do Vale e, a partir da década 1870, o Oeste do estado, colocaram a questão da necessidade de redefinição econômica e reversão do processo de decadência política da elite fluminense.

No que concerne à Primeira República, sobretudo nas décadas iniciais, Cláudia Viscardi (2017) propõe um novo olhar sobre a política do período, complexificando a consagrada noção de situar a “Política dos Estados” enquanto mecanismo primordial de

estabilidade política entre as diversas oligarquias regionais, demonstrando a necessidade de análises para além da aparente hegemonia paulista e mineira e de conceber o sistema político enquanto operação em constante processo de disputa e redefinição de sentidos.

Não se coloca em xeque a presença de interesses mais ou menos estáveis e concretos que motivassem grande parte dos discursos e ações (ou inações) de líderes e oligarcas regionais, mas a suposta ausência de componentes de um certo ideário de nação em seu *métier* político. Se pudermos aplicar a certas figuras das elites locais o conceito de mediadores (BOTH, 2018), é-nos lícito pensar em um exercício de “tradução” entre a esfera central, detentora do poder *formal*, e as múltiplas esferas regionais e locais, nas quais operam-se redes *informais*, como querem estudos em sociologia (QUEIROZ, 1976) e antropologia (CHAVES, 2003) sobre o fenômeno do mandonismo local brasileiro.

Nesse sentido, enfatizamos a “fórmula” consagrada por Victor Nunes Leal (2012) a respeito do coronelismo. Daí decorre a possibilidade de capilaridade de certos elementos do ideário nacionalista, devidamente trasladados para a esfera local - isto é, sujeitos a reelaborações de acordo com mentalidades particulares -, a partir de espaços de troca e convivência, uma “esfera comum” de formação intelectual, como a Escola Militar da Praia Vermelha, as faculdades de Direito do Largo de São Francisco e de Olinda, ou ainda as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro (CARVALHO, 2011).

Em outras palavras, se o conjunto de interpretações a respeito do sistema político brasileiro teve importantes revisões em favor de uma concepção mais complexa envolvendo uma ampla e variada teia de relações institucionais, trajetórias individuais, entrada e atuação de novos setores, como as massas urbanas (DRAIBE, 2004) por que não operar da mesma forma pensando a questão da nacionalidade não somente num vetor único centro-periferia, mas numa relação complexa de retroalimentação, em que nacional e regional se relacionam mutuamente na construção desse ideário? Afinal de contas, como veremos nos próximos capítulos, nem sequer o “centro” pensaria de maneira uniforme as formas de integração nacional – e, particularmente no que nos interessa nesta discussão, as formas específicas de integração do Centro-Oeste, a tal expansão da fronteira interna tanto repetida nos discursos de Getúlio Vargas no contexto da Marcha para o Oeste, por exemplo (CANCELI, 2017).

Na historiografia do pensamento social brasileiro, em especial aquele da primeira metade do século XX, período especial na redefinição dos rumos desse debate, há uma profusão de fontes como discursos parlamentares, memoriais, livros e artigos de jornais e

revistas, mormente produzidos nos grandes centros, SP e RJ, sendo pouco estudadas as recepções e reelaborações desse discurso sobre o nacional no âmbito regional – e, talvez menos ainda, as possíveis formulações de discursos nacionais a partir de visões regionais. Embora as supramencionadas obras de Nísia Lima (2013), Candice Vidal e Souza (2015) e João Ehlert Maia (2012) recuperem relatos de viajantes dos séculos XIX e XX, com descrições detalhadas dos núcleos urbanos, das lides no campo e de aspectos da cultura e mentalidade dos habitantes das zonas mais centrais do Brasil, os documentos expressam mais as visões *sobre* o regional do que visões propriamente regionais, mormente dado o caráter adventício de tais viajantes, como Couto de Magalhães, Luis D’Alincourt e José Martins Pereira de Alencastre.

A bem da verdade, deveríamos problematizar o conceito de “nacional”, sendo uma tarefa importante para as análises do período “regionalizar o nacional”, buscando situar interesses específicos - paulistas, mineiros ou fluminenses - na “agenda” do poder federal. Essa tarefa também será de suma importância para os propósitos deste trabalho, uma vez que, como se verá nos capítulos seguintes, a própria definição de “interesse nacional”, no que tange à interiorização da capital, encontra-se em disputa por diferentes atores.

Brasília e o contexto nacional: diferentes interpretações

No panorama da produção historiográfica sobre a mudança da capital, muito se discutiu sobre sua relação com a nacionalidade e os eventuais papéis e sentidos que esta poderia assumir com a transferência da capital para o interior ou com a sua permanência no litoral. Essas possibilidades estavam ligadas à perspectiva e às expectativas de cada autor acerca da construção da nova capital. Maria Fernanda Derntl (2021) recupera essas distintas vertentes historiográficas e busca situá-las em cinco abordagens: a de apologia à mudança da capital, predominante nas décadas iniciais da existência de Brasília; o seu contraponto crítico, realizado na esteira da abertura política pós-ditadura; a crítica no âmbito dos estudos de arquitetura, urbanismo e antropologia urbana, presentes desde a construção; as reflexões sobre morfologia urbana, espaço e metropolização, levadas a cabo ao longo de várias

décadas, a partir dos anos 1980, por uma equipe liderada por Aldo Paviani;⁴ por último, surgiu o campo mais afeito ao estudo a partir das memórias e experiências de outros atores sociais não presentes nas narrativas predominantes – mulheres, operários, sindicatos, artistas e movimentos sociais por direitos atuantes nos diversos núcleos, espontâneos ou não, surgidos já desde a construção, a partir dos canteiros de obras, acampamentos e assentamentos informais ao redor (e mesmo no coração) da nova cidade. Todas essas abordagens buscam evidenciar diferentes aspectos da cidade – sua morfologia, sua sociedade, seu ideário – e trouxeram, em variados graus, contribuições ao debate sobre os sentidos possíveis de uma capital – ou de uma cidade-capital - embora ainda sejam escassos os trabalhos que tangenciam a ideia aqui proposta.

Primeiramente, numa perspectiva apologética ao feito da construção de Brasília e ao projeto de desenvolvimentismo empreendido por Juscelino Kubitschek, autores como Ernesto Silva (1971), Moisés Gicovate (1959), Geraldo Joffily (1977), Edgard D’Almeida Vitor (1980) buscaram situar Brasília em uma narrativa linear e teleológica a partir de uma certa “vontade geral” ou “vocação nacional”. Assim, recuperando textos e interpretando excertos de movimentos políticos desde o século XVIII, depositava-se as origens do “mudancismo” ora em supostos projetos pensados por Tosi Colombina, cartógrafo  talo-português responsável por elaborar um dos primeiros mapas da então recém-criada capitania de Goiás (ou dos Guayazes), ora na Conjura o Mineira, na qual, na esteira das conjecturas revolucionárias, ter-se-ia defendido a transferência da capital do Rio de Janeiro para São João D’El Rei. O que dizer de um projeto como a interioriza o da capital quando sequer há a ideia de na o ou de Brasil tal qual veio a aparecer tempos depois? Além do anacronismo ao projetar uma “vontade nacional”, a ideia de recuperar a “g nese”⁵ da mudança da capital em tempos tão remotos traz-nos a importância atribuída a essa questão por aqueles que a defendiam, a ponto de relacioná-la intimamente com a figura mais representativa no processo de constru o de um ideário republicano e nacionalista (CARVALHO, 1998) levado a cabo a partir de 1889: Tiradentes.

⁴ Entre as obras organizadas por Paviani encontram-se: *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*; *Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbaniza o*; *Brasília, controvérsias ambientais*; *Brasília 50 anos: da capital   metrópole*, todas editadas pela UnB.

⁵ Aqui vale a clássica advertência de Marc Bloch (2001) acerca da confusão amiúde feita entre dois sentidos da palavra “origem”, podendo significar pura e simplesmente o começo dalgum fen meno ou a sua causa: “Mas entre os dois sentidos frequentemente se constitui uma contamina o tão temível que não é em geral muito claramente sentida. Para o vocábulo corrente, as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. A  mora a ambiguidade; a  mora o perigo.”

Ademais, em sendo linear e teleológica, a abordagem escamoteia tensões, pluralidades e contradições internas ao discurso mudancista em suas diferentes épocas, equivalendo propostas tão distintas quanto a de Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, o qual propugnava a interiorização da Corte com base numa miríade de argumentos estratégico-militares (desde a melhor defesa das dependências públicas até uma maior integração nacional por meio de comunicações), e aquelas com maior ênfase no desenvolvimento econômico e crescimento “para dentro”, como defendido por Roland Corbisier (1960), prócer do ISEB. Daí tem-se o problema no uso irrefletido do termo “mudancismo” para designar todo um conjunto de ideias que, malgrado suas aparentes semelhanças, apontam para diferentes concepções e projetos de nação, como evidenciado por Laurent Vidal (2009).

Mais tarde, a partir da década de 1980, com o advento da redemocratização e seguindo o recrudescimento das reivindicações pela ampliação da participação da sociedade nos processos decisórios das instâncias governamentais, tornam-se mais frequentes estudos críticos à perspectiva laudatória no sentido de evidenciar elementos e instrumentos autoritários na concepção e construção de Brasília. É o caso de James Holston (1989), que busca compreender as contradições do projeto modernista enquanto proposta de ruptura histórica e estabelecimento de novos padrões, sociais, políticos, estéticos e simbólicos, para representar um “novo Brasil”; também é o caso de José William Vesentini (2020), cuja obra *A capital da geopolítica* destaca a participação de amplos setores das Forças Armadas tanto na defesa política do projeto quanto na sua execução, evidenciando aspectos ligados à geopolítica no que tange à concepção do Centro-Oeste (e, mais especificamente, do Planalto Central) como área estratégica para a integração controlada dessas áreas ao panorama econômico e social nacional, no que viria mais tarde a culminar na Doutrina de Segurança Nacional, propagada por Golbery do Couto e Silva no contexto da ditadura civil-militar.

Por esse viés, a lembrança de Brasília na memória coletiva como uma cidade autoritária, “fria”, inumana, “apolítica” ou excessivamente tecnocrática – em outros termos, uma “anticidade” – serviu-se também de elementos do modernismo, como argumentam Vesentini e Holston. Desse modo, em sua arquitetura e urbanismo que buscavam romper radicalmente com os paradigmas morfológicos das cidades tradicionais, mormente dentro dos princípios constantes na Carta de Atenas (1933), Brasília suscitou dúvidas, desconfortos, estranhamentos e críticas, tanto em relação à escala monumental – símbolo de um rompimento com um passado colonial ou de um gigantismo frívolo e desumano? –, quanto ao

novo padrão arquitetônico e urbanístico que, à primeira vista, desafiava reeleições e apropriações populares. Ainda, conforme argumenta Vesentini, a rigidez no cumprimento e manutenção do conjunto urbano do Plano Piloto tal como foi concebido,⁶ utilizando-se até de violência para a derrubada de ocupações e assentamentos irregulares, contribuiu para a consolidação dessa imagem pouco abonadora da nova capital.

Por fim, mais recentemente, obras como a de Vânia Losada Moreira (1998) e Laurent Vidal (2009) buscaram compreender o processo de idealização e construção de Brasília a partir da ideia de *síntese* – a nova capital como “um meio para muitos fins”, como escrito no subtítulo do trabalho de Moreira. A primeira enfatizou o processo de construção política de Brasília como “meta-síntese” do governo JK, buscando compreender as motivações e interesses dos múltiplos atores sociais que faziam parte da constelação política da década de 1950 – vale dizer, desde setores tradicionais como os grandes proprietários rurais, passando pela burguesia industrial dos grandes centros, nomeadamente de SP, e ainda também por setores populares progressivamente reivindicando mais espaço e protagonismo na política e cujo principal “fiador” político era o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), componente da chapa eleitoral de JK.

Com isso, Brasília é implementada como “solução de compromisso” à imagem do próprio desenvolvimentismo juscelinista: ênfase no crescimento industrial (necessário para o fornecimento de materiais e equipamentos para a construção), na tal “integração nacional” por meio do reforço à rede de telecomunicações, energia e transportes e silêncio quanto às reivindicações de organizações camponesas e aos conflitos agrários perpetrados pelo embate violento entre grandes e pequenos posseiros nas regiões centro-oeste em processo de incorporação à fronteira econômica, como o famigerado conflito de Formoso e Trombas (GUIMARÃES, 1988).

Por seu turno, Laurent Vidal (2009) propõe-se a discutir os diversos planos de interiorização da capital concebidos desde o período joanino até o projeto encabeçado no Plano de Metas de JK. Com isso, Vidal evidencia os múltiplos sentidos existentes ao longo de quase um século e meio de “mudancismo”. Destarte, para o autor, a mudança da capital era uma espécie de elemento constante no imaginário político nacional, sempre pronto a recuperá-la como solução para os problemas do Brasil sempre quando o país encontrava-se em momentos considerados cruciais na definição de seus rumos. Assim, cada projeto buscava

⁶ Malgrado as considerações de Francisco Leitão (2003), o qual mostra as metamorfoses do projeto encabeçado por Lucio Costa por meio de alterações promovidas pela Novacap nos anos iniciais de Brasília.

imprimir no termo “mudança” significados próprios, afeitos às questões prementes entre as elites políticas de cada época.

Os primeiros projetos de mudança da sede do poder, citados por Vidal, relacionavam-se aos temores de ataques marítimos estrangeiros – o RJ, por sua posição litorânea, era alvo fácil de naus inimigas, como no caso do “sequestro” da cidade, ainda na época colonial, por Duguay-Trouin (1711), fato constantemente recuperado nos debates em torno desses projetos –, no bojo das ofensivas de Napoleão na Europa, bem como à necessidade da consolidação e reestruturação do velho Império Português nas novas terras, buscando maior integração territorial, controle político e social (inclusive com as ditas “guerras justas”, ofensivas violentas contra nações indígenas como os Botocudos, no vale do rio Doce).

Tais justificativas seriam mais tarde incorporadas no contexto da Independência e do processo de consolidação do Império com figuras como José Bonifácio de Andrada e Silva e o já citado Francisco Adolfo de Varnhagen. Ambos, cada um a seu modo, buscavam “resolver a equação” da formação de uma nação a partir de uma formação social multiétnica e marcada pelo signo da escravidão. Enquanto para Bonifácio a nova capital inseria-se dentro de um plano emancipacionista e de reforma agrária – buscando, assim, construir uma imagem de um *ser brasileiro* calcado no pequeno proprietário rural, mestiço e livre, diferente do tradicional arquétipo da casa-grande e senzala –, Varnhagen, em sua concepção de Brasil fundamentalmente como extensão “natural” da história e da gente portuguesa, buscava na hinterlândia uma espécie de “espaço vital”⁷ capaz de consolidar uma civilização branca nos trópicos. Sob esse ponto de vista, a transferência da Corte imperial para os altiplanos de Goiás⁸ serviria para a irradiação da “civilização” e das práticas agrícolas mais modernas, além de representar um incentivo à vinda maciça de imigrantes europeus com o fito de colonizar as terras altas do interior brasileiro.

⁷ Não obstante Varnhagen não ter utilizado tal expressão em seus escritos, pensamos ser uma analogia adequada para expressar seu determinismo racial-climático, tendo em vista as constantes correlações, por ele feitas, entre “raça”, clima e “progresso da civilização”. Destarte, pela leitura de escritos como o Memorial Orgânico (1850), fica clara a desconfiança do Visconde de Porto Seguro quanto à viabilidade de uma nação tropical predominantemente negra ou mestiça: tratava-se, portanto de “embranquecer” a população tanto quanto fosse possível (não fica claro até que ponto, em sua teoria racista, haveria lugar para a miscigenação como “solução embranquecedora”) e ocupar primordialmente as regiões de clima mais temperado, isto é, as terras do Brasil meridional e os topos de chapadas do Brasil Central, notadamente entre as províncias de Minas Gerais e Goiás.

⁸ Varnhagen chegou a visitar Formosa, nas atuais imediações de Brasília, em 1877, a fim de verificar *in loco* as condições da região e sua aptidão para abrigar a nova cidade. Das reflexões a partir dessa viagem, foi publicado no mesmo ano o memorial *A questão da capital: marítima ou no interior?*, no qual Varnhagen mostra ter retornado de Goiás com a convicção ainda maior da pertinência da mudança para aquele ponto.

O período entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX assistiria à ampliação dos debates sobre a mudança da sede do governo em um novo período crucial: o advento da República. Tais proposições foram consubstanciadas nos debates da Constituinte responsável pela carta republicana de 1891, que estabelecia em seu artigo terceiro a mudança da capital para o Planalto Central do Brasil.⁹ Como corolária desse período, formou-se a primeira comissão técnica destinada a estudar o problema: a *Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*,¹⁰ chefiada pelo astrônomo belga Luiz Cruls, diretor do Observatório Nacional.¹¹ Mais do que isso, esse período conheceria o avanço da ciência e da técnica: por um lado, novas descobertas no âmbito da medicina, da biologia e da higiene pública e, por outro, o advento da ferrovia, do telégrafo e das modernas construções em aço permitiram maior intervenção humana no espaço – tanto em escala urbana, como nas

⁹ Assim a Constituição Federal de 1891 definia: “Art 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal. Parágrafo único - Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.”

¹⁰ Os estudos técnicos desdobraram-se em duas comissões: a *Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil* (que atuou entre 1892 e 1893) e a *Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital da União* (1894-1896). Ambas tiveram Cruls na liderança (e praticamente os mesmos membros), mas com objetivos diferentes: a primeira serviu para fazer o primeiro reconhecimento geográfico, geológico e natural da região - localizar seus rios, córregos e quedas d’água, medir a qualidade do solo, as características do clima, do relevo, da fauna e da flora -, além de demarcar o quadrilátero do futuro Distrito Federal; já a segunda tinha como meta fazer o reconhecimento da localização exata da cidade dentro da área escolhida, aprofundar os conhecimentos adquiridos na primeira expedição, instalar uma estação meteorológica e estudar o trajeto futuro das linhas de estrada de ferro que ligariam a capital ao restante do país.

Da primeira expedição, que foi melhor documentada, podem-se destacar alguns trabalhos: entre eles, o estabelecimento da altitude exata do Pico dos Pireneus, em Pirenópolis/GO (medindo 1.385 metros, e não 3.000 metros como defendia o padre e memorialista local Henrique Trigant Des Genettes), além das primeiras medições oficiais de temperatura na região que viria a se tornar o DF: em algumas noites mais frias, a comissão chegou a registrar números abaixo de zero. Na segunda viagem, ganha importância especial o relatório do botânico francês Auguste Glaziou, que foi o primeiro a propor a construção de uma barragem na confluência dos córregos Torto, Bananal, Gama e Riacho Fundo, como atualmente conforma o lago Paranoá.

¹¹ Nascido em 21/01/1848 em Diest (Bélgica) e filho de engenheiro civil, Louis Ferdinand Cruls decide seguir a carreira do pai, graduando-se na Universidade de Gent em 1868. Em seguida, ingressa na carreira militar trabalhando em batalhões de engenharia até por volta de 1873.

O seu primeiro contato com o Brasil começa ainda no período universitário, onde conhece estudantes brasileiros que o motivam a visitar o país. Vale lembrar que, ao longo do século XIX, o governo imperial incentivava fortemente a vinda de estudiosos estrangeiros para integrar a elite científica e intelectual brasileira, já que na época o país era carente de boas universidades e de mão de obra intelectual. Cruls, empolgado com as possibilidades que lhe foram mostradas, decide viajar para o Brasil em 05/09/1874. No mesmo navio, conhece o famoso abolicionista brasileiro Joaquim Nabuco, com quem estabelece uma amizade forte e duradoura; além disso, Nabuco garante a Cruls que todas as portas do meio social e político do Rio de Janeiro lhe seriam abertas. Com isso, o astrônomo belga conheceu D. Pedro II, que também virou seu amigo.

Após um breve período de retorno à Bélgica, Cruls fica definitivamente no Brasil, onde se naturaliza (aportuguesando seu nome para Luiz Cruls). Em 1877, é contratado por Emmanuel Liais, astrônomo francês que à época era diretor do Observatório. Em 1881, Cruls é nomeado diretor, sucedendo Liais e permanecendo no cargo até sua morte em 1908.

No comando do Observatório, Cruls experimentou momentos importantes para a ciência brasileira e mundial: descobriu um cometa (que mais tarde levaria seu nome), realizou estudos sobre a rotação e a superfície de Marte e observou o trânsito de Vênus e Mercúrio. Com essas e outras atividades, Cruls foi premiado internacionalmente. Um indício de seu prestígio é a sua permanência no cargo do Observatório após a proclamação da República - mesmo sendo ele amigo do imperador.

reformas de Paris empreendidas pelo barão de Haussmann, quanto em nível nacional, integrando diferentes regiões do país de maneira mais eficiente. Com isso, deu-se o embate entre “higienizar” o RJ, famoso por sua ampla região portuária repleta de cortiços e casarios pobres e insalubres, transformando-o numa emulação de Paris nos trópicos, e criar do zero uma cidade totalmente moderna, higiênica e tranquila – “uma capital para uma cidade sem povo”, nas palavras de Vidal.

Por “higiênica” entendia-se não apenas as condições de saneamento básico e medidas profiláticas contra doenças tropicais que grassavam na baía de Guanabara, como a malária e a febre amarela, visto que/dado que a mudança para uma cidade mais alta, com clima mais ameno e seco, era vista como a solução para esses males. Era preciso ainda uma cidade “higiênica” do ponto de vista social, uma capital sem os “distúrbios” e “incômodos” que uma crescente massa proletária e suburbana representaria para o Rio de Janeiro. Logo, episódios como a Revolta da Armada (1893) ou o levante do Forte de Copacabana (1922) eram lançados como argumentos contrários à permanência do governo federal no RJ.

Vidal também relaciona o momento após 1930, quando Vargas assume o poder e ocorre uma repactuação política, com a progressiva centralização do poder nas mãos do Executivo federal e a ascensão dos militares tanto como corpo técnico voltado ao diagnóstico e análise dos problemas do país quanto como o fiel depositário das aspirações e vontades nacionais. Nesse sentido, é criado o programa da Marcha para o Oeste. Mais voltada para o incentivo à colonização e ocupação de grandes áreas demograficamente esparsas no Centro-Oeste e na Amazônia do que propriamente preocupada com a transferência da capital – a posição de Vargas a esse respeito é dúbia e recalcitrante, ora omitindo a questão, ora situando-a como a “coroação” de um processo mais amplo de ocupação da hinterlândia –, a Marcha para o Oeste pugnava pela desconcentração populacional da faixa litorânea através da instalação de colônias agrícolas no interior, nas quais conceder-se-iam lotes de terra a trabalhadores pobres.

Buscava-se desse modo tanto a distensão de problemas sociais nas crescentes cidades do Centro-Sul, impulsionadas pela progressiva industrialização, quanto redefinir os termos da lógica econômica e territorial nacional – isto é, procurava-se a superação da “situação colonial”, do “Brasil arquipélago” (SANTOS, 2021), por meio de uma integração econômica e infraestrutural entre as diversas regiões do país. Dentro desse contexto, o ressurgimento de

comissões técnicas e debates parlamentares entre os anos 1930 e 1950¹² reacende o debate sobre a mudança da capital sob novas bases: dessa vez, não mais sob a égide liberal de uma cidade demofóbica, mas com o Estado tomando o protagonismo na reordenação econômica, política, territorial e social brasileira, com especial destaque para a “conquista” do Oeste, o “devassar” dos sertões. São tributárias desse ideário as ideias e conclusões constantes na *Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil* (CELNCB) e na *Comissão de Localização da Nova Capital Federal* (CLNCF).

A primeira, chefiada pelo general Djalma Polli Coelho e atuante entre os anos de 1946 e 1948, buscava revisitar o próprio conceito de “Planalto Central” estabelecido e repetido pelas Constituições com o objetivo de reorientar as discussões sobre a interiorização da capital sob as novas premissas nacional-desenvolvimentistas. Daí decorre a grande ampliação do “Quadrilátero Cruls”, retângulo outrora demarcado em 14.400 km² e que seria aumentado para ingentes 77.000 km², abrangendo grandes áreas dos atuais estados de Goiás e Tocantins. Esse “Território Federal do Planalto”, como era chamado por Polli Coelho, destinava-se a desempenhar um papel de “laboratório” de novas experiências tanto agrícolas, baseadas em cinturões de pequenas unidades rurais com o uso intensivo e científico da terra, quanto urbanas, estruturando, a partir da nova capital, uma rede polinucleada de cidades pequenas e médias de caráter comercial e industrial (BRASIL, 1948; DERNTL, 2019).

Um território de tal monta também era pensado pelo general em termos estratégico-militares, colocando-o como uma espécie de “refúgio” ou de novo “coração” industrial do Brasil e situando nele todas as atividades consideradas essenciais para a economia. Influenciado pelos acontecimentos mais prementes de sua época, como a Segunda Guerra Mundial e a conseqüente Guerra Fria, Polli Coelho justificava seus temores de uma dependência excessiva do exterior e da vulnerabilidade militar-estratégica não apenas da capital federal, mas de todo o complexo industrial brasileiro, perigosamente situado na faixa próxima ao litoral entre São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, como se verá no próximo capítulo, as conclusões de Polli Coelho estavam longe de ser unanimidade dentro da própria comissão: um placar apertado de sete votos a cinco aprovava o relatório final, sob protestos de

¹² O dispositivo que determinava a mudança da capital foi repetido, *mutatis mutandis*, na Constituição federal de 1934, sendo omitido na carta autoritária de 1937. O tema reaparece nas discussões da Constituinte de 1946 por intermédio do deputado e ex-presidente Artur Bernardes (COUTO, 2013), a qual decidiu pela criação de nova comissão técnica, adiante citada, visando atualizar as conclusões e informações fornecidas pela Missão Cruls da década de 1890.

membros como Lucas Lopes¹³ e Luiz Inácio de Anhaia Mello,¹⁴ os quais advogavam em favor do Triângulo Mineiro como local da nova sede do poder federal. Do mesmo modo, as divergências entre goianos e mineiros na preferência da localização extrapolaram para acalorados debates parlamentares, também ali a “solução goiana” vencendo por um saldo estreito de 108 a 102 votos (TAMANINI, 2003).

Por sua vez, a CLNCF, comandada primeiramente pelo general Aguinaldo Caiado de Castro, depois substituído pelo marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, surge entre os anos de 1953 e 1955 para confirmar as conclusões da comissão anterior, ratificadas em parte pelo Congresso Nacional, o qual delimitaria uma grande retângulo de 50.000 km² para os estudos da nova comissão, bem como para escolher, dentro da área definida, o local exato da nova capital federal, demarcando-se, de forma definitiva, o atual Distrito Federal. Com o auxílio de serviços de aerofotogrametria contratados à empresa norte-americana Donald Belcher & Associates Inc., foram mapeadas e escolhidas cinco regiões, demarcadas por cores e classificadas de acordo com a melhor correspondência a critérios como aptidão do solo para construções, clima e temperatura, disponibilidade de água para consumo e geração de energia hidrelétrica, entre outros. A preferência foi dada ao “sítio Castanho”, onde finalmente se instalaria o Plano Piloto.

Pelo acima exposto, Laurent Vidal e Vânia Moreira apontam para as questões, sincrônicas e diacrônicas, relativas ao “projeto Brasília”, aqui entendidas tanto as considerações de caráter estratégico e territorial quanto as de ordem urbanística, estética e

¹³ Lucas Lopes, oriundo de Ouro Preto (MG), foi um proeminente engenheiro, atuante em obras de infraestrutura principalmente em seu estado-natal. Coordenou a divisão de transportes da Rede Mineira de Viação, colaborou com projetos junto à Presidência da República para o Vale do São Francisco e ocupou os cargos de secretário de Agricultura, Indústria e Comércio e de Viação e Obras Públicas, entre os anos de 1943 e 1948. Também colaborou com Juscelino Kubitschek quando este fora governador de Minas Gerais, elaborando um plano estadual para fornecimento de energia elétrica. No plano federal, também no governo JK, ocupou a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a chefia do Ministério da Fazenda, já no final do período juscelinista.

Lucas Lopes teve decisiva atuação na defesa de uma política mais desenvolvimentista, com aumento de investimentos públicos, aliada a uma política fiscal heterodoxa em relação ao pagamento da dívida pública. Informações obtidas em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopes-lucas>. Acesso em: 05/09/2022.

¹⁴ Luiz Inácio de Anhaia Mello foi um engenheiro-arquiteto paulista formado pela Escola Politécnica de São Paulo. Exerceu os cargos de prefeito de São Paulo e de secretário de Viação e Obras Públicas do estado de São Paulo durante o período Vargas. Dedicou-se ao magistério e à reflexão sobre os problemas urbanos, nomeadamente os relativos ao aproveitamento do uso do solo e ao transporte urbano, questões que atingiam sobremaneira aquela que se transformava na maior cidade do país com taxas anuais de crescimento altíssimas. Como se verá no próximo capítulo, Anhaia Mello, apesar de nomeado membro da CELNCB, posicionava-se contra a mudança da capital, votando pela transferência para o Triângulo Mineiro simplesmente porque fora instado a escolher alguma opção – como ele próprio deixara claro em seu relatório justificativo. Informações obtidas em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-romeiro-de-anhaia-mello>. Acesso em: 05/09/2022.

arquitetônica, como fruto da *síntese* característica do desenvolvimentismo em debate no período. Esse caráter sincrético guardaria estreita relação com os diferentes sentidos de nacionalidade e de “futuro” da nação acumulados ao longo de um século e meio de debates, como mostram as considerações de Sônia Draibe (2004).

Uma outra vertente historiográfica digna de menção é a que busca enfatizar as ações, raciocínios e estratégias pensadas por agentes locais – figuras políticas goianas profundamente envolvidas com a questão da mudança da capital. Assim, autores como Luiz Sérgio Duarte da Silva (1997), Marcio de Oliveira (2005), Luiz Ricardo Magalhães (2011) e Darcy Dornellas de Farias (2006) intentaram lançar luz a novas questões concernentes à problemática aqui tratada, por sua vez, ressaltando o papel exercido pelas elites políticas de Goiás na influência dos rumos tomados pelas instâncias decisórias federais. Outrossim, deram especial enfoque nas experiências cotidianas e memórias das populações sertanejas em relação ao processo de demarcação, desapropriação de terras e construção da nova capital (FARIAS, 2006; MAGALHÃES, 2011). Nesse mesmo sentido, nosso recém defendido Trabalho de Conclusão de Curso (ROSA, 2020) buscou evidenciar as releituras, embates e resistências de agentes locais em relação à desapropriação de terras levada a cabo pela Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal (CCMCF), comissão criada pelo governo estadual em 1955 visando dar início à aquisição de terras no recém-demarcado Distrito Federal.¹⁵

Não obstante a pluralidade de abordagens e interpretações posta pela historiografia acima, a seguinte questão permanece em aberto: quais os rumos projetados para o país presentes na construção do ideário de nacionalidade relativamente à mudança da capital? Afinal de contas, se tanto as comissões técnicas a nível federal quanto a elite político-econômica goiana elaboraram ou faziam circular propostas não apenas *mudancistas*, mas de um *tipo específico* de mudancismo – por que o Planalto Central de Goiás como solução para a interiorização ao invés do Triângulo Mineiro, ou mesmo de Belo Horizonte? –, de que maneira tais ideias nos remetem a circuitos mais amplos de pensamento sobre *desenvolvimento, integração e futuro* de país? Quais os conceitos e termos mais movimentados por membros da *intelligentsia* federal presentes nas duas comissões em análise, bem como por uma elite goiana que se expressava e se mobilizava através de

¹⁵ Pelo decreto nº 480, de 30 de abril de 1955, o governador José Ludovico de Almeida, a pedido de José Pessoa, presidente da CLNCF, o qual temia a recalcitrância do presidente Café Filho em dar continuidade às tratativas de transferência da capital, declarou de utilidade pública a área de 5.800km² demarcada pela CLNCF a partir das conclusões do relatório da firma de Donald Belcher.

periódicos como *O Planalto* (1910-1916), *A Informação Goyana* (1917-1935) e *Jornal do Planalto* (1951-1959)? O que esses impressos de épocas distintas podem nos dizer em termos de pluralidades e contradições de discursos dos próprios goianos a respeito de Goiás, de sua posição no quadro político, econômico e simbólico do País e da ligação entre essa posição e a pertinência da transferência da capital como meio (ou como fim?) para o encaminhamento dessas questões?

Em suma, pelo quadro historiográfico apresentado, bem como suas potencialidades e limites de interpretação, refletiremos de que modo são construídas as diferentes formas de representação da transferência da capital em termos de seu significado para diferentes sentidos de integração nacional.

Imaginação espacial e transferência da capital

Obras como a de Candice Vidal e Souza (2015), Nísia Trindade Lima (2013) e João Marcelo Ehlert Maia (2012) muito contribuíram para o aprofundamento da discussão do problema da identidade nacional, chamando a atenção para o espaço como elemento privilegiado de construção do *ser brasileiro* no pensamento social. Vidal e Souza cunha o termo “pátria geográfica” para dar ênfase ao aspecto espacial na formulação da identidade brasileira. Num país “novo” – nas palavras de Francisco Adolfo de Varnhagen (2016), a vida das nações não se contaria por anos, mas por séculos –, o tempo dificilmente se mostraria legitimador de identidades e agendas nacionalistas, como no caso da maioria dos países europeus.

Em um país “ainda por se fazer”, o espaço – isto é, o sertão imenso e ignoto – ganharia ao mesmo tempo contornos de “terra prometida”, depositária das esperanças de fortunas individuais e coletivas, e de “válvula de escape” de tensões nas zonas mais habitadas. O bandeirante seria o personagem que corporificaria essa “vontade de espaço”, esse *ethos* brasileiro, ressonante desde os primeiros tempos da colonização, e a sua figura seria retomada como artifício retórico não apenas por sua ligação entre espaço e identidade nacional, mas também como símbolo de uma “proto-democracia”, um “igualitarismo” gerado pelas situações-limite vivenciadas nas regiões de fronteira da sociedade colonial.

Tal concepção, presente em textos de Cassiano Ricardo, eminente intelectual do Estado Novo, preserva semelhanças com a tese defendida por Frederick Jackson Turner (1921) para situar a *frontier* como locus privilegiado da construção da democracia americana. Desse modo, segundo Turner, à medida que as famílias de pioneiros ingleses penetravam no continente americano, deixavam para trás tanto os confortos e conveniências da vida “civilizada” quanto as normas e estruturas sociais altamente hierarquizadas da sociedade europeia, formando então um novo tipo de coletivo mais “horizontal” e, portanto, mais “democrático”. Cassiano Ricardo incorpora essa ideia para conceituar o Estado Novo como uma “reconciliação” do Brasil com sua “verdadeira democracia” – não a da fórmula liberal, mas a das bandeiras. Democracia seria, então, o reencontro do Brasil consigo mesmo, com as verdadeiras “forças nacionais”, em contraste à superficialidade da vida urbana e cosmopolita dos “arquipélagos” costeiros (VIDAL E SOUZA, 2015).

No entanto, a Marcha para o Oeste seria não apenas uma atualização dos movimentos bandeiristas: à diferença destes, que sobretudo lograram palmilhar grandes áreas ignotas à cartografia oficial do Brasil, consolidada após o Tratado de Madri (1750), a iniciativa estadonovista visaria incorporá-las, agora, à fronteira econômica. Fazer coincidir as fronteiras política e econômica, a *border* e a *frontier*, eis o objetivo máximo da ação estatal (VIDAL E SOUZA, 2015).

Como veremos nos próximos capítulos, as concepções de sertão enquanto promessa ou espaço a ser “domado” e “conquistado” à civilização estão bem presentes nos debates sobre a nova capital; mais do que isso, terão *consequências práticas* para os desdobramentos de um ou de outro plano de ocupação do território. Talvez este seja o ponto mais negligenciado pela historiografia para o qual deva se chamar atenção ao longo deste trabalho.

Com o espaço territorial sendo priorizado na discussão da identidade, a dicotomia sertão-litoral logo aparece como seu eixo estruturante. Nísia Lima e Candice Vidal e Souza argumentam sobre a profundidade dessa dicotomia na história brasileira e evidenciam os recursos simbólicos, literários e científicos usados no “diagnóstico do problema”, particularmente no início do século XX, período no qual, inspirados por eventos como a Guerra de Canudos, narrada na seminal obra *Os Sertões* (1902) intelectuais e políticos se veem frente aos desafios da progressiva diferenciação regional, do crescimento dos centros urbanos litorâneos (os quais carregam uma série de novos desafios no que tange à repactuação política e social) e da fraca relação desses centros com as amplas zonas de baixa

densidade demográfica no interior, mormente nos estados de Goiás, Mato Grosso, Pará e Amazonas.

Nessa narrativa, a “conquista” e a ocupação do sertão passam a ser vistos como primordiais na costura de uma identidade para uma nação a qual, “ausente de história” e fragmentada em “arquipélagos” de Estados que pouco conversam ou comercializam entre si,¹⁶ enxerga nos espaços ainda não incorporados plenamente à sociedade nacional a única saída para a construção de um país mais “vertebrado”.

Tais problemas serão tratados com mais profundidade nas obras *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro* e *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*, ambas de João Marcelo Ehlert Maia e que abordam o conceito de imaginação espacial. Para o autor, as primeiras décadas do século XX são marcadas por maior ênfase nos estudos “científicos” acerca do problema social no Brasil. Neles, o espaço ganha ênfase como ponto central de explicação para o processo de formação social brasileiro tanto numa perspectiva externa – Maia recupera análises comparativas de Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso entre Brasil, Estados Unidos e Rússia, três nações de dimensões continentais que possuem ou possuíram a questão de sua ocupação interna como foco de preocupações políticas e projeções – quanto interna, apropriando o conceito de *fronteira* como dinâmica explicativa da história política e social do País.

Nesse aspecto, Maia relaciona os argumentos de Cassiano Ricardo atinentes ao papel do “Oeste”: mais do que terra prometida, este representaria um verdadeiro foco de “regeneração nacional”, onde as tradições nacionais permaneceriam “salvas” da influência cosmopolita (num sentido pejorativo) e “vazia” dos modismos estrangeiros, que grassavam na vida “frívola” das cidades litorâneas. Tal argumento é lembrado também por Candice Vidal e Souza (2015) e Nísia Lima (2013) e vale destacar que os binômios *litoral-superficialidade* e *sertão-autenticidade* estavam já presentes desde o século XIX em textos de José Bonifácio e Francisco Adolfo de Varnhagen (VIDAL, 2009). No entanto, Lima chama a atenção para a dupla operação contida na palavra “civilização” para se referir ao litoral. Ao mesmo tempo em que o sertão é essa “terra prometida” e o espaço por excelência das expectativas e aspirações nacionais, também representa a natureza a ser domada, os

¹⁶ Vale lembrar que, até 1930, vigoravam os impostos estaduais de exportação, os quais eram frequentemente alvo das diatribes de setores econômicos como a burguesia agromercantil. Conforme se verá neste trabalho, a *Informação Goyana* seria um desses veículos a maldizer o referido tributo.

hábitos e costumes a serem abjurados (mormente aqueles ligados à temática da “higiene”, aqui entendida em seus aspectos físico e moral).

Portanto, o litoral é ao mesmo tempo frívolo e superficial, mas portador de tecnologias, valores “higiênicos” e *critérios de incorporação cultural*, isto é, é o litoral que define o que é ou não a nação, bem como quais elementos sertanejos devem ou não ser incorporados a essa “amálgama” nacional. Nessa narrativa, não há espaço ou voz para o próprio sertanejo propor a sua própria definição de nacionalidade – o que não significa, entretanto, que na prática essas operações não fossem realizadas, conforme analisaremos no capítulo terceiro.

A pluralidade de significados de civilização nos remete ao debate semântico posto por Norbert Elias (1990) entre o sentido de *civilization/zivilization* nos idiomas francês e alemão. Enquanto para o primeiro essa expressão ganha um aspecto positivo, aproximando-se de uma concepção linear e progressiva de cultura (sendo a civilização uma espécie de “ápice da cultura”), na língua alemã tal palavra ganha uma conotação mais negativa, ligada ao aspecto mais superficial e comezinho das manifestações culturais da modernidade. Outro termo, que melhor define o sentido “francês” de civilização, é *Kultur*. Assim, o litoral é assumido nesse constructo intelectual ora como *civilization* no sentido francês, ora como no sentido germânico (LIMA, 2013).

O imaginário espacial do Executivo federal sobre o Centro-Oeste é analisado por Maia através do estudo das atividades da Fundação Brasil Central (FBC), entidade pública federal existente entre 1943 e 1967 e que buscava elaborar projetos de colonização, de construção de cidades e de instalação de equipamentos de infraestrutura, como estradas, pontes e aeroportos. Como mostra Ehlert Maia, não era clara qual seria a área exata de atuação da FBC, mas supõe-se que compreenderia as regiões a oeste do rio Araguaia, tendo as cabeceiras do Xingu e do Tapajós como *loci* prioritários.¹⁷ Recorrentes nos discursos da época eram as alusões a “riquezas”, sempre inomináveis e imensuráveis. Outro ponto importante é o modo como a FBC enxergava a sociedade sertaneja: imagens contraditórias de desolação (atestando a pobreza ingente em toda a região) e de esperança (baseadas sobretudo no ideário romântico de viajantes oitocentistas, em especial Couto de Magalhães, além de lendas e histórias populares sobre os mistérios da existência e das características da Serra do

¹⁷ Não obstante, a fundação também atuaria no estado de Goiás, na fundação da cidade de Aragarças e na administração de uma usina de cana-de-açúcar em Rio Verde, além de gerir outra usina em Frutal/MG.

Roncador) permeavam os relatórios administrativos e correspondências dentre a alta cúpula da fundação.

Com tais elementos presentes no imaginário de políticos e burocratas estadonovistas, a perspectiva de ocupação da hinterlândia brasileira passa necessariamente por noções de um certo “colonialismo interno”, inerente às ações e ideias estatais. Nos termos de João Marcelo Ehlert Maia:

A linguagem geopolítica que transformava o espaço interior do Brasil numa região quase colonial do Estado nacional não se limitava ao âmbito dos discursos e relatórios. Ao se traduzir em práticas estatais concretas, que envolviam agentes estatais e população local, o resultado produzido era conflituoso, motivando contendas em torno de propriedade da terra e abusos sistemáticos na relação com setores subalternos (MAIA, 2012).

Pelo excerto entende-se que, a depender da concepção espacial sobre o “Oeste” pensada pela *intelligentsia*¹⁸ federal, produzir-se-iam práticas distintas, visando conferir à nova sede do poder distintos significados simbólicos e *práticos*. Neste ponto, uma pergunta impõe-se: se, como destaca parte da bibliografia (IANNI, 1979; FONSECA, 1999; SKIDMORE, 1988; MAIA, 2008; BORBA, 2018; BENEVIDES, 1976) ao tratar do significado do “projeto Brasília” para essa integração nacional e expansão da fronteira interna, a interiorização da capital é discutida em decorrência das transformações socioeconômicas a partir dos anos 1930, com destaque para a progressiva industrialização na

¹⁸ Aplicamos o conceito de *intelligentsia* postulado por Nísia Lima (2013) ao tratar do processo de complexificação e diferenciação da sociedade brasileira, nomeadamente através do crescimento dos centros urbanos litorâneos. Dessa forma, sociedade e pensamento social emergem quase que simultaneamente, de modo que essa elite intelectual, oriunda das classes mais abastadas, ao mesmo tempo em que pensa o Brasil e se vê imiscuída nas inevitáveis reflexões sobre a identidade “do que é ser brasileiro”, também busca enxergar a sociedade como “diagnóstico”, bem ao gosto do paradigma oitocentista o qual pregava a suposta objetividade do cientista-observador. Destarte, cria-se uma duplicidade nessa elite entre o “ser brasileiro” e ser um “desterrado na própria terra” (p. 67).

No entanto, não utilizaremos esse termo para tratar da elite local de Goiás por considerarmos não haver, no caso goiano, uma suficiente diferenciação social entre elites políticas, econômicas e intelectuais, a qual pressuporia uma dinâmica social típica dos grandes centros litorâneos – situação essa ausente no caso do Brasil Central. Aliamo-nos às considerações de Ana Lúcia da Silva (2003), a qual, tratando dos efeitos da Revolução de 1930 em Goiás, chama atenção para a não aplicabilidade de conceitos como *burguesia* ou *proletariado* para a sociedade goiana. Isso porque Goiás ainda não possuía indústria e vida urbana que pudessem gerar suficiente diferenciação social, como o surgimento de camadas médias. Exceto por uma diminutíssima classe de funcionários públicos, quase todos lotados na Cidade de Goiás e ainda tendo como “padrinhos” políticos os grandes latifundiários controladores da máquina político-partidária do estado, o quadro social goiano era basicamente composto por grandes proprietários, pequenos proprietários e trabalhadores rurais, assalariados ou não – agregados, parceiros, camaradas.

Assim, o que chamaremos de elite intelectual goiana não deve ser tomado como sinônimo de *intelligentsia* nos termos acima, e sim tão somente se referir a uma camada diminuta, geralmente composta de profissionais liberais (médicos e advogados, sobretudo), além de militares, e intimamente ligados aos grandes fazendeiros pecuaristas, seja por laços familiares, matrimoniais ou políticos, como também destaca Joaquim Rosa (1974) ao chamar tal elite intelectual de *coronéis diplomados*.

Zona Concentrada (SANTOS, 2021) que capitanearia um processo de expansão do mercado interno e, por conseguinte, da fronteira agrícola, quais seriam os sentidos específicos que a nova capital assumiria para (cor)responder a esse processo?

Com essa pergunta em mente, podemos destacar projetos e discursos em prol de uma melhor distribuição demográfica pelo território, particularmente na colonização. Esta atuaria enquanto “válvula de escape”¹⁹ das pressões sociais dos grandes centros litorâneos, ao refrear o êxodo rural, e como medida de estruturação do mercado interno, ao possibilitar tanto a contínua expansão do fornecimento de alimentos para abastecer as massas proletárias litorâneas quanto a integração desses lavradores como novos consumidores dos produtos manufaturados do Sudeste. De uma certa maneira, tal estrutura reproduziria, em âmbito nacional, as relações centro-periferia da divisão internacional do trabalho – esta, cada vez mais alvo das diatribes de ideólogos do Estado Novo, incluindo o próprio Vargas (FONSECA, 1999), ou dos intelectuais ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, principal locus das discussões dos economistas cepalinos²⁰ nos anos 1940 e 1950 (BENEVIDES, 1976). Por outro lado, tal arranjo colocaria potencialmente em risco as condições de reprodução do nascente capital industrial, visto que o fluxo migratório demandando as grandes cidades atuaria como elemento de manutenção do clássico exército de reserva e, portanto, de contenção dos salários (FONSECA, 1999).

Se o remanejamento de camponeses para os sertões do Oeste era visto de maneira dúbia, outra não seria a maneira de ver os apelos por uma disseminação do processo industrial pelo território. Em um período dominado pela preocupação com a industrialização

¹⁹ Não temos como deixar de reconhecer a influência da ideia da *frontier* norte-americana enquanto *buffer zone*, ou “zona de amortecimento”, das tensões sociais do Leste. Para Turner (2021), a contínua expansão da fronteira interna (ou seja, a área do território efetivamente ocupada economicamente) “aliviaria” ou “preveniria” tensões decorrentes do aumento das grandes cidades tradicionais, como Boston e Nova Iorque, ou dos conflitos no campo, já que a sempre renovada promessa de novas terras a serem ocupadas e incorporadas seria o fiador da estabilidade econômica e social do território tradicional das Treze Colônias, além de elemento garantidor da “revigoração” da democracia.

Aqui, não nos cabe entrar nos pormenores desse discurso – trabalhos como o de Maia (2012) já o fizeram competentemente. Para os fins deste estudo, é importante salientar a apropriação constante desse conceito enquanto elemento (retórico ou prático) definidor da experiência da incorporação de áreas com baixa densidade demográfica e consideradas “alienadas” do processo histórico de “integração nacional”. Podemos recuar essa problemática, no mínimo, aos tempos de Euclides da Cunha e seu monumental *Os Sertões* (*op. cit.*, 2012) no que este possui de “autoanálise” do processo de constituição do “ser nacional” através da ambivalência litoral-sertão e da constatação de que estaríamos “condenados à civilização”.

Em um certo sentido, podemos tomar o enunciado euclidiano como metáfora das múltiplas formas de se incorporar os sertões ignotos, qual seja, através de um amplo gradiente de medidas estatais e particulares que, de uma forma ou de outra, acabariam por atuar nesse processo.

²⁰ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 com o fito de contribuir com estratégias, projetos e conceitos que auxiliassem no desenvolvimento econômico do subcontinente. Teve como dois de seus maiores expoentes o argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado.

enquanto elemento primordial de catalisação do desenvolvimento, calcado na soberania nacional por meio da criação e fortalecimento de um mercado interno, não seria de se estranhar a defesa da ideia da desconcentração industrial visando melhor integrar o território e a economia nacionais. Curiosamente, esse debate ocorre justamente nas décadas de maior concentração do parque industrial ao redor de São Paulo (CANO, 2007).

Como assinala João Cardoso de Mello (1982), a constituição e expansão do setor industrial brasileiro se deu numa dupla dinâmica quantitativa e qualitativa; a primeira, fruto do processo de concentração do capital impulsionado pelo complexo agromercantil do café; a segunda, a partir de inversões e iniciativas estatais com o fito de completar o circuito industrial, mormente através da criação das indústrias de base e de bens de capital. Ambas requereriam um conjunto de elementos – capitais, infraestrutura, pessoas, cidades, cinturões agrícolas – que somente seriam possíveis numa Zona Concentrada. Por seu turno, as demais regiões do país estariam sujeitas à integração nacional de maneira subordinada a essas dinâmicas por meio do fornecimento de matérias-primas e pessoas ou através do consumo das mercadorias produzidas na região industrial. Um país “vertebrado” dessa maneira passaria então por uma maior desigualdade regional, processo já denunciado por oligarquias de várias partes do país desde o início da constituição do complexo agromercantil cafeeiro (MELLO, 1999) e estudado por autores como Francisco de Oliveira (1978).

Outro ponto que vale destacar, ademais, é que os processos de industrialização e de urbanização brasileira, não obstante serem intimamente relacionados entre si – mormente nos discursos varguistas sobre integração nacional, desenvolvimento e criação de mercados internos –, não necessariamente andam lado a lado. Podemos relacionar, inclusive para o período em estudo, a experiência de colonização do norte paranaense. Renato Leão Rego (2019) destaca que a iniciativa de ocupação dessa ampla região de baixíssima densidade demográfica decorreu da expansão da fronteira cafeeira. Com uma firma britânica responsável pelo planejamento da colonização, concebeu-se esta como um amplo combinado agro-urbano, ao gosto das discussões no campo urbanístico sobre o “casamento harmonioso” entre campo e cidade. Embora na concepção original de Ebenezer Howard a cidade fosse pensada enquanto o espaço industrial por excelência (com todas as externalidades positivas e negativas que ele implica), as cidades do norte paranaense não seriam entendidas como iniciativas pioneiras de desconcentração do cinturão industrial paulista, mas sim plenamente integradas no esquema agromercantil de suporte à Zona Concentrada. Como também afirma Milton Santos (2021), a urbanização brasileira, sobretudo em áreas periféricas, não

representou ameaça ao poderio do capital industrial sudestino: ao revés, surgiu como *consequência* do processo de estruturação do território nacional que daria suporte a esse capital. Isso explica, por exemplo, a ênfase nas cidades enquanto símbolos da civilização e do desenvolvimento, presente no discurso juscelinista e de seus próceres isebianos (VIDAL, 2009; CORBISIER, 1960), não se contradizer com o amplo apoio à incorporação concentrada e oligárquica das terras centro-oestinas (MOREIRA, 1998; MAIA, 2008; BORBA, 2018; BENEVIDES, 1976). Afinal, êxodo rural significaria tanto um impulso à expansão da mecanização do campo quanto à formação dos contingentes proletários nas grandes cidades industriais.

Tendo em vista o acima exposto, faz-se necessário compreender de que maneira as distintas concepções de interferência no espaço, especialmente a incorporação do Centro-Oeste, repercutem no interior do Estado: quais são os setores sociais capazes de propor tais ideias e disputar sua aplicação ou validade no seio do Estado, *com* o Estado. Isso porque, como alerta Maia (2012), para entender o conjunto de ações perpetradas por este nas suas tentativas de reordenamento territorial, não é possível concebê-lo como uma instância isolada do restante das forças políticas e sociais, dotado de uma “vontade” própria desvinculada da realidade social. Por outro lado, também não devemos estabelecer relação de automatismo entre setores sociais e práticas estatais – a própria ideia de Estado como palco de disputas entre forças contraditórias remete a uma certa neutralidade (já que o palco induz a uma noção de “espaço neutro”), o que não se coaduna com a realidade da pesquisa histórica, a qual revela os vieses e interesses de autoridades.²¹ Para isso, valemo-nos das considerações de Sônia Draibe (2004):

Para apreender as *vias* de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, na sua fase final de constituição [por volta de 1930], é preciso partir da configuração estrutural de interesses presente no momento em que se desencadeia a industrialização. O desenvolvimento mercantil-exportador forjou uma determinada divisão social do trabalho que se articulava em torno de três setores sociais que poderíamos chamar de histórico-fundamentais: a burguesia mercantil-exportadora, a burguesia industrial e o proletariado. Esses setores sociais, classes ou frações de classe definem-se como fundamentais, porque são *historicamente capazes de ordenar, a partir de seus interesses estratégicos objetivos, o conjunto da*

²¹ À guisa de exemplo, vale a pena assinalar o “jogo de forças” entre as conclusões a que chegou Djalma Polli Coelho a respeito da transferência da capital no âmbito dos trabalhos da CELNCB e as reiteradas contestações por membros da comissão, havendo divergências significativas em relação às ações que deveriam ser tomadas no que tange à transferência da capital, o que por sua vez nos remete às diferentes ideias de capital – e, em última instância, de Brasil – presentes do interior do Estado. Não obstante o resultado das deliberações dos membros ter sido apenas ligeiramente favorável à tese de Polli Coelho, o relatório final, escrito pelo presidente, atenua as diferenças intestinas e busca o amparo institucional para ratificar suas próprias ideias.

sociedade. Em outros termos, é pela capacidade de generalização, de transformação de seus próprios interesses econômicos, sociais e políticos em interesses de amplos setores da sociedade, convertendo-se em base do Estado, que a burguesia mercantil-exportadora, a burguesia industrial e o proletariado definem-se como ‘portadores de futuro’, ante às questões concretas da nova fase de constituição do capitalismo que se abriu em 1930. (DRAIBE, 2004; destaques no original)

Draibe destaca a indeterminação histórica no momento crucial para as discussões sobre os rumos do Brasil no século XX: a década de 1930. Longe de haver uma relação automática entre o complexo agroexportador do café, formado a partir de meados do século XIX, e a nascente indústria (sobretudo a paulista), a historiografia aponta para a presença necessária do Estado na promoção de “saltos” qualitativos, mormente aqueles atinentes à promoção da indústria de bens de capital, mais onerosa em recursos financeiros, naturais e técnicos (DRAIBE, 2004; MELLO, 1982).

A autora lança luz sobre o período em que a atuação do Estado nesse viés ainda estava em discussão: havia basicamente três caminhos alternativos em disputa, gerados por *três bases de interesses diferentes*.²² A primeira era a do próprio complexo agroexportador, ou agrícola-mercantil, nos termos de João Manuel Cardoso de Mello (1982). Como o próprio complexo foi o responsável pelo impulso inicial às primeiras indústrias, com o fito de fornecer equipamentos para o plantio e colheita (como as sacas de café), além das de bens de consumo (indústrias leves, a exemplo de têxteis e de processamento de alimentos), não podemos afirmar que havia uma oposição absoluta ou uma recusa peremptória por parte desse setor a apoiar ou mesmo a “tolerar” a industrialização.²³ Por outro lado, uma política estatal francamente pró-industrialização – isto, é, com política tarifária protecionista, concessão de crédito facilitada e prioridade em investimentos públicos de infraestrutura – poria em risco a posição prestigiosa da elite agromercantil junto às instâncias de poder, o que representaria eventuais prejuízos futuros em caso de alguma flutuação de preços desfavorável.²⁴ Destarte, tem-se então uma *via conservadora* de industrialização.

²² Importante ressalva de Sônia Draibe (2004): as três vias de desenvolvimento por ela descrita não devem ser tomadas em sua forma “pura” ou “monolítica”, mas sim tidas como que “tipos ideais” weberianos, para fins de melhor compreensão teórica. Na prática, dificilmente essas vias seriam explicitadas de maneira tão clara; tampouco os partidos e demais movimentos políticos seriam porta-vozes automáticos dessa ou daquela vertente, havendo portanto uma relação muito mais fluida e complexa entre interesses de setores sociais e a maneira por meio da qual tais interesses são vocalizados no interior do campo político.

²³ Como aponta Mello (1982), o próprio complexo agromercantil investia nas indústrias como estratégia de diversificação de recursos e aplicação de excedentes de capital.

²⁴ Vale lembrar que uma das primeiras ações estatais de intervenção econômica no Brasil, mesmo em tempos pretensamente liberais, foi a compra sistemática pelo governo de milhões de sacas de café com o objetivo de segurar os preços globais do grão em níveis satisfatórios para os agricultores brasileiros, que forneciam a maioria absoluta do café consumido mundialmente (MELLO, 1982).

Uma segunda via posta em evidência na época, de caráter *moderado*, era a da ainda incipiente burguesia industrial. Embora não estivesse totalmente desvinculada do setor agromercantil (nem talvez o desejasse), em 1930 a indústria nascida a partir desse complexo agroexportador começava lentamente a complexificar-se, ao ponto em que sustentaria o surgimento de uma nascente lógica *endógena* de industrialização – ou seja, uma cadeia industrial que começa a estimular (e ser estimulada) por outras atividades congêneres, e não somente por setores extrínsecos, como a agricultura. No entanto, para ocorrer tal mudança qualitativa no parque industrial brasileiro, fazia-se mister a presença do Estado em investimentos públicos (crédito e infraestrutura) para o estímulo à criação das indústrias de base. A sua presença, porém, não deveria ocorrer em demasia, principalmente por meio de estatizações ou criação de empresas públicas, sob pena de se por em xeque os interesses dessa burguesia em favor de um crescente monopólio de interesses nitidamente estatais.

A terceira via, finalmente, seria chamada por Draibe de *nacional-popular*. Esta alternativa estaria ligada às massas urbanas, ou seja, sobretudo trabalhadores assalariados ligados direta ou indiretamente à indústria e ao comércio, além de pequenos autônomos. Para estes, industrialização vigorosa seria pertinente, dando saltos substantivos em quantidade e aprofundamento em complexidade, e com a intervenção estatal sempre que necessário. Com isso, do ponto de vista dessas camadas, uma situação tal geraria pressões por aumento de salários e expansão de benefícios sociais (uma vez que o Estado, entrando na indústria, atuaria como um “competidor” por mão-de-obra).

Resumindo as vias de desenvolvimento industrial supracitadas, poderíamos englobá-las grosso modo em três grandes tipos de política estatal: políticas *pró-cíclicas*, políticas *anticíclicas moderadas* e políticas *intervencionistas nacionalistas*. Para cada um dos tipos acima, poder-se-ia vincular também ideias estatais sobre o *espaço*.

Vejamos: a primeira via, altamente dependente de abundância de terras e mão-de-obra, seria obviamente refratária a uma política de reforma agrária ou de desenvolvimento de outros polos dinâmicos (DRAIBE, 2004). Vale lembrar que, na década de 1930, a imigração estrangeira para São Paulo era superada pela de brasileiros de outros estados (SANTOS, 2021), o que significava que os paulistas dependiam cada vez mais das migrações internas para a formação do excedente de mão-de-obra. Com isso, modelos de reforma agrária ou de colonização baseada no minifúndio, mesmo que em outras regiões do país, não conviriam a essa via.

Por seu turno, a via moderada, em tese, seria indiferente à política fundiária, dado que não afetaria diretamente o seu setor. A bem da verdade, é possível que a burguesia industrial até fosse favorável a políticas de desenvolvimento em outras regiões, principalmente no interior, tendo em vista a possibilidade de ampliação do mercado consumidor interno. Porém, também disputava mão-de-obra migrante com os cafezais do interior, o que levaria a uma política de cautela a respeito da “ampliação desmedida” do Estado desenvolvimentista.

Ambas as vias, malgrado as suas diferenças, teriam um interesse comum na progressiva concentração de investimentos e o conseqüente aprofundamento da diferenciação regional em favor de São Paulo, o que poderia ser traduzido como uma lógica de *desenvolvimento centrípeta*, isto é, a concentração geográfica de recursos financeiros, humanos e infraestruturais com o fito de promover ganhos de escala e acúmulo de capital, o que facilitaria o reinvestimento quer da elite agromercantil (no reforço e ampliação da área plantada de café e outros gêneros), quer da burguesia industrial (através da lógica endógena de desenvolvimento da indústria).

Ao contrário, à via nacional-popular interessaria programas de reforma agrária, colonização e melhoria das condições de vida no campo, que viabilizariam outra possibilidade de trabalho, diminuiriam as migrações do interior para o litoral e forçaria a elevação de salários e outros benefícios. Tem-se, então, uma lógica *centrífuga* de desenvolvimento, isto é, de dispersão de pessoas e de investimentos pelo território nacional.

Transpondo esses conceitos para o debate sobre a interiorização da capital, percebe-se que, a depender da lógica espacial – centrífuga ou centrípeta – a ser implementada enquanto estratégia de integração nacional, os resultados práticos seriam assaz diferentes. Ao cabo das discussões apresentadas acima, poder-se-ia argumentar que a interiorização da capital enquanto “ponta-de-lança” de um projeto de incorporação subordinada do Centro-Oeste não passou por essas questões.

Como se depreende da leitura de Vânia Moreira (1998), a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek passou ao largo de temas como reforma agrária e políticas de fixação de famílias no campo, o que abriu espaço para a apropriação de amplas áreas do Centro-Oeste por latifundiários, em geral grandes posseiros ligados a esquemas de grilagem, como mostram Cláudio Maia (2008) e Carlos Borba (2018). Daí depreende-se que a transferência da capital não veio acompanhada de políticas de distribuição de terras e criação de complexos agroindustriais aptos a receber as sucessivas levas de trabalhadores, muitos deles oriundos do

Nordeste e de Minas Gerais. Tendo isso em vista, estudar a ideia de interiorização da capital na sua relação com uma pluralidade de vias de desenvolvimento é, de certo modo, estudar uma *história do que não ocorreu*.

Longe de querer embrenhar-se numa propositura contrafactual, buscamos contribuir ao debate sobre os significados de Brasília, em termos de seu intento para a construção de uma nacionalidade, no que tange à potencialidade e à riqueza das imaginações espaciais, ou seja, dos horizontes presentes na época. Em outras palavras, o “projeto Brasília” significou, na prática, a parceria oligárquica, reedição trágica do *modus operandi* político brasileiro, não obstante a produção incessante de um discurso laudatório de ruptura, de anúncio de “novos tempos”. Poderia significar outros caminhos? De que maneira o problema tratado neste trabalho contribui para a compreensão da multiplicidade de soluções imaginadas para o tão propalado desenvolvimento? De que forma tais ideias estão presentes nas fontes, tanto federais quanto locais? A essas perguntas dedicam-se os próximos capítulos.

PARTE II

INTEGRAÇÃO NACIONAL E METAMORFOSES TERRITORIAIS: COMISSÕES TÉCNICAS FEDERAIS E DIFERENTES LEITURAS SOBRE A INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL FEDERAL

“E é por isso que quando, como agora, se trata de aproveitar melhor os vales do Amazonas e do São Francisco, as atenções se voltam imediatamente para êsse planalto goiano, que possui um significado geopolítico sem igual entre tôdas as regiões do país. Pode ser incluído tanto na bacia amazônica, como na bacia são-franciscana, como na bacia platina. A ampliação que preconizo, neste voto, para o Norte e para o Nordeste, coloca-o entretanto mais na bacia amazônica do que nas duas outras, o que lhe aumenta ainda mais aquele significado.” (COELHO, Djalma Polli. *Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil - justificativa de voto*. Rio de Janeiro, 1948, vol. 2, p. 7)

“Uma análise minuciosa das diversas partes do Relatório da Comissão Exploradora deixa-nos, hoje, a impressão de que as decantadas maravilhas da região eram ilusórias, e que os seus caraterísticos de riquezas naturais são os mesmos das pobres savanas tropicais do Brasil Central.

Não conhecemos a região de Formosa, mas, lendo as memórias escritas sôbre ela, por naturalistas e engenheiros, perdura em nosso espírito a impressão de que não é uma área "rica de fato", mas apenas uma extensão semelhante a tantas outras de nossos campos e chapadões de Goiaz e Mato Grosso. As suas possibilidades econômicas são modestas, são as mesmas de enormes áreas do planalto central. Uma fotografia que a Comissão inclui em seu Relatório do acampamento do vértice S.E. do Distrito Federal demarcado, transmite-nos a impressão desoladora dos "carrascais" infindos de nosso sertão, com horizontes limpos e abertos, em que se desenham as silhuetas de arbustos retorcidos e ressequidos.” (LOPES, Lucas. *Memória sôbre a mudança do Distrito Federal*. Belo Horizonte, 1946, p. 8)

Os dois excertos acima, produzidos por membros da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil (CELNCB) – respectivamente, seu presidente, o

general Djalma Polli Coelho, e Lucas Lopes, engenheiro e futuro braço-direito de Juscelino Kubitschek na governadoria estadual e na Presidência da República – ilustram parte importante da discussão acerca da interiorização da capital entre os anos 1940 e 1950. Essa querela, contudo, não se limitava à diferença de opiniões técnicas no interior de uma comissão federal que, supunha-se, gozava não apenas de autonomia administrativa e intelectual, mas também de um ambiente propício a um debate “desinteressado” sobre as medidas cabíveis no que tangia à transferência da capital brasileira e suas consequentes repercussões econômicas e sociais para o país. Tratava-se, isso sim, de diferenças fundamentais nos significados práticos na aplicação, em medidas governamentais, de termos como “integração nacional” ou “desenvolvimento voltado ao interior”.

Como abordamos anteriormente, muito se fala no papel – imaginado ou concreto - da mudança da capital federal em termos de seus impactos no rearranjo econômico-social de meados do século XX, representado sobretudo pelo pensamento desenvolvimentista. Nas críticas feitas amiúde desde os anos 1930 ao estado das *forças produtivas* do país, em especial ao seu caráter desagregado – retoma-se, aqui, a ideia do Brasil-arquipélago (SANTOS, 2021) – e ao seu vetor excessivamente direcionado ao mercado externo (e, portanto, sujeito às oscilações e intempéries do sensível mercado de matérias-primas e bens primários), pugnava-se pela elaboração de políticas econômicas que contemplassem tanto a melhor integração dessas “ilhas” econômicas, quase todas elas historicamente localizadas na faixa próxima ao litoral, quanto o fortalecimento de um certo *mercado interno*, visando depender menos dos dividendos cada vez mais incertos dos mercados europeu e estadunidense.

Mas em que consistia essa integração tão propalada no período em questão? Em que termos ela se daria? E, quanto ao mercado interno, tratava-se de *aproveitar-se* das condições preexistentes ou, ao revés, de *criá-las*? E, de todo modo, onde estaria localizado tal mercado? Afinal, se retomarmos os debates encetados por Ehlert Maia (2012), Vidal e Souza (2015), Lima (2013) e Magnoli (2022), a dicotomia litoral-sertão pressupunha uma diferença estrutural, em termos socioeconômicos, entre as “ilhas” costeiras e (para manter a analogia) o “oceano deserto” dos sertões, não tão ignotos quanto outrora, mas ainda demasiadamente distintos dos espaços produzidos pelas dinâmicas econômicas da Região Concentrada, especialmente.²⁵ Para além da baixa densidade demográfica, destacam-se elementos como a

²⁵ Partindo das considerações de Francisco de Oliveira (1978) a respeito do conceito de região, podemos demarcar um certo “Brasil Central” onde a incipiente fronteira econômica - leia-se, a mecanização do campo e o estabelecimento de um regime de mercado de capitais, compra e venda de terra e outros recursos - convive com

exploração da terra em caráter extrativista ou extensivo e pouco mecanizado, muitas vezes com a permanência de regimes de trabalho não assalariados e semi-servis – agregados, parceiros, camaradas (QUEIROZ, 1976) e toda uma sorte de esquemas lidos não raramente pela historiografia como “pré-capitalistas”.²⁶ Outro ponto digno de nota é que, no momento em que ganham fôlego as discussões acerca da necessidade desse rearranjo do País, avolumam-se as migrações internas, particularmente as oriundas do campo (em grande medida de camponeses, vaqueiros e pequenos posseiros do Nordeste) demandando os grandes centros litorâneos, com destaque para Rio de Janeiro de São Paulo. Diante desse quadro, como falar em *expansão do mercado interno* ou em *interiorização da economia*? Se o fluxo de pessoas indica seguir o fluxo do capital em seu caráter centrípeto,²⁷ de que maneira a vasta hinterlândia seria integrada a esse esquema (se é que o seria)?

Nesse sentido, em especial no que tange às características das migrações internas e suas relações com a crescente urbanização na nova configuração socioeconômica e territorial brasileira de meados do XX, valem as considerações de autores como Paul Singer (1998) e Francisco de Oliveira (1981).

Singer, ao esboçar o seu pensamento a respeito da constituição do processo de urbanização e das relações cidade-campo, busca diferenciá-las de acordo com os processos históricos - mormente, a partir da análise das migrações internas²⁸ e da pressão, por parte dos processos de desenvolvimento urbano-industrial, de uma certa reconfiguração territorial do meio rural, “integrando-o” a este meio. Destarte, tem-se que as migrações camponesas demandando as urbes podem ocorrer, em síntese, a partir de dois fatores, chamados por Singer de *fatores de estagnação* ou *fatores de mudança*. Ambos colocam menos ênfase às características das dinâmicas urbanas enquanto mecanismos de atração *per se* do que nas

regimes de trabalho e de utilização da terra assaz distintos, no que se pode definir como uma zona de contato entre as frentes de expansão e pioneira, nos dizeres de José de Souza Martins (1975).

²⁶ Ivo Theis (2022), ao retrair a gênese do termo “desenvolvimento”, bem como seus distintos significados e apropriações em diferentes épocas para diferentes escolas de pensamento econômico, aborda o problema de sua conceituação - especialmente a expressão mais particular no contexto latino-americano, o subdesenvolvimento - no pensamento de Celso Furtado: para este, o subdesenvolvimento não seria “uma etapa pela qual as economias atrasadas deveriam passar para, em algum dia, alcançar a etapa da maturidade, quando estariam tão desenvolvidas quanto as avançadas economias da Europa e dos Estados Unidos. Era, antes, um complexo processo de penetração de unidades produtivas capitalistas modernas em um contexto dominado por estruturas pré-capitalistas arcaicas” (THEIS, op. cit., p. 10).

²⁷ No capítulo anterior, mencionamos, seguindo Evaldo Cabral de Melo (1999) e Francisco de Oliveira (1978), como, desde o último quartel do XIX, o progressivo fluxo de inversões em direção ao complexo agromercantil estruturado pelo café, sobretudo em São Paulo, gerava incômodos com as crescentes desigualdades regionais, em especial dada a crise produtiva e fundiária no Nordeste (SINGER, 1998).

²⁸ Argumento semelhante valeria para o caso das migrações internacionais e mesmo transcontinentais, como admite o próprio Singer (1998); no entanto o foco de seu trabalho reside em compreender a formação e a transformação de um dado território através das análises das relações entre suas áreas urbanas e rurais.

condições específicas do meio rural, o qual, até a década de 1960, concentrava a maior parte da população brasileira.

Os primeiros fatores referem-se à deterioração das condições de vida no campo, em grande medida devido ao acréscimo populacional. Graças às campanhas sanitaristas e à difusão de vacinas e de meios mais basilares de profilaxia, ao longo do século XX, uma parte da população campesina logrou acesso a bens e serviços de saúde antes fora de seu alcance. Tais políticas reduziram, em maior ou menor grau, as taxas de mortalidade infantil (embora estas ainda se mantivessem assaz elevadas comparando-se com as cidades grandes), o que, aliada a uma (temporária) manutenção das taxas de natalidade em patamares elevados, provocou um rápido aumento do contingente humano. Esse aumento, se não acompanhado de medidas de maior acesso à terra – como a reforma agrária – leva a grandes ondas migratórias, seja para áreas ainda pouco incorporadas à “fronteira interna” da sociedade nacional, seja para as áreas urbanas, sendo que, para as últimas, Singer ainda propõe uma diferenciação entre os núcleos urbanos efetivamente mais dinâmicos (principalmente São Paulo e Rio de Janeiro) e aqueles centros regionais cujo processo de industrialização seria mais tímido e, por conseguinte, mais dependentes de setores como comércio e serviços (em grande medida pertencentes à economia informal).

Por outro lado, os fatores de mudança ocorrem quando os elementos próprios de alteração nas forças produtivas citadinas provocam mudanças econômicas e territoriais em seu derredor, em geral por conta da maior demanda por alimentos e matérias-primas. É o que se chama por *penetração capitalista no campo* – ou, nos termos de José de Souza Martins (1975), de *frente de expansão*. Esses fatores alteram não somente as dinâmicas econômica e fundiária – com exacerbação da concentração de terras e da mecanização do campo – mas também as próprias relações de trabalho e as condições de circulação de mercadorias, com o campo aderindo cada vez mais aos mecanismos financeiros (mercado de capitais), à monocultura ou pecuária intensiva (mercado de bens) e ao trabalho assalariado, em geral de caráter temporário e sazonal (mercado de trabalho). Nas palavras de Singer:

O desenvolvimento capitalista traz em si um viés notável a favor da cidade em prejuízo do campo. Este vai sendo paulatinamente despojado de uma atividade produtiva após a outra, até que nele restem unicamente as atividades primárias. Cada ramo que assim se desprende da agricultura reaparece na cidade tecnologicamente revolucionado: indústria, comércio, finanças etc. A esta migração de atividades se segue (embora nem sempre no mesmo ritmo) a migração da mão-de-obra que leva, finalmente, ao esvaziamento demográfico do campo, criando assim as condições para um desenvolvimento igualmente revolucionário das forças produtivas na

agricultura. O desenvolvimento capitalista na América Latina, considerando-se apenas os países que efetivamente nele se lançaram entre as duas Guerras Mundiais, circunscreveu-se à cidade durante um longo período, sem provocar mudanças concomitantes no campo. O caráter fechado da fazenda de subsistência retardou o desprendimento das atividades manufatureiras da agricultura, obstaculizando ao mesmo tempo a migração dos trabalhadores. Criou-se, desse modo, um fosso ainda mais fundo entre campo e cidade, cuja industrialização prescindia do mercado rural para seus produtos, dado o insignificante poder aquisitivo dos seus habitantes. (SINGER, 1998, p. 116)

O excerto acima expõe o problema do aprofundamento das diferenças campo-cidade, bem como o posterior desenvolvimento capitalista no interior, tendo como consequências o êxodo rural, por um lado, e a manutenção dos contingentes humanos ainda necessários à produção agropecuária em condições pouco acima dos limites da subsistência, por outro, implicam na *deficiência na formação de um mercado interno*. Ao menos, um que seja verdadeiramente integrado a todas as regiões do país. Mais do que isso, impõe uma saída de capitais, verdadeiro sangramento de divisas entre os produtos agropecuários e os bens industrializados dos grandes centros. Relações desiguais típicas de um esquema centro-periferia, doravante reproduzidas em solo pátrio. Nesse caso, a “deterioração dos termos de troca”, conceito tão caro à tradição cepalina (BIELSCHOWSKY et al., 2023), reproduzir-se-ia na reconfiguração territorial brasileira sob o discurso do desenvolvimento.

Celso Furtado, em seus estudos sobre os desequilíbrios regionais, alertava para a necessidade de se olhar para a industrialização do Nordeste como condição necessária - mas não suficiente - rumo a um desenvolvimento regional que não reproduza as relações coloniais na escala inter-regional. Sobre esse alerta, Clélio Diniz comenta:

Por um lado, os superávits comerciais do Nordeste com o exterior eram utilizados para financiar as importações da região Centro-Sul do Brasil, beneficiando esta última. O crescimento e a concentração industrial na região Centro-Sul, a política cambial protecionista e a manutenção de uma economia primária no Nordeste faziam com que este importasse bens industrializados do Centro-Sul, a preços mais altos que os do exterior, e exportasse matérias-primas e alimentos para este, Centro-Sul. Adicionalmente, a indústria tradicional do Nordeste havia sido afetada pela construção da rodovia Rio-Bahia, facilitando a penetração dos bens industriais do Centro-Sul no Nordeste e devastando a indústria têxtil dessa região. (DINIZ, 2009, p. 238)

Fica claro, portanto, que, ao menos para parte do pensamento econômico corrente até meados do século XX,²⁹ industrialização e aumento da renda via incremento no valor agregado dos produtos a serem comercializados eram os caminhos necessários para um desenvolvimento autônomo.

Tais medidas de industrialização em outros pontos do país podem, no entanto, não gerar os efeitos desejados: Singer (1998) aponta a ironia de projetos de desenvolvimento regional que, tensionando diminuir as migrações internas (notadamente aquelas movidas por fatores de estagnação), acabam por acentuá-las, já que, ao buscar-se desenvolver certos pólos urbanos regionais, pode-se também transformar as forças produtivas nas zonas rurais das regiões economicamente menos dinâmicas, tendo-se uma diminuição na demanda de mão-de-obra e, por conseguinte, reforçando-se a expulsão dessas populações rumo aos centros urbanos regionais ou nacionais.

O sociólogo Francisco de Oliveira (1981), por outro lado, critica a teoria do desenvolvimento – e seu corolário no estudo do caso brasileiro, o subdesenvolvimento - e lança ênfase no aspecto da luta de classes enquanto eixo essencial de análise do processo de formação do capitalismo brasileiro. Para além de dualismos “centro” vs. “periferia”, “mercado externo” vs. “mercado interno” ou “interesses internacionais” vs. “interesses nacionais”, Oliveira propõe a análise acurada dos interesses classistas a serem atendidos numa ou noutra configuração territorial-econômica:

Ao enfatizar o aspecto da dependência - a conhecida relação centro-periferia -, os teóricos do "modo de produção subdesenvolvido" quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas. O conjunto da teorização sobre o "modo de produção subdesenvolvido" continua a não responder quem tem a predominância: se são as leis internas de articulação que geram o "todo" ou se são as leis de ligação com o resto do sistema que comandam a estrutura de relações. (OLIVEIRA, 2003, pp. 32-33)

²⁹ Bielschowsky e outros (2023) apontam as principais correntes de pensamento econômico vigentes no Brasil no período em estudo. É claro que, para correntes como a liberal, medidas de intervenção estatal e reestruturação fiscal com o fito de atingir determinados níveis de industrialização e aumento de renda eram inaceitáveis e, no limite, contraproducentes. Nesse sentido, a alta concentração demográfica e econômica na região Sudeste não seria um fator a ser combatido em si mesmo, visto que a configuração territorial seria, ao menos numa primeira leitura, um reflexo das relações econômicas - e estas, por sua vez, subordinadas a mecanismos mais gerais de termos de troca, como as “vantagens competitivas”.

Nesse sentido, urbano e rural retroalimentam-se na composição de interesses classistas, culminando na formação de um capitalismo específico – não de um tipo “desenvolvido” ou não, mas que explora seus abismos internos e deles se alimenta para a reprodução das estruturas econômicas e de classe. Podemos ver as implicações dessas questões em três exemplos.

Retomando as considerações de Draibe (2004) expostas no capítulo anterior, as três vias de desenvolvimento – pró-cíclicas, políticas anticíclicas moderadas e políticas intervencionistas nacionalistas –, pensadas a partir dos 1930 com a recomposição do pacto político em novos termos, implicariam, no que tange à ocupação territorial do país (e, mais especificamente para nossa análise, do Centro-Oeste), em desdobramentos bastante distintos.

Resumindo, poderíamos afirmar que as duas primeiras, representantes de visões de cunho mais liberal (ligadas, em grande medida, ao complexo agromercantil exportador de café) ou intervencionista moderado (relacionadas em geral à crescente burguesia industrial), seriam, em tese, mais favoráveis a políticas de cunho centrípeto (como já afirmado), ou seja, ao reforço daqueles vetores “capital + mão-de-obra” já estabelecidos (ou em franco processo de consolidação) em direção à Região Concentrada dos parques industriais paulista e fluminense. Se este fosse o caso (e em grande medida o foi), necessário seria ao Estado pactuar com elites regionais e locais de regiões economicamente menos dinâmicas a fim de contemplá-las em certas demandas. Como mostra Gilberto Bercovici (2020), essa foi uma preocupação de Vargas no redesenho político-institucional brasileiro. Principalmente no período do Estado Novo (1937-1945), a nova concepção corporativista do Estado não seria, na prática, diametralmente oposta às elites regionais, tampouco as liquidaria. Ao revés, Vargas utilizou-se de seu crescente aparato técnico-burocrático estatal enquanto mecanismo de acomodação de interesses locais, agora escamoteados sob as insígnias supostamente técnicas de órgãos como os Institutos Nacionais (do Açúcar e do Alcool, do Mate, do Pinho, entre outros).

Tal dinâmica de reacomodação de oligarquias interioranas num contexto de crescimento industrial-urbano e êxodo rural pode ser vista também nas décadas seguintes, particularmente durante o governo JK e a construção de Brasília. Estudos como os de Maria Victoria Benevides (1976) e Vânia Losada Moreira (1998) abordam a construção das condições políticas do “projeto Brasília” em termos de aprovação popular, captação de apoio de setores da burguesia, da oposição e da imprensa e composição de interesses locais,

representados por parlamentares de diferentes legendas. Benevides (1976) aponta para as diferenças nos processos de ocupação da terra pensados pelos governos Vargas – com a criação, em 1943, da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e o foco no minifúndio – e Kubitschek, com a sua tolerância com o avanço do latifúndio e a deterioração das condições de vida no campo.³⁰ Moreira (op. cit.) mostra que o meio ruralista apoiou enfaticamente o mudancismo ao projetar nele as esperanças de readquirir o protagonismo da política nacional, que há décadas vinha sendo perdido para o complexo urbano-industrial. Já Cláudio Maia (2008) e Carlos Borba (2018) enfatizam o aspecto econômico-imobiliário – Brasília enquanto “balcão de negócios” para o avanço da fronteira capitalista rumo ao norte goiano e às regiões mais remotas do Centro-Oeste –, o que também se concatena com a tese mais ampla que atesta a necessidade de composição de interesses com oligarquias e lideranças locais.

Para as regiões rurais de maior dinamismo econômico, cuja população encontrava-se sujeita aos *fatores de mudança* apontados por Singer, uma “reaproximação” (entre aspas porque tal proximidade nunca foi verdadeiramente ameaçada)³¹ com outras instâncias de poder representaria o aprofundamento do avanço da fronteira capitalista (ou a frente pioneira) em áreas à época ainda pouco integradas ao contexto econômico nacional, como o norte goiano, mormente nos vales do Araguaia e Tocantins. Para as elites de regiões que há muito sofriam com os desequilíbrios regionais, como os estados da região Nordeste, Brasília representaria também uma aproximação geográfica com essas áreas.

O que os autores acima e suas ideias nos permitem vislumbrar, em primeiro lugar, é a estreita relação entre a produção de um espaço capitalista em um dado território nacional – com as características do caso brasileiro que lhe são peculiares, como refletem conceitos como subdesenvolvimento – e a exacerbação de desigualdades regionais no interior desse mesmo território. Concatenando o “pessimismo” de Oliveira com a análise fatorial de Singer, tem-se que a estruturação dessa zona economicamente mais dinâmica, a Região Concentrada,

³⁰ A esse respeito, Laurent Vidal (2009) sugere que tais diferenças residem em ideias mais fundamentais a respeito dos rumos econômicos e sociais do país: enquanto que, para Vargas, o Brasil ainda seria visto como um país predominantemente rural, faria sentido uma solução em termos de “fixação do homem no campo” (tal como a iniciativa da CANG sugere), enquanto que, para JK, o futuro do Brasil repousaria sobre as cidades, verdadeiros centros de irradiação da “civilização” pelo território. Nesse viés é a manifestação de Roland Corbisier (1960), do ISEB.

³¹ Moreira (1998) mostra que, dos anos 1930 aos 1960, o complexo agrário mercantil não havia perdido economicamente – ao contrário, ganhara em importância ao não depender exclusivamente das flutuações do mercado internacional tendo em vista o crescente mercado interno urbano, consumidor de alimentos e matérias-primas.

decorre (e se alimenta) de fatores socioeconômicos, como os acima citados, presentes nas zonas consideradas mais “atrasadas”. O “atraso” que é a mesma face do “moderno”.³²

Isso não implica - e, aqui, alinhamo-nos com Singer - em um certo “modelo ideal” de dispersão demográfica e econômica pelo território. Apenas indica que, qualquer que seja tal distribuição (e ela sempre será heterogênea em algum grau), confrontá-la com vistas a desenvolver alhures novos polos requer um elevado grau de coordenação econômica, o que pressupõe, por parte do Estado e também de sua *entourage*, ampla disponibilidade de recursos técnicos, humanos, financeiros e institucionais. A uma, porque tais esforços ingentes necessitam da *criação de um novo vetor econômico*: um que, sem quebrar completamente com os fatores que deram causa à estruturação da Região Concentrada, mas aproveitando-se deles (isto é, de seus superávits, de seu *know-how* técnico-científico-tecnológico), dê impulso a uma reorientação de capitais (humanos, financeiros, etc.) em direção a essa nova região que se pretende desenvolver. A duas, pois a criação desse novo vetor não acontecerá pelas vias “naturais”³³ (*i.e.*, sem intervir no fluxo centrípeto do capital), ou ao menos não ocorrerá nos termos, prazos e condições propostas ou imaginadas pelo Estado, para isso demandando uma ação determinada não no sentido da criação de *qualquer vetor*, mas de um com *características específicas*. E a necessidade deste ou daquele vetor será justificada de acordo com o olhar que se confere ao território - em suma, *pelo modo como os espaços são imaginados*.

Portanto, faz-se mister identificar as diferenças desses olhares nos discursos atinentes à necessidade da interiorização da capital federal, bem como de sua eventual localização, já que eles nos remetem, em última instância, não somente às intenções de mudança do arranjo

³² A esse respeito, ressaltem-se as considerações de Pierre Monbeig (1954), o qual, descrevendo para o público europeu o afã de crescimento econômico que experimentava o Brasil em meados do século passado vis-à-vis as aparentes contradições com bolsões de “atraso” que teimavam em grassar nos sertões e nas periferias das grandes cidades, disserta: “Por mais nítida que seja a diferença entre esses dois Brasil [sic], devemos nos precaver contra o desejo de opô-los brutalmente como duas entidades distintas. A realidade é mais matizada do que se pensa e as duas economias que os distinguem estão intimamente interpenetradas. Certos arrabaldes das metrópoles e alguns distritos agrícolas do sul parecem ser irmãos gêmeos dos arrabaldes pobres da Bahia e Recife ou da região canavieira nordestina. Os trabalhadores das fazendas de café e os sitiantes das frentes pioneiras sofrem de avitaminose ou de anquilostomose como os negros do Nordeste. A caboclicização dos descendentes de europeus não é fenômeno raro. Na cidade de São Paulo, em 1950, apenas 142.000 pessoas numa população superior a 2 milhões de hab. usavam fogão a gás ou a butano. O consumo diário de leite é de apenas 149 gr. do Rio, de 156 em Belo Horizonte, de 158 em Porto Alegre e de 172 em São Paulo.”

³³ Com “naturais” referimo-nos não a uma concepção clássica, *laissez-faire*, dos fluxos econômicos. Afinal, como atestam João Cardoso de Mello (1982) e Sônia Draibe (2004), já comentados neste trabalho, o capitalismo, tardio ou não, é uma produção conjunta e complexa da burguesia nacional ou estrangeira associada à *intelligentsia* do Estado, consubstanciado no seu corpo técnico e intelectual. Queremos dizer, isso sim, que tais fluxos de capital, uma vez já estabelecidos em sua dinâmica retroalimentativa, já não mais necessitam, salvo para certos saltos qualitativos, como os descritos por Mello, de medidas positivas e premeditadas por parte da associação Estado-burguesia - estas já se sustentam por suas próprias inversões.

socioeconômico, como a historiografia suficientemente já abordou, mas às descrições fundamentais que, segundo uma ou outra concepção, fazem do Brasil portador de certas características e potenciais (e, por conseguinte, não o fazem de outros).

Com as questões acima suscitadas em mente, veremos de que maneira elas foram levantadas (ou não) pelas comissões federais encarregadas dos estudos técnicos da localização da capital federal em solo sertanejo: as já citadas Comissão de Estudos de Localização da Nova Capital do Brasil (CELNCB), ou “Comissão Polli Coelho”, e a Comissão de Localização da Nova Capital Federal (CLNCF), ou “Comissão José Pessoa”. Malgrado a semelhança dos nomes, e uma certa sobreposição nas funções - houve mesmo quem suspeitasse de um caráter “protelatório” pela existência de duas comissões no espaço de menos de uma década (TUBINO, 2015) -, elas lançaram luz a importantes aspectos concernentes ao problema de se construir uma capital numa zona ainda parcamente incorporada à fronteira econômica, como já tratado. Tais comissões operaram em momentos políticos bastante distintos, entre o ensaio de uma “guinada” liberal e a recomposição de forças políticas em torno de - ou em oposição a - Getúlio Vargas e a extensa crise política suscitada pelo suicídio de Vargas e o início do esgarçamento do pacto político que sucedeu o Estado Novo (SKIDMORE, 1988).

CAPÍTULO 2

COMISSÃO POLLI COELHO: O DISTRITO FEDERAL EM DIFERENTES CONCEPÇÕES E LUGARES

Como citado no capítulo anterior, a CELNCB foi encarregada de revisitar os estudos feitos pela Missão Cruls e atualizá-los tendo em vista os avanços científicos, bem como as novas técnicas de estudo em campo, no interregno de meio século entre ambas as diligências. A Missão Cruls foi a primeira expedição oficial com o fito específico de avaliar a aptidão do Planalto Central³⁴ para abrigar a capital do País, tendo sido também a primeira a reunir uma equipe multidisciplinar de cientistas – botânicos, farmacêuticos, médicos higienistas, entre

³⁴ Para Cruls, o Planalto Central, expressão vaga utilizada na Constituição de 1891 em seu artigo que tratava da mudança da capital federal, circunscrevia-se à região mais alta do planalto goiano, no encontro das cabeceiras das bacias hidrográficas do Paraná, São Francisco e Tocantins. A adoção ou não de tal conceito suscitaria acalorados debates no seio da CELNCB, como se verá doravante.

outros –, condensando em seus relatórios diversas análises, testes e circunspecções no que dizia respeito às características biológicas, climáticas, sanitárias, geográficas e geológicas da região. Esse atributo de cientificidade (e, portanto, de “isenção” de opiniões) era amiúde lembrado e reforçado pela CELNCB (em especial, por seu presidente), a ele somando-se o apelo ao passado enquanto instância legitimadora, à história como “mestra da vida” (BRASIL, 1948), como nos lembram Vergara (2006) e Vesentini (2020).

A Comissão Polli Coelho, formada em 1946, contou com os seguintes membros: o general Djalma Polli Coelho, na qualidade de presidente; os engenheiros Francisco Xavier Rodrigues de Souza,³⁵ Odorico de Albuquerque,³⁶ Lucas Lopes, Christovam Leite de Castro,³⁷ Arthur Torres Filho,³⁸ Antonio Carlos Cardoso,³⁹ Jeronymo Coimbra Bueno,⁴⁰ Jorge Leal

³⁵ Francisco Xavier Rodrigues de Souza foi um engenheiro e meteorologista. Presidiu o Serviço de Meteorologia de dezembro de 1938 até seu falecimento, em junho de 1956. Sob sua direção, o então Instituto de Meteorologia transformou-se em Serviço de Meteorologia, havendo a unificação de sua estrutura e competências através do Decreto-Lei nº 5.995, de 12 de novembro de 1943. Informações obtidas em OLIVEIRA, Fabíola de. *INMET - 100 anos de meteorologia no Brasil: 1909-2009*. Brasília: INMET, 2009.

³⁶ Cearense de Acaraú, Odorico Rodrigues de Albuquerque formou-se em 1907 na antiga Escola de Minas em Ouro Preto (MG), lecionando geologia na mesma instituição. Informações obtidas em: PROFESSOR ODORICO DE ALBUQUERQUE. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 11 n. 1, jan-mar 1949.

³⁷ Christovam Leite de Castro foi um geógrafo mineiro, natural de Belo Horizonte (MG). Formado na então Escola Politécnica da Universidade do Brasil (atual Escola de Engenharia/UFRJ) como engenheiro-geógrafo, notabilizou-se por presidir o Conselho Nacional de Geografia, parte integrante da estrutura institucional do IBGE, entre os anos de 1937 e 1950, além de dirigir os trabalhos da Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar, concessão privada responsável pela administração do bondinho do Pão de Açúcar. Informações obtidas em: PIONEIROS DO IBGE (Christovam Leite de Castro). Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/pioneiros-do-ibge/20856-christovam-leite-de-castro.html>. Acesso em: 03/11/2023.

³⁸ Arthur Eugênio Magarinos Torres Filho foi um engenheiro-agrônomo formado pela Escola Agrícola Prática de Piracicaba, atual Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ-USP). Professor da Escola Nacional de Agronomia a partir de 1927, presidiu a Sociedade Nacional de Agricultura entre 1931 e 1960 e exerceu o cargo de reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Informações obtidas em: DA MONOCULTURA AO AGROBUSINESS: a história da Sociedade Nacional de Agricultura. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

³⁹ Antonio Carlos Cardoso foi um engenheiro-eletricista formado pela Escola Politécnica de São Paulo (Poli-USP). Em 1922, ingressou na docência da mesma instituição. Em sua carreira, integrou projetos como o plano de eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana, além de integrar a comissão de implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda (RJ). Informações obtidas em: GALERIA DE DIRETORES (Prof. Dr. Antonio Carlos Cardoso). Disponível em: <https://www.poli.usp.br/institucional/diretoria/galeria-de-diretores/prof-dr-antonio-carlos-cardoso>. Acesso em: 03/11/2023.

⁴⁰ Jeronymo Coimbra Bueno (1909-1996) foi um engenheiro e político goiano. Nascido em Rio Verde – portanto, oriundo da região que se tornaria politicamente mais preponderante a partir do Movimento de 1930 –, estudou engenharia civil, junto com seu irmão Abelardo, na Escola Politécnica da Universidade do Brasil. Retornando ambos a Goiás em 1933, abriram juntos uma firma de engenharia, por meio da qual, a partir de meados dos anos 1930, tornar-se-iam responsáveis pelas obras de Goiânia, sendo Jeronymo o braço-direito do interventor Pedro Ludovico ao longo do processo. Com a projeção política decorrente da construção da nova capital estadual, e a partir do rompimento político com Ludovico, Jeronymo Coimbra Bueno lança-se como candidato a governador do estado pela União Democrática Nacional, vencendo as eleições de 1947. Informações obtidas em LEMOS, Rubiana Cardoso Campos. *Coimbra Bueno e Cia. Ltda: sua história a partir de duas cidades novas: Luizânia (SP) e Rubiataba (GO)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, 2022.

Burlamaqui e Luiz Augusto da Silva Vieira; o urbanista Luiz Inácio de Anhaia Mello; além do médico higienista Geraldo Horácio de Paula Souza. Entre eles, pesavam nomes como Coimbra Bueno, Anhaia Mello, Lucas Lopes ou Paula Souza, sendo este último um dos proponentes, pela delegação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU), da criação da Organização Mundial da Saúde (OMS) (PÉREZ-RAMOS, 2006).

Em trabalho anterior (ROSA, 2020), expusemos como o caráter supostamente “extraestatal” de uma comissão, como as aqui estudadas, com a reunião de membros com “notório saber”, buscava conferir força maior às suas deliberações, inclusive visando influenciar nos rumos dos debates propriamente políticos uma vez entregues os relatórios à apreciação do Congresso Nacional, a quem caberia dar a última palavra sobre o local e a data da transferência. Entretanto, a divisão de opiniões no interior da comissão, sofrendo o relatório final a oposição de cinco componentes – entre eles, Anhaia Mello, Lucas Lopes e Paula Souza –, permitiu à comissão parlamentar encarregada da apreciação do relatório da CELNCB uma postura mais questionadora, como se depreende da leitura do parecer da referida comissão oferecido pelo deputado Eunápio Queirós (PSD-BA) (IBGE, 1949).

Esses embates, portanto, desafiam-nos a uma leitura cautelosa da documentação, atentando para tensões internas as quais, em última instância, apontam para as diferentes vias de desenvolvimento postuladas por Draibe (2004), além de situar a discussão da mudança da capital em circuitos mais amplos de debates sobre planejamento e desenvolvimento regional, como os percorridos por Izadora Laner (2018). A partir dessas considerações, analisaremos os principais argumentos expressos nos votos dos membros da comissão, bem como em opúsculos e outros materiais a ela conexos.

O voto de Djalma Polli Coelho

Apresentado em 12/08/1948 por Djalma Polli Coelho ao presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, o relatório final da CELNCB continha três volumes, sendo o primeiro referente à mensagem encaminhada à Presidência e à resolução final aprovada em votação pelos membros. O segundo volume reunia os votos e justificativas dos membros, destacando-se o de Polli Coelho, o qual, além de ocupar quase metade do documento, embasou boa parte dos argumentos apresentados na resolução, assim como norteou o

posicionamento dos demais componentes – a favor ou contra. Por último, o terceiro volume apresentava a transcrição das atas das reuniões da comissão.

A documentação supracitada, no entanto, não esgota o acervo produzido pela CELNCB. Dele também fazem parte relatórios parciais apresentados por estudiosos externos, como os produzidos por Fábio de Macedo Soares Guimarães e Francis Ruellan, integrantes de duas expedições geográficas organizadas em auxílio à comissão. Ademais, outros intelectuais e técnicos, durante e após a atuação da Comissão Polli Coelho, influenciaram no debate sobre as decisões a serem tomadas pelas autoridades incumbidas da transferência da capital federal. Entre eles, constam nomes como Everardo Backheuser, José Osvaldo de Meira Penna, Speridião Faissol e Preston James, todos autores de artigos e ensaios publicados em periódicos como a Revista Brasileira de Geografia (RBG) e o Boletim Geográfico (BG).

Mária Bruna Ribeiro (2015) analisou pormenorizadamente os argumentos e conceitos debatidos nesses veículos: e, tal como ocorria com a própria comissão, os debates em ambas as publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) gozavam do atributo de legitimidade, uma vez que “[o] apoio de uma Instituição de caráter científico para a questão legitimava as ações do Estado. Isso porque passava a ideia de que a mudança da Capital era uma necessidade e não uma escolha, o que fortalecia o projeto do Estado” (RIBEIRO, 2015, pp. 19-20). Entretanto, à diferença das opiniões expressas de forma esparsa nos periódicos, o relatório da CELNCB, além de condensar num único documento os diferentes aspectos desse tema, expõe posições contrárias entre si, evidenciadas na votação das propostas: como a “solução Cruls” – isto é, a defesa do planalto goiano, mormente nas imediações das cabeceiras das bacias hidrográficas do São Francisco, Tocantins e Paraná, como o local mais adequado para abrigar a nova capital – ganhou por margem apertada (sete votos a cinco) vis-à-vis o Triângulo Mineiro, cremos que tal divisão contribuiu para a manutenção de certa tensão não somente entre diferentes regiões que disputavam a primazia da localização da nova urbe, mas também munuiu de argumentos aqueles contrários à mudança, posição que se acirraria à medida que, na década seguinte, Juscelino Kubitschek colocava a mudança em prática, inserida enquanto “meta-síntese” de seu Plano de Metas.

Mas começemos pelo voto do presidente, o qual, pelo conjunto de seus argumentos, se confunde com o próprio teor da resolução final. Ocupando 69 das 147 páginas do segundo volume, o voto de Djalma Polli Coelho baseia-se em três trabalhos anteriores: *Aspectos fundamentais do problema da mudança da capital*, opúsculo escrito em 1947, *Espigão*

Mestre do Brasil e conceito geopolítico do Planalto Central e Nova capital federal (considerações sobre as bases para seu planejamento e execução) – estes dois últimos, anexos ao volume *A localização da nova capital da República*, veiculado pelo IBGE em 1948 e que contém a ata da aprovação, pela Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, da Resolução nº 388/1948, a qual pugnava pela transferência imediata da capital federal – inclusive apoiando uma mudança provisória para uma cidade “colocada a meio caminho entre o Rio de Janeiro e o Planalto Central” (BRASIL, 1948, p. 8), o que, como veremos, contrariava os argumentos do presidente da CELNCB. Não obstante sua determinação em mudar a capital, preocupavam-lhe soluções vistas como temporárias ou imediatistas. Malgrado tais diferenças, a Resolução acolhe, com “solidariedade plena” (*op. cit.*, p. 8), as conclusões de Polli Coelho. Uma vez que as três peças acima aludidas, cada uma a seu modo, contêm pontos interessantes para a análise dos pontos de vista expressos por Polli Coelho, elas serão analisadas em conjunto com o voto presidencial.

O voto de Polli Coelho sobrepõe-se aos demais não somente em tamanho, mas estabelece a principal tese que nortearia os trabalhos da comissão: a manutenção (e mesmo um certo alargamento territorial) da “solução Cruls”, sendo a missão da CELNCB aprofundar os estudos relativos às medidas de planejamento territorial dentro da área demarcada. Porquanto a nova capital, a seu ver, exerceria um papel crucial na estratégia de ocupação das vastas porções do Centro-Oeste e da Amazônia, a área do novo Distrito Federal - ou *Território Federal do Planalto*, como ele preferia designar – era pensada como uma espécie de “laboratório” de iniciativas para o que seria considerado uma ocupação racional do território.

A principal ideia sobre a qual se alicerça o voto de Polli Coelho é de que a da capital de um país tem a função precípua de coordenar os esforços estatais – ou seja, de condensar, em um único ponto, as principais instituições do Estado e, a partir desse local, estender seu poder equilibradamente para todos os cantos do território.⁴¹ Caso essa função não esteja sendo cumprida a contento, cabe ao Estado mudar sua sede para outro ponto que melhor

⁴¹ Como lembra José William Vesentini (2020, p. 13) recuperando a gênese do conceito e da etimologia da palavra “capital”, “De fato, nas sociedades onde não existem dominantes e dominados, nas ‘sociedades sem Estado’ ou que lutam ‘contra o Estado’ para usarmos uma expressão de Clastres, não há nenhuma razão para haver cidades ou aglomerados que funcionem como capital. Mas, por outro lado, não há sociedade política sem um local - mesmo provisório - que sedie a cúpula do Estado, onde se exerça o governo. (...) A capital - sua localização no território, seus fluxos com as diversas unidades do território sob o domínio desse Estado, seu traçado urbanístico e suas linhas arquitetônicas - representa um aspecto visível, material, espacial enfim, das relações e imbricações entre o Estado e a sociedade da qual ele é parte integrante.”

exerça tal papel. A essa função, Polli Coelho relaciona o conceito de *Weltanschauung*,⁴² da teoria geopolítica alemã.

Tal conceito, assim como os demais pontos lançados em sua argumentação, apoia-se na tradição e na reiteração de argumentos formulados no século anterior, sobretudo nos escritos de Francisco Adolfo de Varnhagen. Embora dê grande ênfase à defesa da mudança da capital no processo de escrita da Constituição Federal de 1891 (e, por conseguinte, à Missão Cruls), o relatório elaborado por Luiz Cruls confessadamente reitera as conjecturas de Varnhagen a respeito do papel geopolítico de uma capital, mormente no que tange à conexão entre estratégia militar e ocupação do território. Como mostra Luiz Ricardo Magalhães em sua análise do discurso varnhageniano em defesa da mudança da sede da Corte para o Planalto Central goiano,

O elemento geopolítico da defesa militar da capital [de acordo com Varnhagen], se abrigada e protegida no interior do País, também teria melhor solução, pois o território funcionaria como aliado a embaraçar a ação de possíveis invasores. O inimigo assim concebido, imerso em espaço desconhecido, sentiria a fragilidade da sua condição, pois seria refém da geografia estranha, determinando a solução favorável do conflito. (MAGALHÃES, 2015, p. 38)

Dessa forma, a relação estreita entre defesa e ocupação do território, malgrado as variações de ênfase num ou noutro aspecto, permaneceria como uma constante nos discursos em prol da interiorização da capital, numa operação de reforço progressivo ao argumento histórico – ou ao “imperativo constitucional”, como frequentemente aduzia Polli Coelho. De acordo com José William Vesentini,

[P]ara a geopolítica é fundamental não somente a preocupação com a segurança do Estado antes de tudo, como também, especialmente num caso em que esse imperativo não esteja imediatamente em jogo (como a escolha de um sítio, no Planalto Central, para a nova capital), o enleiar-se com a "cultura nacional", com os mitos mais arraigados de uma sociedade, aqueles fundamentais para a dominação porque tidos como alicerces ou marcos da "história nacional". Trata-se do procedimento de apoderar-se de um passado mítico e profundamente comprometido com as concepções dos vencedores, para nele inserir-se, integrando-se como sequência lógica e mais moderna desse conjunto e, ao mesmo tempo - como projeto de dominação -, dele se apropriando. E uma das ideias mais frequentes entre aqueles preocupados em "construir a Nação", desde o Segundo Reinado - o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (criado em 1838), o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (o Visconde de Porto Seguro), e outros, foi a de se interiorizar a capital, fixando-a num mítico "Planalto Central do Brasil". O discurso

⁴² Traduzida por Polli Coelho como “contemplação do mundo” (COELHO, 1947, p. 12).

geopolítico brasileiro, com esse procedimento, recupera e reforça essa posição. (VESENTINI, 2020, pp. 85-87)

Outro conceito movimentado por Polli Coelho é o de *Lebensraum*, ou “espaço vital”. Tornou-se bastante conhecido no senso comum por sua apropriação distorcida pelo nacional-socialismo alemão como ferramenta retórica a fim de justificar a ocupação e a repopulação do Leste europeu, ao custo de deslocamentos e deportações em massa, além das atrocidades genocidas que marcaram o Holocausto do povo judeu. Nessa teoria, nascida em fins do século XIX pelas mãos do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), o *Lebensraum* seria definido em seu sentido biológico enquanto uma determinada área necessária à reprodução equilibrada de uma dada espécie. Transpondo tal ideia para o campo humano, o qual escapa da mera reprodução fisiológica gerada por processos instintivos, a cultura adquire um papel essencial em termos de uma certa “taxonomia”: nesse sentido, tem-se a ligação estreita com o conceito de *Volk*, amiúde utilizado na tradição alemã oitocentista e que designa uma unidade cultural (mas não necessariamente racial, como propugnavam os nazistas) (SMITH, 1980). Polli Coelho aplica esse conceito ao caso brasileiro, defendendo que, ao contrário dos demais países - assumindo aqui o Estado como “produto” ou “tradução” político-institucional deste *Volk* –,⁴³ o Brasil não necessitava conquistar terras para além de suas fronteiras: seu *Lebensraum* encontrava-se já em solo nacional, bastando ocupá-lo adequadamente mediante políticas de colonização.

A utilização dos dois conceitos acima – *Weltanschauung* e *Lebensraum* – pelo presidente da CELNCB podem ser resumidos pelo seguinte excerto:

O Brasil, por exemplo, precisa aplicar a *Lebensraum* no caso dos seus espaços interiores. Uma população já apreciável vive desconfortavelmente no litoral enquanto que no interior há grandes áreas livres que precisam ser ocupadas e utilizadas pelos brasileiros.

Também uma espécie de *Weltanschauung* pode ser imaginada pela integração de Estados e grandes áreas, num único todo. Por enquanto o Brasil continua sendo uma espécie de arquipélago, devido a falta de comunicações interiores entre seus Estados. Isso foi particularmente sentido durante a última guerra. (COELHO, 1947, p. 13)

⁴³ Explica-nos Thiago Antunes (2021, p. 154), ao discorrer sobre as origens do pensamento ratzeliano, que “[o] autor nasceu em uma época em que o conceito de Estado-nação se apresentava vinculado à noção de direitos naturais. Tal fato pode ser explicado pela ideia aplacada na esteira da Revolução Francesa de que uma nação tem o direito de formar um Estado unitário e soberano. Assim, nesse seguimento, a modernidade da época abarcava as lógicas imperialistas na instrumentalização dos meios para os fins do fortalecimento estatal.”

Aqui, chamamos atenção para dois aspectos. Primeiramente, o termo “desconfortavelmente” remete-nos às críticas, já correntes nos anos 1940, a respeito das externalidades negativas do ingente processo de migrações internas em plena marcha naquele período. A partir dos anos 1930, com o incremento dos meios de transporte ligando diferentes regiões do Brasil, somado à deterioração dos meios de subsistência de milhares de famílias - camponesas e nordestinas em grande número – causada pelo crescimento demográfico desacompanhado de medidas de acesso à terra (e à água),⁴⁴ tem-se um aumento progressivo no fluxo de migrantes nacionais demandando os grandes centros litorâneos, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, motivando as primeiras reflexões a respeito de um certo “inchaço urbano” (sobretudo no caso de São Paulo). Já na década de 1930, por exemplo, Filinto Müller expunha suas preocupações com a quantidade crescente de desempregados e outros elementos “perigosos”, cada vez mais comuns nas periferias das grandes cidades, defendendo o “descongestionamento, nos centros urbanos, da massa de desocupados, rumo ao interior, sob assistência e localização do Estado” (MÜLLER *apud* CANCELLI, 2017, p. 28).

Com efeito, Wilson Cano (2007, pp. 28-29), ao criticar a reprodução acrítica de dinâmicas conceituais *centro-periferia* para a análise das relações inter-regionais no Brasil, lembra-nos que o processo de industrialização concentrado no Sudeste brasileiro, se tomado em sentido amplo (ou seja, não apenas olhando para os investimentos e empregos gerados pela indústria em si, mas também para as ainda maiores possibilidades abertas em áreas como comércio e serviços), não resolveu os problemas internos de desigualdade salarial, permanecendo ou mesmo agravando o fenômeno da “pobreza metropolitana”, com o que concorda Francisco de Oliveira (1981) ao compreender a miséria e a marginalidade urbanas como partes indissociáveis das condições de reprodução do capital. Dessa forma, se a industrialização é vista por alguns como panaceia para os problemas do subdesenvolvimento (CANO, 2007, pp. 28-29), o mesmo processo pode acarretar a acentuação das iniquidades econômicas, aliadas à progressiva marginalização de expressivos contingentes de migrantes oriundos das áreas rurais.

⁴⁴ Izadora Laner (2018) aponta para o viés conservador das políticas implementadas pela Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS, criado em 1909 e redesignado em 1945 para Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, ou DNOCS) em relação às secas que periodicamente grassavam em amplas áreas do semi-árido nordestino, atuando muito mais no atendimento às demandas das elites locais do que para aplacar a situação miserável em que se encontrava a parcela mais ampla da população. Nesse sentido, a “Operação Nordeste” posta em prática por JK e que viria a motivar a fundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), liderada por Celso Furtado, constituía-se num exemplo da chamada “administração paralela”, medida político-institucional de criação de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República com o fito de fugir dos impasses políticos e burocráticos típicos das instituições federais mais tradicionais.

Um segundo ponto a merecer atenção: é-nos lícito inferir do discurso de Polli Coelho, ao defender que se deve *ocupar e utilizar* o interior, um sentido não somente econômico, mas demográfico. Os motivos para esse duplo significado derivam possivelmente de alguns elementos.

Se retomarmos as considerações de Milton Santos (2021) a respeito da sucessão de meios geográficos no Brasil, veremos que a primeira metade do século XX ainda é marcada por uma configuração territorial, variável conforme a região, que ele define como *meio técnico*. Essa configuração, sucessora do *meio natural* característico do período pré-colonial, é definido pela lenta introdução de técnicas em maior ou menor grau mecanizadas, verdadeiros “prolongamentos não apenas do corpo do homem, mas do próprio território, constituindo verdadeiras próteses” (SANTOS, 2021, p. 39). Dessa forma, prossegue Santos, “[o] período técnico testemunha a emergência do espaço mecanizado. São as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza, situações em que as possibilidades técnicas presentes denotam os conflitos resultantes da emergência de sucessivos meios geográficos, todos incompletamente realizados, todos incompletamente difundidos” (*op. cit.*, p. 36).

Portanto, a emergência de diversos meios técnicos ao longo do processo de colonização deu-se de maneira territorialmente esparsa (embora concentrada no litoral) e não articulada, a não ser com o vínculo em comum entre todos esses pontos de penetração da técnica mecanizada ou *umländer*, na definição de Russel-Wood (1998), qual seja, o da própria metrópole. Tem-se, portanto, o que Milton Santos define como “Brasil arquipélago”, ou uma etapa de mecanização incompleta do território.

A incorporação do Centro-Oeste a este esquema deu-se por meio da mineração aurífera, em primeiro lugar, e depois pela pecuária (PALACÍN; MORAES, 2008). Exceto pelas pontuais relações comerciais com os maiores centros litorâneos, a região permaneceu numa espécie de estado de transição entre os *meios naturais* e os *meios técnicos*: vale lembrar que grande parte do território goiano, principalmente a oeste, assistiu a uma fraquíssima intervenção colonizadora, perfazendo uma configuração territorial chamada por David McCreery (2006) de *swiss cheese frontier*. Tal situação somente se alteraria a partir da primeira metade do século XX.

Destarte, o baixo índice de intervenção humana – e, portanto, econômica – no Centro-Oeste clamava, na visão de Polli Coelho, por um conjunto de iniciativas no sentido de incentivar a migração. Iniciativas essas que, se por um lado tencionavam combater o estado

fragmentado dos territórios econômicos do Brasil até aquele momento, por outro abriam espaço para diferentes interpretações a respeito da natureza dessas iniciativas. Deveriam centrar-se na incorporação meramente econômica do território? Ou, ao revés, os vastos “vazios demográficos” centro-oesteiros representariam uma oportunidade de distribuição demográfica mais uniforme? E, neste caso, *por que tal distribuição seria importante?* Poder-se-ia argumentar que, numa etapa de mecanização incompleta do espaço, a alta demanda por mão-de-obra implicaria numa estreita correlação entre *ocupação demográfica* do território e sua *utilização econômica*.

Nesse sentido, compreende-se o papel da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG): inserida no contexto da “Marcha para o Oeste” estadonovista, possuía o mister de “desafogar” os grandes centros urbanos - além da região Nordeste, a qual, por sua densidade demográfica relativamente alta numa região que economicamente perdera o dinamismo ao longo dos séculos XIX e XX, era cada vez mais vista como “região problema” (LANER, 2018). Buscava também servir como “laboratório” de técnicas agrícolas para o melhor aproveitamento das terras do Cerrado, visando a futura incorporação da região à fronteira agrícola oriunda do interior de São Paulo e do Triângulo Mineiro. Entretanto, o avanço da mecanização (principalmente em sua etapa mais tecnológica, a da industrialização), na cidade como no campo, abriria espaço para uma intervenção técnica ou tecnológica cada vez maior com o emprego de um contingente de trabalhadores cada vez menor. Resta saber, portanto, se nessa hipótese o Centro-Oeste se assemelharia à configuração do complexo agro-mercantil-industrial paulista ou se a essa parte do País restaria uma incorporação econômica de caráter subordinado à Região Concentrada, como defende Herick Vazquez (2013).

As visões expressas por Polli Coelho, como veremos em mais detalhes, sugerem a existência, ao menos em sua época e talvez restrita a seus meios técnicos-intelectuais, de uma concepção diferente para a configuração do território do que viria a ser o Distrito Federal e, mais amplamente, o Goiás e o Centro-Oeste: um espaço estratégico de proteção às instituições governamentais e, ao mesmo tempo, de experimentação de novas relações campo-cidade, novas configurações agro-urbanas.

Ainda sobre as relações entre as propostas de transferência da capital e os problemas urbanos dos grandes centros litorâneos, Laurent Vidal (2009, p. 125), em sua análise sobre os diferentes projetos em debate entre os séculos XIX e XX, discorre sobre a crescente

preocupação, aos olhos da elite política das primeiras décadas da República, com o crescimento urbano desordenado no Rio de Janeiro e o conseqüente risco - real ou simbólico – que representavam as massas urbanas à estabilidade política e econômica do nascente regime. Para Vidal,

A imagem de uma cidade incoerente, cujas atividades econômicas e desordens sociais prejudicam o exercício sereno das funções políticas, é dessa maneira associada ao Rio de Janeiro. (...) É menos a cidade como modelo de organização humana que é visada - a cidade é, com efeito, nessa lógica positivista, a melhor organização humana possível para a difusão do progresso moral e industrial - de que as carências da grande cidade brasileira como suporte da modernização. E as críticas contra o Rio de Janeiro são mais violentas ainda por ela ser a capital da República, o sistema político melhor adaptado - ainda na lógica positivista - à difusão do progresso na sociedade. A urbanização descontrolada faz da cidade um freio ao estabelecimento de uma verdadeira economia capitalista. No entanto, a construção de uma cidade nova para transferir a capital pode ser um meio de corrigir as derivas da cidade grande. Gesto racional pode recolocar o Brasil na via do progresso. (VIDAL, 2009, p. 125)

A superação da fragmentação territorial e econômica através da propalada “integração de Estados e grandes áreas, num único todo” somente seria conseguida através de um “gesto racional”, positivista e cartesiano, de uma capital planejada e centralizada em relação ao território no contexto de uma República científica e ilustrada, a qual, no contexto de apelo à tradição, se une com a “sensibilidade romântica” varhageniana (MAGALHÃES, 2015, p. 38) e suas metáforas organicistas: capital enquanto coração; vias de comunicação (sobretudo fluviais) funcionando como “veias e artérias” a irrigar o corpo do território.⁴⁵ Dessa maneira, poder-se-ia superar a situação fragmentada do “Brasil-arquipélago” rumo a uma maior integração do território. A *Weltanschauung* a partir da nova capital a cumprir um papel na ocupação estratégica do *Lebensraum* brasileiro.

Tendo em vista as leituras acima apontadas para os problemas centrais, na visão de Polli Coelho, no que concerne à concepção de uma capital, consideremos os principais pontos, a seu ver, essenciais tanto na configuração do território – o chamado *Território*

⁴⁵ Outra metáfora mais óbvia, pela etimologia da palavra “capital”, é a de “cabeça”. Discorrendo sobre a ideia de capital como “cabeça” do Estado, Vesentini afirma: “Essa questão da segurança militar ligada à localização do capital, convém esclarecer, prende-se ao fato de que para a geopolítica o ‘país’ (com ênfase no território) tem no Estado o seu sujeito e, este, no governo federal (instalado na capital), a sua ‘cabeça’. Portanto, a conquista da cidade-capital, segundo uma imagem sugestiva que aparece em inúmeras obras de geopolítica, tornaria o Estado ‘acéfalo’. Como se vê, uma concepção que Tocqueville já havia assinalado no contexto europeu: o objetivo da guerra, na visão napoleônica que teria se tornado dominante, seria ocupar a cidade-capital do país inimigo.” (VESENTINI, 2020, p. 105)

Federal do Planalto – quanto na sua relação com o pano de fundo das disputas em torno da expansão da fronteira e suas implicações mais amplas sobre o desenvolvimento de diferentes regiões do País.

O primeiro ponto esboçado por ele foi a defesa de uma grande área para o Território⁴⁶ - maior ainda do que os 14.400 km² demarcados pela Missão Cruls.⁴⁷ Polli Coelho estimava ser necessária uma área de cerca de 50 mil km². O motivo principal para tal aumento seria a necessidade de a futura capital da União dividir limites com estados de diferentes regiões do País, em especial as regiões Norte e Nordeste, tanto por aspirações à futura ocupação da Amazônia, etapa considerada sucessora “natural” do processo de “marcha para o Oeste”, quanto por preocupações relativas à segurança nacional (BRASIL, 1948, p. 8). Apesar de defender o legado de Cruls, Polli Coelho critica o fato de o quadrilátero demarcado pela comissão oitocentista encontrar-se inteiramente em solo goiano. Mas haveria outro motivo para a proposição dessas dimensões.

No texto *Nova capital federal: considerações gerais sobre as bases para seu planejamento e execução*, dois aspectos sobressaem-se numa primeira aproximação: a defesa de um controle da população máxima a ser comportada dentro dos limites da nova unidade federativa e a distribuição dessa população pelo Território. Uma vez que Polli Coelho pugnava por um processo mais gradual de estruturação das condições básicas para a instalação da nova cidade – com medidas que iam da desapropriação das terras à construção da infraestrutura de transportes, conectando o Território aos principais troncos rodoferroviários do País –, ele estimava em cerca de 300 mil a população inicial necessária para dar o suporte adequado às primeiras atividades da nova urbe e de seus arrabaldes. Após cinquenta anos da transferência da capital, as estimativas aumentariam para cerca de 750 mil pessoas (IBGE, 1948, p. 23). No entanto, chama atenção o perfil de ocupação do solo pensado por Polli Coelho para tal contingente, dividindo-o entre a capital propriamente dita, a zona rural e as cidades-satélites, projetadas tanto para apoio às atividades urbanas (como cidades industriais) como para as zonas rurais.

Maria Fernanda Derntl (2019) destaca como as cidades-satélites foram modalidades morfológicas urbanas as quais, longe de constituírem uma improvisação de última hora saída

⁴⁶ Doravante, por motivos práticos, chamaremos o Território Federal do Planalto simplesmente de “Território”, com letra inicial maiúscula.

⁴⁷ Apenas a título de comparação, o antigo Distrito Federal, sediado no Rio de Janeiro (convertido em 1960 no estado da Guanabara e, em 1975, no município do Rio de Janeiro), possuía cerca de 1.200 km², ou seja, um território quase doze vezes menor do que o Quadrilátero Cruls e cerca de quarenta vezes menor do que o imenso Território Federal do Planalto proposto por Polli Coelho.

das cabeças do *staff* da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), eram já conhecidas dos planejadores brasileiros desde décadas anteriores. De fato, Polli Coelho chega a mencionar os projetos de reconstrução da malha metropolitana de Londres no contexto do pós-guerra. Sem pretender adentrar em detalhes sobre o histórico das concepções polinucleadas das malhas urbanas, vale destacar que a discussão em torno do conceito de “cidade-satélite”, grosso modo, ganha corpo no campo do Urbanismo ao final da era vitoriana no Reino Unido. No bojo das críticas e temores à cidade industrial, e com o desenvolvimento econômico trazido pelos parques fabris de cidades como Londres e Manchester, emergiram (ou agravaram-se) também problemas como a poluição (atmosférica e hídrica) e a precariedade das habitações da classe operária. Nesse contexto, Ebenezer Howard (1850-1928) propõe o conceito das *ciudades-jardim*, projetadas dentro de uma malha polinucleada constituída por uma cidade central, com capacidade para cerca de 60 mil habitantes, e outros núcleos menores ao seu redor, cada qual com cerca de 30 mil moradores. Entre o núcleo central e os periféricos,⁴⁸ encontrar-se-iam núcleos agrícolas, represas e áreas florestadas, todas com o fito de trazer as qualidades atribuídas ao campo - ar fresco, águas limpas - ao esquema urbano.

A proposta howardiana seria levada mais em conta pelas autoridades britânicas a partir do segundo pós-guerra. Motivado pela alta destruição do tecido urbano das cidades inglesas devido aos combates e bombardeios, com destaque para Londres, o governo britânico foi apresentado ao *Greater London Plan*, o qual previa o controle populacional nas áreas mais centrais, a manutenção de áreas verdes e a construção de cidades-satélites, tudo organizado em anéis concêntricos (DERNTL, 2020). Essas novas cidades, chamadas de *new towns*, não seriam, de acordo com o plano, meras cidades-dormitório da metrópole principal, mas conteriam atividades econômicas e sociais próprias, havendo, no entanto, ampla discussão entre proponentes (e dentro da historiografia) a respeito do grau de autonomia dessas cidades-satélites.⁴⁹

⁴⁸ Esse termo não é utilizado por Howard. A propósito, segundo Derntl em outro artigo (2020), nem mesmo a expressão “cidade-satélite” é por ele utilizada, sendo atribuída ao conceito por ele criado através de seus comentadores.

⁴⁹ Segundo Maria Fernanda Derntl (2020), “[d]as propostas para a metrópole londrina à criação de uma capital no interior do Brasil, a trajetória das “cidades-satélites” evidencia os significados fluidos e contraditórios que os conceitos urbanísticos podem assumir em suas reinterpretações. De modo muito distinto daquilo que preconizara um ideário inglês de planejamento urbano e regional - e como resultado da assimilação de alguns seus princípios a um processo específico -, as cidades-satélites de Brasília foram essenciais para definir uma peculiar configuração metropolitana”.

Tal discussão, contudo, foge ao escopo deste trabalho. No entanto, cabe a observação de que, com suas polissemias e múltiplas e criativas releituras, as cidades-satélites representaram importantes instrumentos conceituais nos debates urbanísticos durante a primeira metade do século XX. No caso específico dos estudos acerca da construção de Brasília, Maria Fernanda Derntl aponta que “[c]onsiderar a intrínseca participação das cidades-satélites na concepção de Brasília contribui para revelar as peculiaridades da formação da capital e traz a necessidade de rever formulações usuais numa historiografia que privilegiou o projeto do Plano Piloto” (DERNTL, 2020).⁵⁰

Volvemos ao presidente da CELNCB. O esquema polinucleado por ele proposto incorpora os princípios do *Greater London Plan*, mormente a divisão espacial por anéis concêntricos (DERNTL, 2019), os quais conteriam, em seu núcleo, a própria capital, rodeada por um cinturão verde, de 30 a 40 km de largura, seguido por uma faixa de cerca de 10 km de extensão destinada à construção das cidades-satélites – propondo-se que algumas teriam caráter industrial, embora de âmbito local, como armazéns e indústrias da construção civil (IBGE, 1948, p. 24). Por fim, a faixa mais externa conteria as colônias agropastoris necessárias à alimentação da população local. Em síntese, a premência de uma grande área para abrigar o projetado Território Federal do Planalto pode ser assim resumida:

A satisfação de 65-75% das necessidades da população do Território pelos próprios recursos da região em que os únicos combustíveis de uso geral disponíveis serão de origem vegetal, impõe uma certa largueza na determinação da superfície total de um território de que se desconhecem ainda tôdas as condições naturais. Mesmo admitido o são princípio de que êsse Território não deva desenvolver-se em uma zona de produção exportável, parece justificado ter-se de fixar em 50 000 Km² o limite mínimo de sua superfície, com um máximo de 100 000 Km², área média proposta pelos melhores dos planos de redivisão territorial do País. (IBGE, 1948, p. 24)

Vale ressaltar, conforme veremos, que a área proposta de 50 mil km² seria ampliada ainda mais após a sugestão de Jeronymo Coimbra Bueno, membro da comissão e governador de Goiás à época. Com isso, o “super-retângulo” de Polli Coelho transformar-se-ia num disforme polígono de impressionantes 77 mil km² – maior do que a superfície de estados como Paraíba, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O presidente assinala também a importância

⁵⁰ A respeito das releituras e apropriações dos esquemas urbanísticos polinucleares no caso do processo de colonização do norte paranaense, Renato Leão Rego (2019, pp. 94/95) assinala ser “notável no conjunto dos assentamentos registrados no mapa da colonização do norte paranaense uma paisagem planejada que evoca características do town and country planning idealizado por Howard e propagado no mundo colonial britânico, desprovido, porém, dos ideais reformistas e ajustado a um empreendimento privado de especulação fundiária”.

da busca pela autossuficiência, nos limites do possível, para a nova unidade federativa. Tal autossuficiência, contudo, não implicaria no isolamento completo em relação aos estados limítrofes: o que não pudesse ser produzido no interior do Território seria trazido de outras partes do País – notadamente, dos Estados limítrofes, no que tange a bens agropastoris não produzidos (ou produzidos em quantidade insuficiente) no novo Território:

Exceptuada a Chapada dos Veadeiros, qualquer das regiões goianas em estudo, onae, satlsfeitos outros requisitos essenciais, venha a ser erigida a nova CAPITAL DO BRASIL, o abastecimento será assegurado:

a) - de hortaliças, frutas, leite, aves, ovos, etc., pelos vales próximos e a zona compreendida em um raio de até 150 quilômetros;

b) - de cereais, grãos leguminosos e outros produtos da indústria alimentar, pelos centros produtores próximos e, sobretudo, pela zona das matas denominadas MATO GROSSO e SÃO PATRÍCIO;

c) - de carne de vaca, xarque, manteiga e outros produtos alimentares de origem animal pelas zonas pastoris compreendidas em um círculo de raio até 350 quilômetros.

As províncias fitogeográficas MATO-GROSSO e SÃO PATRÍCIO estão situadas, em referência aos centros dos quadriláteros das regiões em estudo, a 250/350 quilômetros da Veadeiros, - 150/250 quilômetros da Ipamerí, - 100/200 quilômetros da Cruls e 50/100 quilômetros da Anápolis. (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 24)

Além disso, o controle populacional no interior do Território seria assegurado não somente mediante a observância da estruturação da teia agro-urbana, mas também por um certo distanciamento em relação às principais linhas infraestruturais:

Naturalmente nos estudos para a escolha do Território em causa, ter-se-á de levar em conta o desenvolvimento normal de sua população de acôrdo com suas finalidades primordiais, - desenvolvimento no qual se deve contrariar tôdas as influências nocivas de expansão natural ou forçada de outras atividades, industriais ou não. Isso se pode obter por um conveniente afastamento da área do Território relativamente às linhas-troncos dos sistemas nacionais de vias de transporte ferro e rodoviário. (IBGE, 1948, p. 22)

Tal postura denota não somente uma preocupação com a obediência estrita aos planos para o Território como também sugere que as demais áreas do Centro-Oeste, pela influência de obras como a rodovia Transbrasiliana, estariam suscetíveis a um surto de crescimento (demográfico? econômico?) o qual, considerado talvez como mais tolerável nesses casos, não poderia ser admitido dentro da nova capital e seu respectivo Território. As diatribes contra a especulação financeira levada a cabo pela iniciativa privada são ainda mais claras na seção a respeito da desapropriação das terras.

A esse propósito, Polli Coelho assinala a necessidade da desapropriação total das terras particulares no interior do Território. Isso asseguraria o adequado planejamento “sem

nenhum embaraço criado por interesses particulares” (BRASIL, 1948, p. 10). Essa posição constitui um dos fatores a formar a opinião de Polli Coelho a favor do planalto goiano em detrimento do Triângulo Mineiro: sendo uma região mais pobre e esparsamente povoada, cairia o custo com as desapropriações. Talvez isso indique, ao menos em parte, o porquê do diminuto tamanho do Distrito Federal proposto pelos membros da CELNCB contrários à opinião de Polli Coelho: encontrando-se no Triângulo Mineiro, uma região mais rica e melhor atendida por infraestruturas de transporte, deduz-se uma menor margem de atuação do Estado na configuração espacial, abrindo espaço para – ou convivendo com – interesses e projetos da iniciativa privada.

A defesa peremptória de Polli Coelho em relação ao planalto goiano passava pela caracterização um tanto uniforme (e, até certo ponto, estereotipada) das terras planaltinas. Em nosso Trabalho de Conclusão de Curso (2020), mostramos como houve uma certa equalização das diversas fazendas da região a título de categorização para fins de indenização. Embora o relatório da comissão estadual encarregada das desapropriações - a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal (CCMCF) – apontasse que 90% das terras circunscritas nos limites do atual Distrito Federal fossem do tipo mais simples (ou seja, baixa fertilidade e pouca ou nenhuma benfeitoria), os estudos apontaram para uma porcentagem menor, de cerca de 70%. Ainda que os terrenos pior aquinhoados formassem a maioria, a diferença aponta para uma nuançada diversidade natural e econômica, ainda que invisível aos olhos oficiais.

Um dos objetivos intentados com a desapropriação total das terras, além da construção da cidade central e dos núcleos satélites, era a estruturação das colônias agrícolas. Visando combater a “lepra da especulação imobiliária” (IBGE, 1948, vol. 1, p. 25), foi prevista a concessão de lotes rurais mediante contratos de arrendamento, assegurando à União os lucros futuros com a valorização dos imóveis, além de garantir uma fonte de renda constante para o erário local, o qual poderia reinvestir em obras de zeladoria, infraestrutura ou eventual ampliação da malha urbana. Polli Coelho afirma ter-se inspirado no modelo australiano, cujo governo federal teria adquirido a totalidade da área reservada ao que constituiria o Território Capital da Austrália (ou ACT, na sigla em inglês).

Além de complementarem o papel da Colônia Agrícola de Goiás (criada poucos anos antes do relatório) no tocante ao abastecimento da nova capital, essas colônias cumpririam uma função “pedagógica” de introdução de novas técnicas e métodos de cultivo para além do

tradicional uso predatório e semi-nômade empreendido no Brasil desde os primórdios da colonização. Semelhante “pedagogia” foi também tentada na CANG, aparentemente sem sucesso: já nos anos 1950, o geógrafo Speridião Faissol teceria críticas ao desmatamento indiscriminado e ao manejo agrícola insustentável na região do Mato Grosso Goiano, então em pleno processo de deflorestamento. Polli Coelho, no entanto, via com bons olhos a possibilidade de assentamento permanente de parte da população; nesse sentido, tanto os moradores de áreas inseridas no (ou lindeiras ao) novo Território quanto migrantes de outras regiões do País poderiam se inserir em atividades urbanas (como aquelas ligadas à construção civil), mas sem abrir mão do contato com o meio rural:

Uma parte desses elementos devem ser captados para ulterior incorporação às atividades de abastecimento normal da população do território, tendo em vista o brusco aumento dessa demanda no ano da mudança do Governo para a nova sede. Por isso é que se deve ir despertando, desde o início, por um prévio contato com a terra em suas próprias residências, *tendências e preferências para as atividades da agricultura e indústrias primárias*. Dêsse modo, *vinculando o homem permanentemente à terra e conservando a terra permanentemente com suas condições de fertilidade*, é que se deverá processar a colonização dêsse Território abandonando, de vez, os usuais métodos, mais de “colonialização” que de colonização, com que se explora espoliativamente, até sua exaustão, os recursos naturais e os elementos humanos para uma desregrada produção ou extração de mercadorias, não em benefício da população local, sempre em regime de sub-consumo e sim em vista de sua total exportação para maior lucro de seus proprietários sediados quase sempre nos grandes centros urbanos do País. (BRASIL, 1948, vol. 1, p. 25; destaques nossos)

As diatribes de Polli Coelho em relação ao caráter desregrado da ocupação do interior do País e a conseqüente depredação do solo espelham, ainda que de forma incipiente, uma preocupação com a formação de um mercado interno – a tal diferença, por ele chamada, entre “colonialização” e “colonização”. Ao assentamento de grandes contingentes da população litorânea não interessaria a situação de “sub-consumo”. E, segundo o ponto de vista do presidente da CELNCB, o novo Território seria o espaço mais adequado para formação ordenada de novas relações cidade-campo: num momento de vultosas migrações, ocasionadas tanto pelos “fatores de estagnação” quanto pelos de “fatores de mudança” caracterizados por Singer (1998), a dupla vocação rural e urbana do novo Território consistia numa multiplicidade de atividades a serem geridas pelo Estado, contrapondo o caráter, cada vez mais evidente à época, de abertura de oportunidades no meio urbano (vale dizer, principalmente nas cidades mais industrializadas) ocorrendo *pari passu* com a deterioração dos meios de vida do campo, com destaque para a região Nordeste.

Nesse sentido, começar “do zero” a partir de uma região cuja densidade populacional encontrava-se abaixo de um habitante por quilômetro quadrado, longe de representar uma desvantagem do Quadrilátero Cruls vis-à-vis as demais regiões estudadas pela CELNCB, consistia em sua principal vantagem, de acordo com Polli Coelho:

Que a solução proposta se volvesse para uma região não favorecida, ao máximo, por todos os fatores determinantes de uma tal seleção, não poderá ela ser passível de opugnação e sim merecedora de apoio, pois ela é, por isso mesmo uma região representativa das condições gerais do meio brasileiro e não uma dessas “manchas” privilegiadas e singulares, e, assim, a realização dêsse grande empreendimento redundará na inauguração de uma grande escola cujas experiências e lições irão valer para todo o Brasil. (...) A necessidade de trabalhos enormes para a exploração, recuperação e conservação dos recursos naturais do Território, a obrigação de atacar múltiplos serviços para a defesa sanitária e a valorização humana dos habitantes da região, serão pesados encargos que devem ser assumidos sem hesitação, provadas que hoje estão a sua possibilidade técnica e até mesmo a sua rentabilidade econômica e, com sua plena realização, patentear-se-á que se poderá criar nas zonas tropicais uma civilização superior, com tôdas as condições de salubridade, de conforto e de produção. (BRASIL, 1948, vol. 1, p. 18)

Até este ponto, enfocamos nos planos e intenções relativas à configuração territorial do Território Federal do Planalto, nome sugerido por Polli Coelho para os ingentes 77 mil km² a serem demarcados e instituídos a partir do Quadrilátero Cruls seguindo para o setentrião goiano em direção à confluência dos rios Paranã e Tocantins. Mas e quanto à sua relação com o restante da região Centro-Oeste e mesmo com outras regiões do País? Polli Coelho não é detalhista a esse respeito, mas esboça algumas direções.

Já dissemos que uma das principais razões para a grande expansão do antigo retângulo de 14.400 km² rumo à porção norte do estado de Goiás seria o mais íntimo contato com a bacia do Tocantins/Araguaia, porta de entrada para iniciativas e intervenções na Amazônia. Polli Coelho também estabelece que a interiorização da capital auxiliaria no desenvolvimento industrial do Triângulo Mineiro, uma vez tendo esta região ampla disponibilidade de potencial hidráulico e hidrelétrico, bem como dada a sua posição privilegiada tanto em termos da infraestrutura de transportes já existente - com destaque para as ferrovias - quanto no que tange à proximidade com a nova capital, situando-se a “meio caminho” entre esta e grandes centros consumidores como São Paulo. Na resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Estatística em 1948, admite-se que, dada a localização do Quadrilátero Cruls numa região de altitude elevada (e, portanto, regada por pequenos veios

d'água), “o potencial hidráulico está distribuído de modo a não favorecer a transformação da Capital do país num grande centro industrial, mas permitindo, ao contrário, o aparecimento de um *sistema de cidades satélites*, nas diferentes direções e a distâncias várias, com *apreciável capacidade de produção*” (IBGE, 1948, p. 5; destaques nossos). Essa “apreciável capacidade de produção” seria possível nas imediações da bacia do rio Paranaíba, com destaque para a projetada usina da Cachoeira Dourada.

A propósito, a eventual baixa capacidade de geração de energia elétrica dentro do Quadrilátero Cruls seria motivo de desconfianças pelos membros contrários ao voto de Polli Coelho. Não obstante, para este, a defesa da localização da capital federal no planalto goiano, pelo acima exposto, congregava elementos geopolíticos e econômicos (estes em grande medida subordinados ou ligados àqueles) que sobrepunham-se aos fatores estritamente locais: é a distinção entre a *posição* (ou seja, o conjunto dos fatores geográficos e geopolíticos determinantes para a estratégia da localização de uma dada cidade) e o *sítio* (os fatores naturais - climáticos, geológicos, hidrográficos, etc – presentes nos arredores de um certo núcleo urbano, concreto ou imaginado). Nesse sentido, a transferência da capital federal para um ponto além da fronteira econômico-demográfica tinha o intuito de irradiar o tão propalado desenvolvimento em múltiplas direções, seguindo com mais firmeza as diretrizes e anseios do Estado:

Devemos não perder de vista que êsse Território, colocado nas condições aqui previstas, ficará cercado de várias regiões ricas, que em poucos anos se terão desenvolvido extraordinariamente, desde que ali seja construída a nova Capital. Isso será a garantia de um *intenso povoamento* do Brasil Central - *objetivo supremo* da mudança da Capital. (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 19; destaque nosso)

Ainda sobre as posições de Polli Coelho, vale assinalar o seu posicionamento frente às acusações de esterilidade do solo goiano – em especial, nas imediações do Quadrilátero Cruls. A essas objeções, ele responde:

O planalto goiano não é nem estéril nem fértil. É apenas uma região que espera o homem para se revelar totalmente e, nêsse sentido, deve-se render homenagens a todos quantos, no passado, intuitivamente trataram de ressaltar as suas qualidades naturais, que foram mais uma vez evidenciados durante os trabalhos desta Comissão. Nunca é demais repetir que *o homem é o principal fator geográfico* e que, si não se considerar as cousas assim, por êsse prisma, que é absolutamente certo, o Brasil nunca poderá ser encarado como uma nação fadada a grandes destinos. Será eternamente uma medíocre expressão geográfica. (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 16; destaques nossos)

Aqui, tem-se a defesa da preponderância dos aspectos atinentes à geopolítica - ou à *posição* - em relação às circunstâncias naturais que conformam um terreno. Destarte, a fertilidade do terreno nas cercanias da urbe projetada constituir-se-ia num fator menos importante do que o papel a ser exercido pela localização da capital numa região considerada estratégica para a defesa territorial, a exploração dos recursos naturais eventualmente existente nas regiões Centro-Oeste e Norte e o povoamento dessas áreas, “desafogando” os grandes centros litorâneos, cujo crescimento, como já abordado, era progressivamente visto como “problemático” aos olhos da segurança nacional.

Outro aspecto relacionado às características naturais do *sítio* é o do clima e salubridade. A este respeito, não cabe entrar em maiores considerações do que as já ponderadas nos trabalhos de Tamara Rangel Vieira (2009, p. 296). Não obstante Polli Coelho destacar a preponderância dos fatores geopolíticos (*posição*) sobre os estritamente naturais (*sítio*), como já assinalado, os fatores sanitários encontravam-se dentre os critérios mais importantes para a escolha da localização da nova capital, sobretudo dentro do embate entre os membros da CELNCB favoráveis ao Triângulo Mineiro e aqueles defensores do imenso polígono proposto pelo seu presidente. Afirma Polli Coelho:

Como tôdas as regiões do interior do Brasil, com uma população abandonada a si mesma na ignorância e na indigência os atuais habitantes do Território recomendado são vítimas fatais das endemias comuns, como malária, verminoses, bócio e outras. A mudança da Capital virá forçar a rápida restauração da salubridade da região pelo fácil emprêgo dos processos conhecidos e provados em todo mundo, será o próprio fato do desenvolvimento em larga escala da população regional, em núcleos acessíveis aos seryços de assistência e do seu consequente levantamento econômico e cultural que tornará expedito e certo o pronto saneamento do Território favorecido pelas condições de seu clima benéfico. (BRASIL, 1948, vol. 1, pp. 25-26)

O otimismo no combate às doenças que grassavam no interior brasileiro, mormente nas regiões com menor índice de atendimento por campanhas e políticas sanitárias, encontra guarida no contexto nacional e mundial pós-guerra. Como assinala Vieira,

A relevância que as atividades sanitárias e o combate às doenças adquiriu então no Brasil coadunou-se com uma lógica que se consolidaria internacionalmente durante a Guerra: a da importância da saúde como fator de desenvolvimento. Nessa conjuntura os inseticidas, as vacinas e os antibióticos foram alguns dos produtos que contribuíram para o clima de ‘otimismo sanitário’ que marcou o período. Diante das perspectivas

promissoras de solução para incontáveis doenças, a exemplo da malária e da febre amarela, duas das maiores preocupações do governo brasileiro, esse clima repercutiu em toda a sociedade. (VIEIRA, 2009, p. 296)

Outro aspecto relacionado ao clima é a defesa, feita por Polli Coelho, da imigração estrangeira para o Território Federal do Planalto. Assumia, assim, que o Território constituir-se-ia num espaço privilegiado para melhor “aclimatação” dos imigrantes ao novo País, o que o aproxima do ideário de Varnhagen no qual haveria uma estreita relação entre “raça”, clima e desenvolvimento. Embora Polli Coelho lance menos ênfase a esse aspecto, não deixa de chamar atenção na leitura de seu voto. Tal aproximação seria criticada por Luiz Anhaia Mello no bojo de sua oposição a qualquer projeto de transferência da capital, como a seguir veremos.

Entre apelos à tradição, argumentos geopolíticos e a defesa intransigente de um maior papel do Estado na condução do planejamento territorial e urbano, bem como nos destinos econômicos que viabilizariam tais empreitadas, o voto de Polli Coelho sintetiza um pensamento afeito aos discursos em circulação ao menos desde a subida de Getúlio Vargas ao poder: repactuação política, maior centralização no âmbito federal, introdução do planejamento como conceito-chave (retórico ou prático) do desenvolvimento nacional e o consequente crescimento na participação de técnicos – muitos deles oriundos ou vinculados às Forças Armadas – nas esferas de decisão e formulação de políticas públicas.⁵¹ Tal pensamento seria seguido pela maioria dos membros da comissão; entretanto, os embates internos com os discordantes lançam luz a importantes aspectos do problema tratado neste trabalho: diferentes modos de enxergar a relação entre a transferência da capital - quando tal solução era defendida - e as formas específicas de desenvolvimento pensadas para as regiões interioranas.

⁵¹ A esse respeito, afirma Ângela de Castro Gomes (1994, p. 4): “São os pensadores autoritários, com destaque para Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, que melhor sistematizam todo esse arcabouço, insistindo nas críticas aos ‘velhos políticos’ e nas demandas de ‘novos administradores’. Desde então, de forma clara e enfática, essa dicotomia emerge como fundamental, transitando da produção intelectual dos gabinetes para os discursos políticos dos salões e das ruas. Cada vez mais, a erudição dos bacharéis vai sendo considerada insuficiente e até perniciososa para atender às necessidades da nação. A ‘modernização’ do país que, segundo os diagnósticos dos anos 20 e 30, já estava em curso e devia ser acelerada, exigia a presença de homens com formação distinta. O Brasil precisava não de ‘profissionais da política’, mas de profissionais com formação técnica específica ao desempenho das novas funções do Estado, cada vez mais intervencionista e autoritário.”

Os votos dos demais membros da CELNCB

Com um placar apertado de sete votos a cinco, o relatório final, apresentado pelo presidente da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, Djalma Polli Coelho, foi aprovado. Votaram a seu favor, além do próprio presidente, os engenheiros Luiz da Silva Vieira, Arthur Torres Filho, Francisco Xavier Rodrigues de Souza, Jeronymo Coimbra Bueno, Jorge Leal Burlamaqui e Odorico de Albuquerque. Apesar de muito semelhantes nos argumentos - Arthur Torres Filho e Francisco Xavier Rodrigues de Souza sequer chegam a apresentar voto próprio, resumindo-se a concordar com o relator –, algumas considerações merecem ser feitas.

Dos votos favoráveis ao relatório, o de Luiz da Silva Vieira, vice-presidente da comissão, é o mais pormenorizado. Com 21 páginas, seu voto discorre mais detidamente sobre alguns pontos presentes na manifestação de Polli Coelho ou nos opúsculos citados na seção anterior. Chama atenção para o que, a seu ver, seria o verdadeiro sentido dos trabalhos da CELNCB – definir a localização da unidade federativa que abrigaria a nova capital. Em sua opinião, que ia ao encontro da de Polli Coelho, nem o propósito da mudança, tampouco a localização específica da cidade deveriam ser alvo de debate circunstanciado.⁵² Ademais, em sua visão, a definição de Planalto Central já estaria fixada desde os idos da Missão Cruls, o que reforça o argumento histórico como expediente legitimador para a proposição. Como desdobramento desse elemento, a questão do “imperativo constitucional” – isto é, a leitura das determinações de transferência da capital federal contidas nas Constituições republicanas de 1891, 1934 e 1946 – também é reforçada por Silva Vieira.

Também a partir de um ponto de vista histórico, Silva Vieira expõe os motivos segundo os quais, para ele, o Brasil teria sido uma civilização a qual, até aquele momento, concentrara-se no litoral:

⁵² Como lembra Luiz da Silva Vieira, “Dentro do critério de partir do geral para o particular, cuja propriedade se acentua sobretudo nos estudos que lhe foram cometidos, a Comissão definiu seu objetivo como indicação ou escolha da localização do futuro Distrito Federal.

A escolha do sítio é, realmente a última aproximação, a mais delicada, a mais severa e rigorosa em detalhes, devendo-se buscar em dados técnicos especializados, de coleta em geral trabalhosa e não raramente demorada. (...) Si a ocorrência de sítios fôsse de raridade tal a eliminar extensões ponderáveis no planalto, então o problema se inverteria, passando a predominar a questão de detalhe. No caso em apreço tal não se dá e a apreciação dessas minúcias escapa às possibilidades da Comissão, pelo menos na primeira fase de seus trabalhos; daí a lógica do critério da escolha prévia da região onde se assentará o futuro Distrito Federal” (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 74).

Por fôrça de sua situação geográfica no continente sul americano, o Brasil foi compelido a se expandir ao longo de um extenso litoral, dentro de uma faixa cujo desenvolvimento se vem processando de forma extremamente irregular e descontínua, seja no tempo, seja no espaço.

(...) A própria natureza nos foi adversa nessa expansão; tolheu-nos o tormento da cordilheira do mar; intimidou-nos a agressividade dos sertões semiáridos nordestinos; repeliu-nos a insalubridade das selvas amazônicas.

Ao caminhar da civilização faltou o atrativo de uma segunda frente marítima, sôbre o Pacífico, capaz de equilibrar a influência dominante do Atlântico, ao qual ficou subordinado exclusivamente o desenvolvimento da vida econômica do País, decorrência obrigatória da forma de expansão dos meios de comunicações, processada, como era de esperar, em um sentido único. (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 79)

Pelo excerto acima, percebe-se o esforço de uma análise de fatores naturais influenciando na configuração territorial do tal “Brasil-arquipélago”. Ao contrário de uma visão presente desde o Oitocentos, como nos memoriais de Francisco Adolfo de Varnhagen, cuja interpretação acerca das raízes desse “arquipélago” remetem à ideia de uma suposta “civilização marítima”, “cosmopolita” (aqui adotado como um termo pejorativo, conforme abordamos no capítulo anterior) e “voltada de costas” ao interior, Silva Vieira, provavelmente influenciado por trabalhos como o de Frederick Jackson Turner (1921) e sua ideia de *frontier*, coloca a ausência de um segundo litoral, às margens do Oceano Pacífico, como um dos motivos para a falta de incentivos à interiorização do processo colonizador – ao menos, na velocidade e intensidade tal qual se experimentou nos Estados Unidos.

Diante da ausência desses fatores naturais a atrair iniciativas espontâneas para a expansão rumo ao Oeste, far-se-ia necessária a ação do Estado, consubstanciada na “interiorização [da capital] mais profunda possível” (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 80). Tal processo necessariamente dependeria de maior intervenção humana não somente para a conformação do Território e de seus arredores como uma nova frente pioneira, uma nova fronteira econômica, mas também para adequação dos sítios às condições de habitabilidade demandadas por uma capital nacional. Uma interiorização para além da fronteira - e não enquanto “ponta-de-lança” desta – seria primordial para o direcionamento eficaz desse novo vetor de expansão. Em suas palavras:

É um critério que contraria preponderância, não só diretiva como limitadora, da atual faixa de penetração demográfica, estabelecida em conformidade com o último recenseamento geral do País, isto é, o ponto de vista pelo qual o Distrito Federal se localizaria dentro dos limites dessa faixa, escolhida a região de acordo com as tendências ou diretivas aparentes da penetração.

(...) O apoio na faixa demográfica atual se justificaria se unicamente nêsse

ambiente, exclusivamente nele, se encontrassem as condições naturais necessárias à implantação da metrópole. A simples superioridade local de condições de ordem urbanística ou de conforto inicial, relativamente a outras regiões mais interiorizadas, não deverá pesar suficientemente no critério de escolha.

Na mudança da capital, o aspecto pioneiro, desbravador, civilizador, repetimos, deve ser encarado como primordial. Embora se devam aproveitar ao máximo as condições naturais favoráveis, não se pode perder de vista que nessa realização serão criadas condições especiais de vida e de trabalho, muitas das quais necessariamente artificiais, formando, em conjunto, um ambiente novo a influir na marcha da população e portanto do progresso. Aproveitadas judiciosamente as condições naturais, o ambiente definitivo de vida será proporcionado pela mão do homem. (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 80)

Em sua visão, os argumentos favoráveis à instalação do novo Território no Triângulo Mineiro centravam-se excessivamente nos elementos relativos ao *sítio*, e menos à *posição*. O menor peso de fatores geopolíticos para a escolha do Triângulo Mineiro, em última instância, também significaria menor margem de manobra por parte do poder público sobre o direcionamento dos esforços colonizadores.

Vale lembrar que, no momento em que se era discutida a construção de uma nova capital no Planalto Central, a região Norte do Paraná encontrava-se em pleno processo de colonização manejado por companhias particulares. Portanto, é-nos plausível pensar que os discursos favoráveis à “solução Cruls”, os quais conferiam maior legitimidade (e necessidade) a uma intervenção estatal mais robusta na incorporação do Centro-Oeste à fronteira econômica, tinham em mente, ainda que de forma indireta (posto que não há menções expressas), a experiência norte-paranaense. Longe de pretender cair numa visão dicotômica ou reducionista entre ambos os modelos (se é que podem ser assim chamados), a intenção aqui é assinalar a presença de disputas entre diferentes concepções do processo de expansão da frente pioneira (MARTINS, 1975) sobre o interior brasileiro, mormente sobre as terras anhanguerinas. Pelo que se depreende de tais leituras, a proximidade do novo Território com os limites da Zona Concentrada ameaçaria a pugnada “liberdade de ação” dos agentes públicos não somente sobre a nova unidade federativa, mas sobre a irradiação desses esforços nas áreas mais a Oeste e Norte, alvo preferencial da propalada “marcha para o Oeste” sob a batuta da Fundação Brasil Central (FBC).

Como analisa Maia (2012), a zona de atuação da FBC, embora pouco clara, abrangeria as zonas menos desenvolvidas do estado de Goiás – principalmente sua porção ocidental, próxima às margens do Araguaia –, além das regiões central e setentrional do

estado de Mato Grosso, rumo às cabeceiras de rios como o das Mortes, Xingu e Tapajós. Ao menos durante a primeira metade do século passado,⁵³ e notadamente a partir do período do Estado Novo (1937-1945), a primazia do Estado na condução desses esforços era defendida em círculos intelectuais, militares e técnicos, como os membros do recém-formado IBGE. Embora a posição específica de Vargas a respeito da mudança da capital tenha permanecido ambígua – o dispositivo mudancista, criado na Constituição de 1891 e repetido na de 1934, sequer é mencionado na Carta autoritária outorgada em 1937 –, é seguro admitir que o Estado brasileiro, a partir dos anos 1930, cresce em suas atribuições e responsabilidades na condução de reformas política, econômica, social e mesmo cultural (FONSECA, 1999; SKIDMORE, 1988; GOMES, 1988).

Por outro lado, a própria noção um tanto vaga e imprecisa exposta nos discursos de Vargas ou de Cassiano Ricardo, prócer da ideologia estadonovista e da “Marcha para o Oeste”, apelando-se à figura do bandeirante como elemento retórico, remete à noção de um Estado que, embora deva coordenar os esforços para a ocupação econômico-demográfica do Centro-Oeste, “não pode nem deve em caso algum impor esse movimento, que deve permanecer o fato [*sic*] de empreendimentos individuais, ‘gestos de pioneiros’” (VIDAL, 2009, p. 152). Pode-se questionar até que ponto tal postura “cautelosa” de Vargas e Ricardo refletiria uma noção pragmática frente ao domínio tradicional das oligarquias rurais ou mesmo um gesto diante das forças econômicas emergentes nos anos 1930 e 1940, em especial a burguesia mercantil-industrial paulista. Todavia, para os fins deste trabalho, interessa-nos que a imprecisão em si mesma mantém um espectro de possibilidades em aberto no que tange à natureza e ao grau da intervenção estatal no processo em questão.

Ainda sobre as relações entre o novo Território e seu eventual distanciamento da Zona Concentrada, Silva Vieira aduz o seguinte, ao comentar acerca da elevada disponibilidade de potencial hidráulico e hidrelétrico na bacia do Paranaíba:

A mesopotâmia mineira está *destinada* a ser um dos grandes parques industriais do país, *em contraposição com o Distrito Federal* do qual se deve afastar, o mais possível, êsse aspecto ou essa função; que se conserve o Distrito de certa forma *livre das agitações da indústria*; que se obedeça no sul ao postulado industrial de aproveitar com o máximo de economia as

⁵³ Posteriormente, nas décadas de 1960 e 1970, surgiram novas iniciativas de colonização em amplas porções das regiões Centro-Oeste e Norte, principalmente nos estados de Mato Grosso e Pará, formando o que Ricardo Trevisan (2009) chamaria de “Cidades Novas”. Tais empreendimentos contavam com similaridades - inclusive em sua morfologia urbana - em relação à experiência norte-paranaense, em especial com a cidade de Maringá. O nome da companhia responsável pela fundação de Sinop, por exemplo, denominada Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná (SINOP), entrega a estreita relação entre ambas as iniciativas. A esse respeito, cf. REGO, 2019.

condições naturais de matéria prima: e de energia. (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 87; destaques nossos)

A citação abre algumas possibilidades de leitura. Pela palavra “destinada”, pode-se depreender um entendimento de que o Triângulo Mineiro, já suficientemente incorporado à Zona Concentrada, agregaria a seu território um certo parque industrial de forma espontânea, sem a necessidade da inserção da nova capital no Triângulo como chamariz para tais atividades. Ao mesmo tempo, em ocorrendo essa expansão industrial rumo ao Triângulo, o novo Território Federal deveria se localizar a uma distância “segura”, “livre das agitações da indústria”. Tal expressão pode ser tomada em relação tanto aos desdobramentos econômicos – bastando lembrar das diatribes de Polli Coelho à “lepra da especulação imobiliária” (IBGE, 1948, vol. 1, p. 25) – quanto em seu sentido social, o que nos remete às críticas amiúde feitas ao Rio de Janeiro e às massas proletárias que progressivamente amontoavam-se nos morros e subúrbios da cidade.

Por fim, vale assinalar também que Silva Vieira não somente era favorável à adoção de uma ampla área para o Território Federal do Planalto como também propôs um aumento em relação aos 50 mil km² inicialmente colocados por Polli Coelho, pugnando por um retângulo de mais de 77 mil km². Todavia, Silva Vieira e Polli Coelho aceitariam a sugestão de Jeronymo Coimbra Bueno de estabelecer limites naturais para o novo Território, e não geodésicos, como se propunha desde a Missão Cruls. Nesse ponto, repetiam-se os argumentos do presidente da CELNCB: uma ampla área aumentaria a liberdade de ação para a conformação do território,⁵⁴ mas, para isso, seria necessário não somente uma região de baixa densidade demográfica, mas também com unidades rurais de baixo valor venal, o que viabilizaria a desapropriação completa da superfície da nova unidade federativa.

⁵⁴ Uma vez que Silva Vieira não entra em detalhes sobre como seria a formação desse território, supõe-se que ele concordava com Polli Coelho quando este menciona as malhas polinuceadas e as formações agro-urbanas enquanto espaços “pedagógicos”, conforme discutimos páginas atrás.

Região do Brasil Central com indicação da área proposta para o novo Território Federal e das ligações entre esse território e as regiões vizinhas.

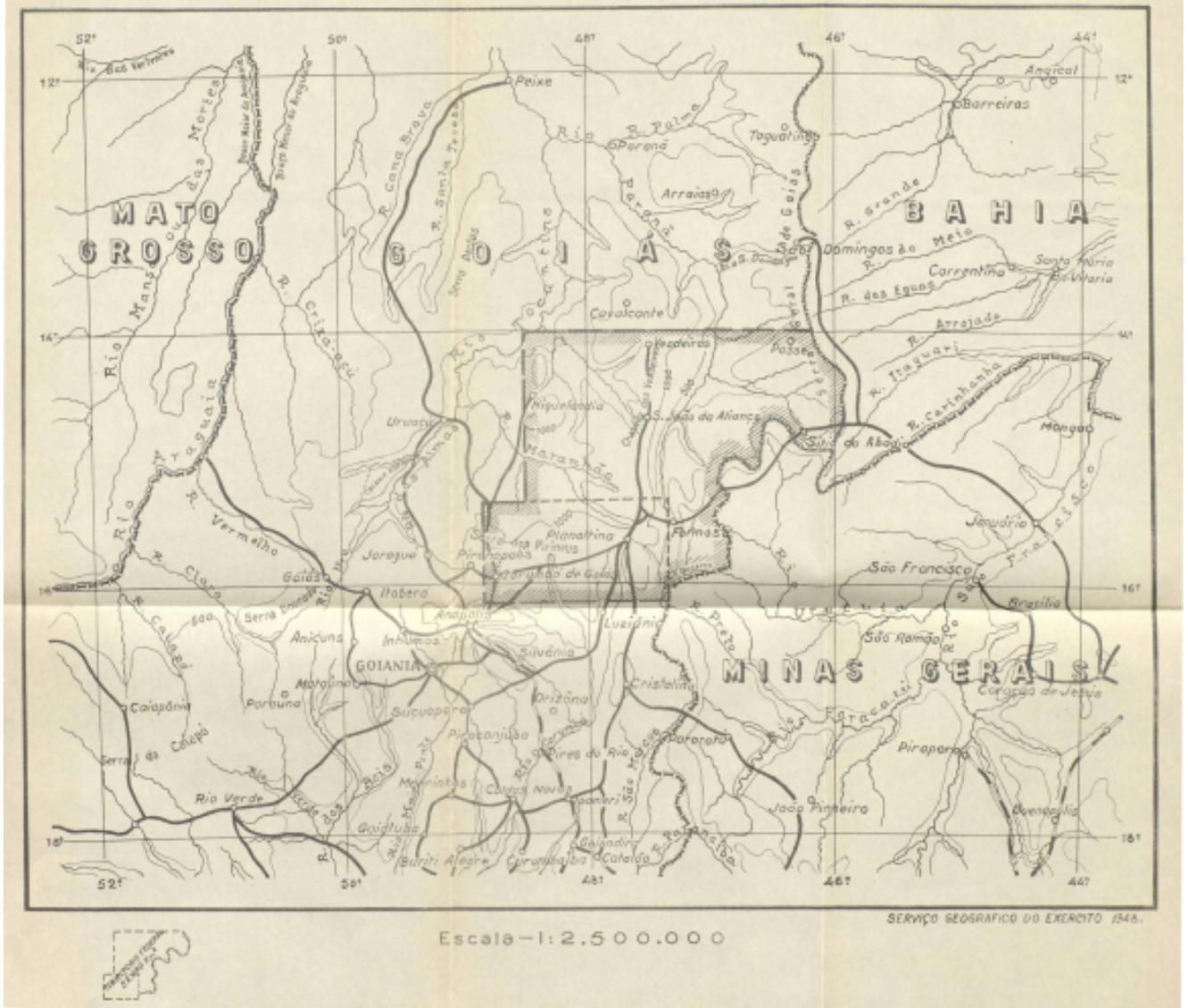


Imagem nº 1: primeira proposta de Djalma Polli Coelho para o Território Federal do Planalto, ampliando-se dos 14.400 km² da área do Quadrilátero Cruls (exibido no formato de retângulo tracejado) para cerca de 50.000 km² (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 147).

auríferas de Minas Gerais e sua respectiva circulação pelos caminhos Velho e Novo. Segundo Albuquerque, a interiorização da capital federal cumpriria o objetivo geopolítico de integração entre as diversas áreas econômicas previamente estabelecidas e o vasto interior do País. Também defende a grande área proposta para o Território com o objetivo de abranger mais de um bioma – no caso, a zona de transição para a Floresta Amazônica:

É evidente a vantagem de estar o Distrito Federal provido de ambientes para campos de experimentação de todos os climas do País.

É notável a diferença entre as fáunas ictiológicas do Amazonas, do São Francisco e do Prata.

Ali se criarão condições, no ponto mais adequado, para experimentos e propagação destas riquezas das nossas águas interiores.

Finalmente, alcançando batante [*sic*] ao Norte o Tocantins, teremos dado um passo avançado na incorporação definitiva da Amazonia na economia nacional. (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 107).

Seriam esses “campos de experimentação” coordenados com as colônias agrícolas defendidas por Polli Coelho? De todo modo, tal ideia vai ao encontro de uma concepção do novo Distrito Federal enquanto lugar estratégico para a coordenação de esforços militares e econômicos em toda a superfície nacional. Outro ponto digno de nota é uma raríssima manifestação de cunho ecológico, no qual Albuquerque pugna pelo potencial do novo Território no sentido da preservação de diferentes biomas e fitofisionomias:

Assim ampliado, o território do futuro Distrito Federal terá áreas amplas para reservas para diversos fins futuros, como principalmente grandes parques, onde se preserve com segurança toda a biota primitiva nacional, ameaçada já de extermínio na parte ocupada do País, como um atestado desprimoroso, de uma feição de nossa cultura, aliás da dos povos latinos, que geralmente destroem as belezas e as harmonias da natureza, em contraste com o constante cuidado com que os povos anglosaxões as preservam, mesmo nas colônias, em parques terrestres e marítimos (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 107).

O último voto favorável ao relatório a ser aqui mencionado é o do engenheiro Jorge Leal Burlamaqui, o qual, dos votos até agora expostos, traz a perspectiva mais nuançada: mesmo concordando com Polli Coelho,⁵⁵ Burlamaqui defende que haveria um “movimento natural” de ocupação do Centro-Oeste vindo a partir do interior de São Paulo:

⁵⁵ Importante ressaltar que, no início dos trabalhos da CELNCB, Burlamaqui não se encontrava completamente convencido da pertinência da interiorização da capital, pelo que se depreende de um aparte por ele proferido na reunião de 11/04/1947 (BRASIL, 1948, vol. 3, pp. 20-21), o que talvez explique que seu voto final, em que pese concordar com a proposta de Polli Coelho, trazia argumentos assaz distintos, conforme será exposto.

A função pioneira, em nossa época, deve, portanto, estar condicionada a um planejamento geral, para a conquista do Planalto Central Brasileiro, do qual deve surgir a capital como consequência, depois de manifestada com clareza, a movimentação espontânea de nossas fronteiras econômicas.

(...) A transferência da capital nos parece não ser ainda oportuna, porque as correntes migratórias, no momento, ainda se dirigem, espontaneamente, para os Estados de São Paulo e Paraná, por força dos imperativos econômicos invencíveis, consequentes da fertilidade das terras.

Depois da saturação da população desses Estados, ou mesmo antes, por força de iniciativas governamentais bem orientadas, talvez a movimentação de nossa fronteira econômica se manifeste em direção ao planalto central brasileiro; nesta ocasião a oportunidade da transferência da capital poderá então, ser revelada sem perigo de serem contrariadas as forças espontâneas de ordem econômica ou imperativos de nossas contingências [*sic*] naturais. (BRASIL, 1948, pp. 100-101)

O postulado de Burlamaqui remete-nos à problemática supracitada acerca da interação entre dinâmicas espontâneas e iniciativas governamentais para a estruturação do processo de expansão da fronteira econômica. Apesar de defender a localização do Território Federal no planalto goiano, Burlamaqui defende tal solução como “coroação” de um processo mais abrangente de planejamento territorial a nível nacional. Uma vez que, para Burlamaqui, as vias marítimas ainda cumpriam o papel vertebral das comunicações entre as principais capitais brasileiras – quase todas elas localizadas à beira-mar ou próximas ao litoral –, uma iniciativa como a transferência da capital deveria ser acompanhada por mudanças mais estruturais na viabilidade das comunicações pelo interior, em especial pelas vias-tronco (como a Transbrasiliana).

O tal processo de “saturação” por ele mencionado referir-se-ia a essa mudança de tendência no vetor da circulação: dada a cada vez maior população no interior de São Paulo (e demandando rumo ao Triângulo Mineiro), rompendo-se a estreita faixa demográfica litorânea e projetando-a rumo ao interior, ampliava-se o potencial representado pelas vias férreas e de rodagem cortando diferentes regiões do País pelo interior. Um projeto dessa monta, no entanto, e ao contrário do que defendia Polli Coelho, não se limitaria às variáveis geopolíticas de interesse exclusivo (ou preponderante) do Estado, mas que seria construído a partir do somatório de esforços estatais e particulares. Em outras palavras, planejar se traduziria em direcionar os vetores econômicos já existentes em conjunção com os objetivos estratégicos do Estado: passaria pela preparação prévia da região para receber esses novos vetores, através de iniciativas como a Belém-Brasília (e outras “vias de penetração”); a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (e congêneres, como em Dourados); bem como o

estabelecimento de pontos estratégicos (com pistas de pouso, por exemplo), como os estabelecidos pela FBC.

Por fim, passemos aos membros contrários ao relatório final. Dos cinco integrantes que se opuseram aos argumentos de Polli Coelho, três defenderam o Triângulo Mineiro como a melhor localização para a nova capital da República, sendo eles os engenheiros Lucas Lopes, Christovam Leite de Castro e o médico higienista Geraldo Horário de Paula Souza. Outros dois votaram também pelo Triângulo Mineiro, mas não porque o defendiam enquanto solução, mas sim como uma espécie de “voto de protesto” por suas posições veementemente contrárias à mudança da capital. Integraram esse grupo o urbanista Luiz Anhaia Mello e o engenheiro Antonio Cardoso.

Em suma, os membros refratários à mudança questionavam os postulados do relatório em duas linhas principais: 1) o significado de uma capital – em particular, sobre se a ela competia um papel desbravador ou colonizador (enfim, pioneiro em novas frentes para além das fronteiras econômicas e demográficas já estabelecidas); 2) a natureza da distribuição demográfica no território – ou, em outras palavras, se a concentração de grande parte da população na faixa litorânea representaria um problema *per se*, ou se, ao contrário, seria apenas uma característica peculiar ao processo histórico de constituição de cada País.

Quanto ao primeiro ponto, Laurent Vidal (2009, pp. 162-170) situa o debate dentro de um espectro mais amplo de disputas regionalistas (refletidas, no interior do Partido Social Democrático (PSD), na oposição entre mineiros e políticos do restante do País), bem como no interior da comissão, entre uma ala “científica” e outra “militar” da CELNCB. Na visão de Vidal, as querelas remetiam a diferentes concepções teóricas. Uma, a da geopolítica, seria “um discurso do Estado sobre o Estado” (*op. cit.*, p. 168) – portanto, considerando os objetivos e anseios do Estado dotados de certo grau de autonomia vis-à-vis a sociedade em que ele se insere -, enquanto outra, a da geografia política, ligar-se-ia mais aos problemas trazidos pela geografia humana. Ademais, Vesentini (2020, p. 62) argumenta sobre a posição refratária dos geógrafos tradicionais em relação à geopolítica enquanto campo teórico autônomo, tendo em vista os perigos representados pela excessiva aproximação da geografia com a esfera política. Escreve Vesentini:

Na França, onde se estabeleciam grandes diferenças entre a geografia política e a geopolítica, mesmo aquele ramo da geografia humana era apenas tolerado. Isso devido tanto às suas origens alemãs e, ainda por cima, com o vilipendiado Ratzel, transformado por Lucien Febvre e discípulos de Vidal La Blache como o fundador de uma (pretensa) "escola determinista" de

geografia-, como também por estudar aspectos do político (Estado e território, cidade-capital, fronteiras etc.), algo considerado "além da reflexão do cientista" para essa disciplina que, afinal, caracterizava-se por naturalizar o Estado-nação. A modalidade da geografia humana considerada "nobre" (ou "mais geográfica") por excelência era a geografia agrária, que permitia descrever os "gêneros de vida", as "formas do habitat" ou o estudo de alguma "comunidade" tradicional onde se pudesse aplicar aquele paradigma simbolizável pela expressão "A Terra e o Homem" (VESENTINI, 2020, p. 64)

Embora, em ambos os casos, se tratasse de um mesmo objeto (o Estado), a geografia política, em seus circuitos de produção e circulação mais amplos do que meramente o Estado, abrangeria a interação de variáveis socioeconômicas em sua análise. No entanto, percebe-se, mesmo dentro daqueles membros favoráveis ao relatório – em especial no voto de Burlamaqui -, uma visão mais complexa do que a apresentada pelas "alas" descritas por Vidal.

Como vimos, Burlamaqui acata a decisão final de Polli Coelho, mas sem olvidar-se de apontar a importância de se levar em consideração os vetores econômicos já em processo de consolidação, como o interior do estado de São Paulo, o Triângulo Mineiro e – aqui estendemos seu argumento - o norte paranaense. Com isso, a mudança da capital, ainda que para o mesmo lugar defendido por Polli Coelho, não teria o condão de criar *ex nihilo* uma nova fronteira, mas sim a de melhor coordenar os esforços de direcionamento ou planejamento dos termos e condições dessa expansão.

De todo modo, ainda segundo Vidal (*op. cit.*, p. 165), as disputas entre concepções geopolíticas e geográficas – em outras palavras, entre o planalto goiano e o Triângulo Mineiro - remetem a duas ideias a subjazer o embate mudancista: a inserção da capital mais próximo ao centro demográfico do País – à época, situado próximo à região noroeste de Minas Gerais - ou ao centro geográfico do Brasil, nas imediações do norte do estado de Mato Grosso. Entretanto, quando a elas se acrescentam as críticas à transferência da capital, conforme veremos, tem-se mais claramente a diversidade de significados que cada posição poderia assumir. Se, como afirmamos, o voto de Burlamaqui espelha uma visão mais afeita à geografia humana do que à geopolítica propriamente dita, os votos de Antonio Cardoso e Luiz Anhaia Mello refletem menos uma defesa do Triângulo Mineiro – e, por extensão, uma defesa da localização da capital mais perto do centro demográfico – do que a opção pelo "menor dos males": nesse caso, o sítio mais próximo ao Rio de Janeiro. Nesse sentido, o voto pelo Triângulo Mineiro representaria uma "redução de danos" dentro do leque de opções

mudancistas que afastariam a capital de seu verdadeiro mister – representar o pináculo de uma nação, o que ela tem de melhor. Como mais tarde diria Olimpio Ferraz (1961, p. 15), ferrenho antimudancista, “[o] governador de um povo deve ter a sua sede no meio desse povo, no lugar mais rico e mais próspero. É êsse um princípio tão natural, que nunca, com exceção dos brasileiros, veio à mente de um parlamentar ou estadista a idéia de colocar a sede do governador fora e longe do povo que êle vai governar”.

Nesse contexto é que Cardoso e Anhaia Mello direcionariam suas críticas. Se a uma capital competiria socorrer e coordenar as políticas públicas o mais próximo possível da porção mais populosa do território - no caso brasileiro, a faixa litorânea -, não haveria por que mudá-la. Se, ao revés, o Estado desejasse modificar essa distribuição demográfica, como por meio das ideias de “povoamento do Planalto Central”, haveria outras formas de planejamento econômico e de obras públicas capazes de incentivar tal empreitada. Por outro lado, para que se houvesse sucesso no processo de alteração do padrão de distribuição demográfica, o plano de Polli Coelho afirmava a necessidade de aproximação da nova capital do *centro demográfico futuro*, mais ao interior. A argumentação de Lucas Lopes, apesar de favorável à transferência ao Triângulo Mineiro, deixaria mais clara essa intenção, como veremos mais adiante.

Em síntese, Anhaia Mello justificava sua oposição à transferência da capital por defender que o verdadeiro sentido da ação de uma capital não estaria em sua posição (geopolítica), tampouco em seu sítio (geografia tradicional) mas em seu *programa* – ou seja, na interação específica entre as formas possíveis de intervenção do Estado em um dado território a partir do conjunto técnico, infraestrutural e tecnológico disponível. Assim, fazia-se mister para qualquer governo que se prezasse utilizar as tecnologias que possibilitassem ou facilitassem impactar eficientemente todas as regiões de uma nação. Caso a capital vigente estivesse localizada num sítio ou numa posição inaptas a acolher as sucessivas transformações tecnológicas necessárias ao bom funcionamento do governo e o consequente controle do território nacional, então poderia ser o caso de se considerar a mudança de sede. Diz Anhaia Mello:

O mecanismo da civilização moderna está de tal forma ligada ao progresso tecnológico e suas repercussões sociais, que deante do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação (...) a ninguém é lícito afirmar que uma posição centralizada seja necessária para que a ação dirigente se processe em termos equânimes.

Se um governo qualquer, de sede excentricamente colocada, não velar de maneira equânime por todo o território nacional, culpa, hoje, não se pode

atribuir à excentricidade mas aos métodos, programas, ação ou omissão desse govêrno. (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 129)

Aí residiria a ausência de razão para se mudar a capital naquele momento: em plena era tecnológica, as distâncias se encurtariam “na razão de 100 para um nos transportes e 1.000.000 para um nas comunicações” (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 129) e seria possível governar regiões distantes da capital como se próximas fossem. De fato, apenas para nos atermos a um exemplo, o advento do rádio logo foi visto pelo governo provisório de Getúlio Vargas como essencial para a comunicação direta e instantânea com a população, bem como para a veiculação de propaganda e difusão de manifestações culturais – como a música, a radionovela e a transmissão de partidas de futebol –, garantindo o fortalecimento da unidade nacional, motivo de preocupação em uma sociedade marcada por profundas diferenças sociais, raciais e econômicas (OLIVEIRA, 2019). A melhoria na infraestrutura de transportes na hinterlândia, ponto pacífico entre os membros da comissão, juntamente com a difusão de avanços tecnológicos na comunicação entre os diversos pontos do território, contribuiriam para a constituição de um País mais “vertebrado” – sem a necessidade de se mudar a capital. Assim também argumenta Antonio Cardoso:

Na época atual, a aviação permite a ligação do Rio de Janeiro a qualquer ponto do território nacional em poucas horas e os sistemas de radio-telegrafia e radio-telefonía estabelecem comunicações constantes e seguras entre quaisquer locais do país, transmitindo instantaneamente as mensagens. A aviação e a telecomunicação representam, assim, sólidos élos da unidade nacional sob os aspectos de segurança e atividades administrativas, econômicas e sociais.

As leis, decretos e decisões governamentais, por esses meios, se tornam conhecidos em todos os pontos do país, quasi que ao mesmo tempo que em sua Capital, sem as demoras de outrora. Podem entrar em vigor simultaneamente em todos os Estados, sem as diferenças de prazos regimentais que em outras épocas existiam e foram abolidas. Graças a essas magníficas conquistas tecnológicas, há todas as facilidades para uma ação governamental pronta e equânime irradiando da sua atual sede. (BRASIL, 1948, vol. 2, 112)

Nesse sentido, acrescenta Anhaia Mello, países com suas capitais planejadas, como Washington (EUA) e Canberra (Austrália), não as possuem em seu ponto central, nem por isso deixaram de empreender esforços no sentido de incorporar largas porções de seu território distantes do centro de poder – casos da chamada “corrida para o Oeste”, no exemplo estadunidense, e do crescimento de centros como Darwin ou Perth, localizados em pontos

diametralmente opostos ao Território Capital da Austrália. No âmbito mais local, Anhaia Mello elenca o exemplo paulista, cuja capital estadual encontra-se localizada em ponto deslocado da parte central do estado e próxima ao litoral:

O paulista conseguiu elevar a alto nível de progresso e civilização quasi toda a área do Estado de S. Paulo, porque uma rêde de transportes e comunicações, sempre melhorada e ampliada, permitiu tão nobre feito. Para levar a cabo a missão civilizadora, reclama o bandeirante novas ampliações e melhoramentos na rêde de transportes, ninguem jamais tendo pensado na mudança da capital da orla do planalto, onde os Jesuitas a fundaram em 1554, para o interior, localizando-a em Baurú ou Araraquara. (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 130)

Não seria, portanto, o papel de uma capital, enquanto cidade sede do poder constituído, impulsionar a incorporação de largas porções do território à economia nacional, função essa que poderia ser bem exercida por outras aglomerações urbanas, ou combinados agro-urbanos. Entretanto, não fica claro nas fontes estudadas até que ponto seria bem-vinda a mão do Estado na coordenação ou planejamento dessas iniciativas. Como mostramos pela discussão até aqui proposta, as diferenças entre o Território Federal do Planalto, proposto por Polli Coelho e apoiado por outros seis membros da CELNCB, e o diminuto Distrito Federal localizado no Triângulo Mineiro também nos remetem aos embates (se bem que mais complexos do que os representados por “alas” diferentes, como sugere Vidal) entre concepções mais “geopolíticas” (ou de primazia das razões e questões de Estado no desenvolvimento do território) ou “socioeconômicas” (no sentido de acolher elementos da geografia humana, como as características e evolução da fronteira econômica rumo ao interior do Brasil).

Até aqui, mencionamos amiúde a presença de uma posição favorável ao Triângulo Mineiro como a região mais apta a abrigar a nova capital federal. A ela se alinharam Christovam Leite de Castro, Geraldo de Paula Souza e Lucas Lopes. Dos três, os votos de Leite de Castro e de Paula Souza são os mais sucintos, enfocando aspectos de ordem prática a respeito dos principais óbices (e potenciais) da mudança da capital. Importante ressaltar dois pontos. Primeiramente, chama atenção um aparte assinado conjuntamente por Christovam Leite de Castro, Lucas Lopes e Antonio Cardoso no qual suas respectivas propostas para os contornos do eventual Distrito Federal a ser localizado no Triângulo Mineiro são ajustadas e uniformizadas. Sai de cena um pequeno retângulo geodésico de 5000 km², como o proposto

por Castro, e sugere-se um polígono de dimensões similares, mas com limites naturais entre o norte do Triângulo Mineiro e o sul de Goiás.

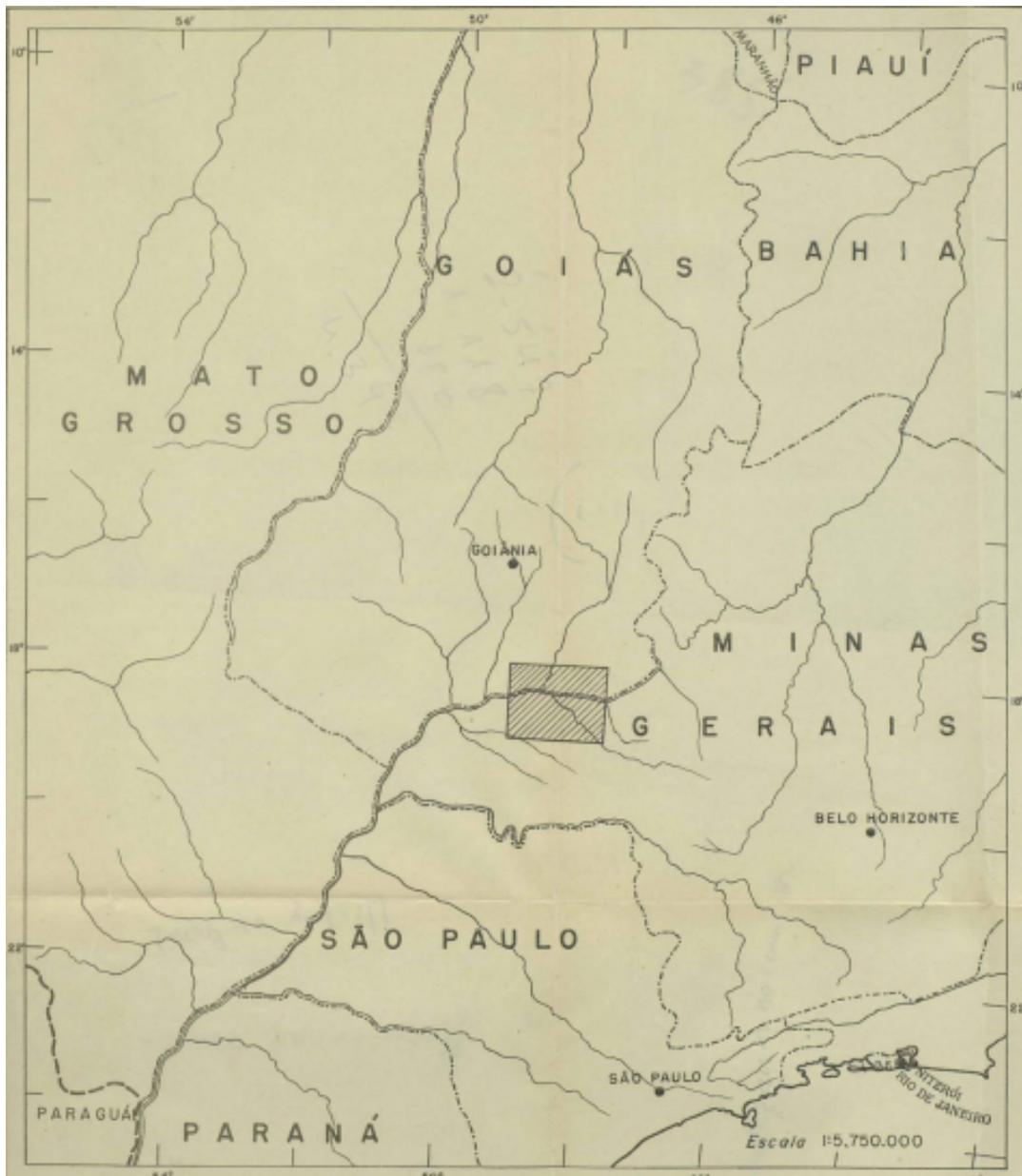


Imagem nº 3: proposta de Christovam Leite de Castro para a área do novo Distrito Federal entre o norte do Triângulo Mineiro e o sul de Goiás, chamado neste trabalho de “Retângulo de Tupaciguara” (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 125).

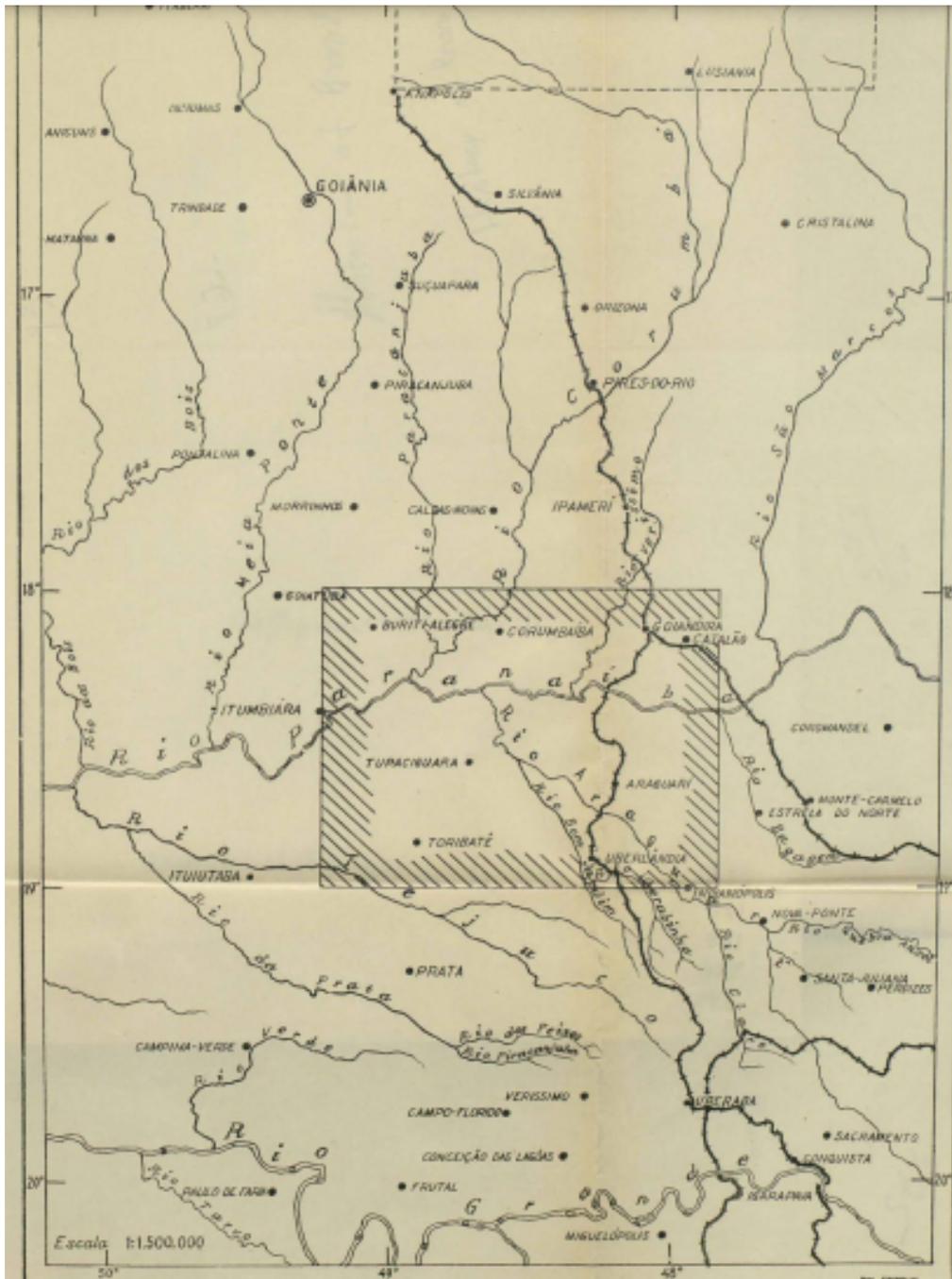


Imagem nº 4: o mesmo “Retângulo de Tupaciguara” em detalhes, com a indicação de núcleos urbanos existentes nas imediações (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 126).

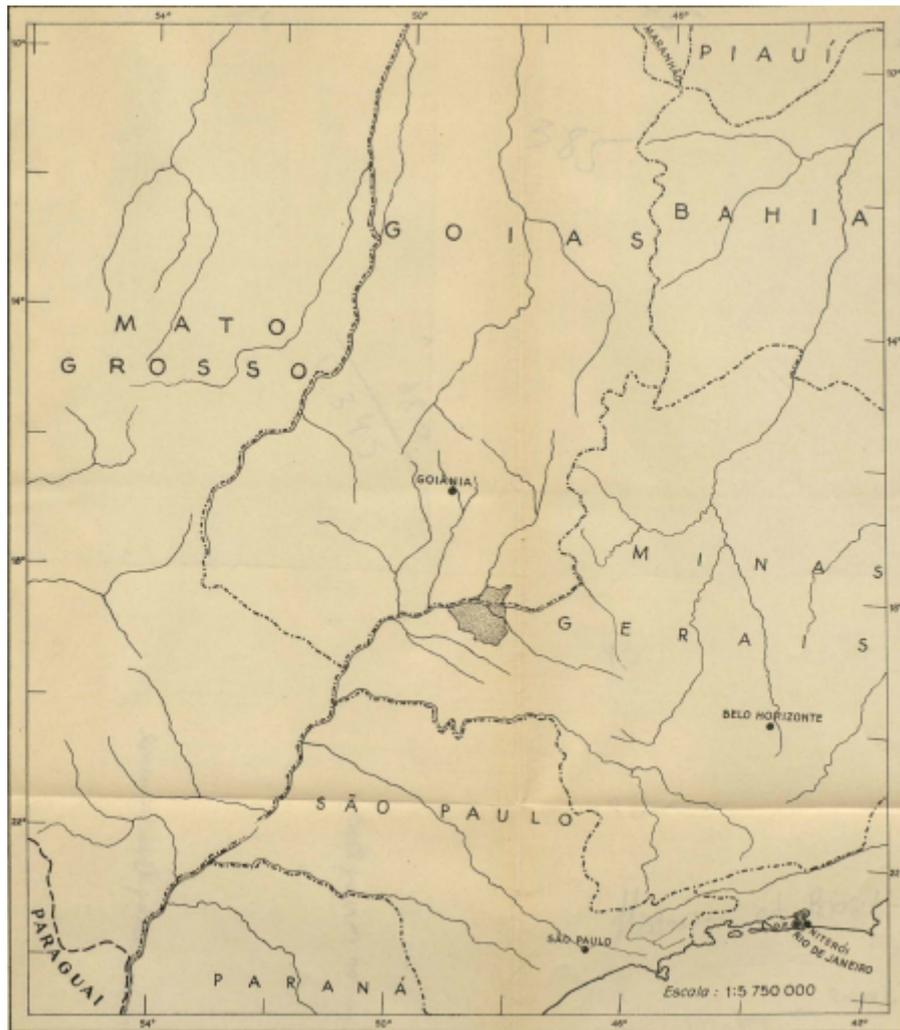


Imagem nº 5: proposta de Christovam Leite de Castro modificada após a emenda assinada conjuntamente com Lucas Lopes e Antonio Cardoso. Assim como a proposta de Polli Coelho, houve a alteração dos limites geodésicos para os naturais (BRASIL, 1948, vol. 2, p. 145).

Em segundo lugar, Lucas Lopes elaborou a maior manifestação em defesa de tal solução – vale ressaltar, não somente no voto entregue à comissão, apresentado em volume separado, mas também por meio de um memorial publicado em 1946 com o título *Memória sobre a mudança da capital*. O opúsculo contém o conjunto mais bem elaborado de argumentos e considerações teóricas em defesa da tese mudancista para o Triângulo Mineiro, pelo que passaremos a analisar a seguir, cotejando eventualmente com as manifestações dos outros dois membros a ele alinhados.

Uma capital federal no Pontal do Triângulo Mineiro: a visão de Lucas Lopes

Dentre todas as manifestações dos membros da Comissão de Estudos da Localização da Nova Capital do Brasil, uma das mais pormenorizadas (e provavelmente a menos abordada pela historiografia) é a de Lucas Lopes. Engenheiro civil formado pela Escola de Engenharia de Belo Horizonte, Lopes iniciou sua carreira como encarregado da gestão dos depósitos e oficinas da estação ferroviária de Divinópolis, pertencente à Rede Mineira de Viação. Atuando em funções semelhantes em Corumbá e Vitória, em 1942 foi escolhido pelo interventor de Minas Gerais, Benedito Valadares, para ocupar a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, passando quatro anos mais tarde ao comando da pasta de Viação e Obras Públicas (LOPES, 2006). Sua trajetória de assessoria à governadoria mineira o credibilizou perante Juscelino Kubitschek, o qual, em 1951, na qualidade de governador recém-eleito, convidou Lopes a elaborar um plano de eletrificação para o estado. Pouco depois, ao assumir a Presidência da República, JK voltaria a nomear Lucas Lopes, desta vez como ministro da Fazenda.

Sua trajetória, portanto, beneficiou-se das possibilidades abertas pelo regime pós-1930 para a ascensão de quadros técnicos às burocracias estaduais e federal (GOMES, 1994). Mais do que isso, diferenciou-se da tendência preponderante até as primeiras décadas do século XX, qual seja, a da estreita ligação entre a formação técnica e a formação militar, como no caso de Djalma Polli Coelho. Sua passagem tanto por cargos de natureza mais “técnica”⁵⁶ quanto política adiciona uma complexidade à leitura de Vidal (2009) sobre a

⁵⁶ Aqui escrito entre aspas porquanto, como nos lembra Angela de Castro Gomes (1994, p. 1), há a consolidação, ao longo do século XX, do discurso em torno de uma falsa dicotomia entre “política” e “técnica” - em geral, laudando a última e condenando a primeira. Esse discurso estabelece um suposto “problema de

suposta divisão entre as “alas” militar (geopolítica) e geográfica na CELNCB, sendo a primeira representada pelos “de dentro” (a expressão é nossa) das estruturas institucionais do Estado e defendendo a “solução Cruls”, ao passo que os “de fora” pugnariam por uma leitura *sobre* o Estado, mas a partir de circuitos outros, e estariam ao lado da transferência para o Triângulo Mineiro. Lucas Lopes, já em plena ascensão em sua carreira política (em tese, portanto, um dos “de dentro”), fazia uma defesa agregando tanto elementos do discurso de Polli Coelho quanto aportes da geografia humana, em particular a influência das variantes econômicas e dos fluxos espontâneos de pessoas e capital nas diferentes faixas de ocupação territorial.

Quanto ao opúsculo *Memória sobre a mudança da capital*, desconhecem-se as condições de sua produção e circulação, restando exemplares isolados em acervos como as bibliotecas da Câmara dos Deputados e do IBGE. Entretanto, é interessante pontuar que, por algum motivo - seria para se alinhar aos votos de Christovam Leite e Geraldo de Paula Souza? -, houve uma ligeira mudança na localização pretendida por Lucas Lopes para a capital federal entre o memorial de 1946 e seu voto no âmbito das deliberações finais da CELNCB em 1948. Se, no primeiro documento, Lucas Lopes entende ser a zona mais próxima à confluência dos rios Paranaíba e Grande, englobando os municípios de Ituiutaba, Campina Verde e Frutal – área conhecida como Pontal do Triângulo Mineiro – como a mais adequada para tal finalidade, no último documento, houve uma defesa da região compreendida entre os municípios de Tupaciguara (MG) e Corumbaíba (GO), em alinhamento com os outros membros.

Outro ponto a se ressaltar é que, em contraste com o memorial de 1946 e suas sessenta páginas de argumentos pormenorizados, além da elaboração de nada menos do que trinta e um mapas, o voto de 1948 resume-se a meras duas páginas de argumentos, mais doze laudas de um anexo contendo cálculos e estimativas práticas dos custos da transferência. Tamanha diferença, acreditamos, pode ser atribuída à adesão menos ponderada e mais ocasional à posição de Christovam Leite de Castro, que teria sido o proponente do “Retângulo de Tupaciguara”, correspondendo à área compreendida entre o sul de Goiás e o norte do Triângulo Mineiro. Ademais, pelo que indicam as atas de reuniões da CELNCB, Lucas Lopes teria pedido a distribuição de “cópias de um trabalho seu” (BRASIL, 1948, vol. 3, p. 8), pelo que inferimos ser o memorial de 1946. Com isso, não se poderia alegar o desconhecimento

organização” como a raiz dos problemas brasileiros em contraposição aos “problemas políticos”, associados, dessa forma, às questiúnculas e disputas vazias por poder entre figuras e famílias das elites tradicionais.

dos membros a respeito das ponderações de Lopes no referido memorial, o que, ressalte-se, gera ainda mais curiosidade quanto aos motivos para seu “esquecimento”, inclusive por parte do próprio autor.

De toda forma, os motivos para Lucas Lopes aderir à área defendida por Leite de Castro – e não o contrário – são desconhecidos. No entanto, podemos esboçar duas hipóteses: primeiro, entre as oito zonas previamente escolhidas pela CELNCB para que se fizessem os estudos, nenhuma se encontrava próxima à região do Pontal, talvez por ser considerada pouco elevada para que fosse considerada apta à designação de Planalto Central. Vale lembrar que a própria definição do conceito e da abrangência do Planalto Central foi motivo de intensos debates no seio da comissão: parte do argumento de Polli Coelho, repetindo o relatório de Luiz Cruls, era de que o Triângulo Mineiro sequer faria parte do Planalto Central, o qual, em sua visão, deveria se circunscrever à área compreendida na junção das cabeceiras das três principais bacias hidrográficas da região (Tocantins, São Francisco e Paraná). Talvez por isso, as subcomissões encarregadas das pesquisas de campo, lideradas por Francis Ruellan e Fábio de Macedo Soares Guimarães, preferiram se ater às zonas de altitude mais elevada, como as cabeceiras do rio Paranaíba, região conhecida como “Mata da Corda”.

Outra hipótese é a de que o diminuto retângulo de 5.000 km² proposto por Leite de Castro se coadunaria mais fielmente à proposta de um Distrito Federal mais “enxuto”, contrapondo os ingentes 77.000 km² do Território Federal do Planalto.⁵⁷ Se, como vimos pelo voto de Polli Coelho, o Território, pensado para ocupar uma superfície maior que a de alguns estados da federação, possuía o objetivo de servir como elemento impulsionador de um processo de colonização do Centro-Oeste, agregando-se elementos como as malhas urbanas polinucleadas em combinação com colônias agrícolas e a especialização funcional de alguns desses núcleos, prevaleciam nas defesas da localização da nova capital no Triângulo Mineiro considerações que congregavam os objetivos estratégicos do Estado – e, como veremos, Lucas Lopes não deixaria de abordar esses aspectos - com movimentos de cunho econômico e social considerados mais “espontâneos”, os quais não deveriam ser desprezados na hora de se pensar na mudança da sede política do País.

Passemos ao memorial. Podemos resumir a exposição de Lucas Lopes em três pontos principais: a defesa da viabilidade e da pertinência da transferência da capital (em oposição a seus críticos); as críticas à área compreendida pelo antigo Quadrilátero Cruls; o levantamento

⁵⁷ Como veremos, em termos de superfície, o Distrito Federal apontado por Lucas Lopes no memorial de 1946 seria um “meio caminho” entre os dois, já que contaria com pouco mais de 20.000 km² (LOPES, 1946, p. 19).

das vantagens da região do Pontal do Triângulo Mineiro como a área mais adequada a abrigar a capital federal.

Quanto ao primeiro ponto, Lopes defende a interiorização da capital principalmente por representar a abertura de possibilidades econômicas e, por conseguinte, de expansão do mercado interno (LOPES, 1946, pp. 3-4), sendo ambos elementos estreitamente ligados aos objetivos estratégicos do Estado. Não fica claro o significado preciso de tal expansão; contudo, a sua ênfase nas potencialidades do Brasil Central em termos de sua capacidade demográfica máxima (*carrying capacity*, como veremos mais adiante) nos leva a crer que o mercado interno se expandiria num duplo vetor: a exploração de novas atividades econômicas, mormente aquelas ligadas à agropecuária, teria o condão de ampliar a oferta de víveres nas grandes cidades litorâneas (baixando, portanto, o custo de reprodução da mão de obra); noutro giro, a expansão da economia e das cidades interioranas, em conjunto com a atração de levas de migrantes, ampliaria a base de consumidores dos bens produzidos na Zona Concentrada, o que, por seu turno, reverter-se-ia favoravelmente na forma de remessas de dividendos às regiões próximas ao litoral. Em suma, os argumentos de Lopes podem ser resumidos no seguinte trecho:

Em nosso espírito são os *motivos de ordem política e econômica* que sobrelevam. Desejamos que a capital se mude, para que *ondas sucessivas de progresso* invadam o nosso "hinterland".

Numa linguagem bem familiar dos tempos belicosos que vivemos, diríamos: a Capital Federal, sede do comando e *base de operações na campanha de conquista do interior do Brasil*, deve ser transferida para mais perto da *linha de frente*, para um setor em que se possa tornar *centro vital* de novas investidas. Deve, porém, localizar-se em área que se ligue facilmente aos arsenais que já construímos na faixa litorânea. (LOPES, 1946, p. 10; destaques nossos)

A linguagem bélica bem revela o duplo aspecto geopolítico da capital interiorizada: enquanto “base de operações”, caberia a ela coordenar os esforços rumo à incorporação ou “conquista” de milhões de quilômetros quadrados nos estados mais interioranos – o *Lebensraum* de que falava Djalma Polli Coelho – ao mesmo tempo em que se manteria contato íntimo com a infraestrutura já consolidada. No limiar entre ambos os espaços estaria o ponto ideal para a instalação da nova urbe.

No que tange às críticas ao Quadrilátero Cruls, Lucas Lopes argumenta que esta seria uma escolha desprovida de uma análise mais pormenorizada de aspectos concernentes à geografia humana - quer dizer, os impactos econômicos e sociais -, limitando-se, portanto, a

uma hermenêutica do texto constitucional de forma desagregada de outros elementos técnicos, como a fertilidade das terras ou a oferta de água ou energia hidrelétrica (LOPES, 1946, pp. 6-7). Aqui, vale rememorar a ênfase de Polli Coelho na legitimidade do argumento mudancista pelo preceito do “imperativo constitucional”. Parte substancial das primeiras discussões nas reuniões da CELNCB, como se depreende das atas lavradas (BRASIL, 1948, vol. 3), refere-se ao debate acerca do conceito de Planalto Central - isto é, se mais abrangente, englobando grande parte dos territórios dos atuais estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Bahia, ou se seria restrito à região dos nascedouros de três das principais bacias hidrográficas do País: São Francisco, Tocantins e Paraná.

Interessante lembrar que em seu *Aspectos fundamentais do problema da mudança da capital federal*, Polli Coelho elenca o elemento histórico-constitucional, ao lado das questões geopolíticas e práticas (como a viabilidade financeira do empreendimento) como um dos três pilares da argumentação mudancista.⁵⁸ Portanto, se Luiz Cruls definira em seu relatório ser o Planalto Central tão somente “a parte do planalto brasileiro mais central em relação ao centro do território, isto é, mais próximo d'este” (CRULS, 1894, p. III) – e sendo tal interpretação, por sua vez, também lastreada no argumento histórico, aludindo-se aos trabalhos oitocentistas, como os de Varnhagen –, não caberia, na visão de Polli Coelho, rediscutir o tema. Entretanto, para Lucas Lopes, o astrônomo belga ateu-se tão somente aos aspectos estritamente geográficos – *i.e.*, da geografia física – em sua argumentação, faltando-lhe as considerações referentes aos modos possíveis de ocupação (econômica e demográfica) da superfície nacional. Dessa forma, tendo o Brasil regiões capazes de abrigar distintas proporções de população e produção, o centro geográfico, em seu sentido físico - o qual, admite Lopes, bem poderia ser algo próximo ao Quadrilátero Cruls –, distinguir-se-ia do centro geográfico *humano*, isto é, ponderadas as variáveis econômicas e sociais implicadas na análise da capacidade de cada porção do território nacional.

No que tange à defesa do Pontal do Triângulo Mineiro como sendo o ponto mais adequado para abrigar o novo Distrito Federal, Lucas Lopes propõe uma divisão do Brasil em diferentes zonas de acordo com a sua capacidade demográfica, procedendo-se, então, ao

⁵⁸ Em sua leitura dos comandos constitucionais versando sobre a capital federal, Polli Coelho identifica uma conotação mudancista até mesmo na carta autoritária de 1937, a qual se refere laconicamente à sede do poder federal em seu artigo sétimo: “O atual Distrito Federal, enquanto sede do Governo da República, será administrado pela União” (BRASIL, 1937). A conjunção “enquanto”, neste contexto, pode de fato assumir uma dupla conotação, ou seja, um sentido temporal (“enquanto continuar sendo sede do Governo da República”) ou um sentido qualitativo (“na qualidade de sede do Governo da República”): Polli Coelho, em sua busca pelo reforço ao argumento histórico, interpretou-a no sentido temporal (COELHO, 1947, p. 12).

planejamento coordenado das medidas a serem adotadas, em termos de construção de infraestrutura de transportes e estímulos à migração, de maneira condizente com a capacidade de cada porção do território. Assim argumenta Lopes:

Como frisamos, nunca será possível ocuparmos de forma mais ou menos homogênea toda extensão de nosso território.

Existem limitações de caráter climático e ecológico, que não permitiriam que a nossa população do futuro se espalhasse por todo o País com densidade demográfica uniforme.

O conceito de “carring power”, de poder de sustentação, que os americanos adotam para definir as possibilidades demográficas de uma região, aplicado às diversas zonas características do Brasil, mostra que em certas áreas temos possibilidades de *concentrar altos índices de densidade demográfica*, enquanto que, em outras, somente *populações esparsas* poderão encontrar condições razoáveis de vida e de progresso.

Parece-nos que a nova Capital Federal deve localizar-se em *zona de influência* das áreas de grande possibilidade de concentração demográfica, e, também, em posição de *irradiar os seus estímulos* às regiões de menor poder de sustentação. (LOPES, 1946, p. 11; destaques nossos)

O que ele chama de “*carrying power*” seria, na verdade, o conceito de *carrying capacity*. Expressão polissêmica e cuja genealogia é de difícil reconstituição, *carrying capacity* foi um conceito utilizado sobretudo a partir da primeira metade do século XX por ampla variedade de especialidades, com destaque para a ecologia e para os estudos neomalthusianos de composição máxima da população global. Diz-nos Nathan Sayre (2008, p. 122) que “[c]arrying capacity originally referred to mechanical or engineered attributes of manufactured objects or systems”, principalmente no contexto das novéis técnicas de navegação a vapor no Oitocentos. Com base em tal conceito - desconhece-se a obra exata na qual Lucas Lopes se baseou -,⁵⁹ o engenheiro mineiro defenderia a existência, basicamente, de “dois Brasis”: um setentrional, abrangendo a maior parte das regiões Norte e Nordeste, cuja densidade demográfica máxima possível para um desenvolvimento econômico considerado adequado seria na ordem de seis a dez habitantes por quilômetro quadrado, e outro meridional, onde se comportaria uma média entre vinte e quatro e sessenta habitantes por quilômetro quadrado:

⁵⁹ Ao final do documento, na seção das referências bibliográficas, apenas uma lista genérica nos dá a pista dos autores estrangeiros com cujas ideias Lucas Lopes entrou em contato, tais como “Ellsworth Huntington, Fred Carlson, Bengeten and Royen, L. Pachard, Trewartha, Whitleck, Glinn and Starkey, Bradley, Chamberlain, Santillan, Krebs, Landon, Roy Nash e outros geógrafos modernos para indicações de caráter geral” (LOPES, 1946, p. 60).



Imagem nº 7: excerto do mapa produzido por Lucas Lopes mostrando as diferentes densidades demográficas possíveis para cada porção do território nacional de acordo com variantes climáticas (LOPES, 1946, mapa nº IX).

carrying capacity? Quais as políticas públicas específicas para o desenvolvimento dessas áreas? E, principalmente, no que tange à desconcentração demográfica do litoral rumo ao interior do Centro-Sul, *de que maneira essas populações seriam atraídas para o interior?* Mediante empregos industriais em novos (e grandes) centros urbanos?

Não há indicações de resposta precisas para nenhuma das indagações acima. Contudo, se retomarmos as considerações de Bielschowsky et al. (2023) acerca das diferentes fases do pensamento desenvolvimentista no Brasil, lembramos que as décadas de 1940 e 1950 foi o período de expansão e consolidação de tal vertente da teoria econômica, tendo como um dos seus expoentes Celso Furtado, para o qual a industrialização seria etapa indissociável do processo de desenvolvimento econômico autônomo vis-à-vis as potências europeias e norte-americanas (LANER, 2018). Tânia Bacelar (2000), olhando para a política econômica aplicada por Furtado na década de 1960, nomeadamente à frente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e defendida no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste (GTDN), aduz que, para Furtado, “a política de industrialização de Juscelino Kubitschek era ótima para o Brasil, mas vista da dimensão espacial era ampliadora das desigualdades regionais” (BACELAR, 2000, p. 75), uma vez que, na análise furtadiana, concentrando-se as indústrias na Zona Concentrada, as formas específicas de integração das demais regiões não industrializadas ao concerto econômico nacional se daria pela reprodução, no seio do País, das relações centro-periferia.

Aplicando-se o paradigma furtadiano à região do interior do Centro-Sul, delimitada por Lucas Lopes como a de maior potencial demográfico, necessário seria estabelecer um programa de industrialização para essa porção do território. Nesse sentido, Lucas Lopes indica algumas potencialidades e percalços: embora a região do Triângulo Mineiro fosse farta em matéria de oferta potencial de energia hidrelétrica, essencial para a instalação de grandes indústrias, não haveria, segundo ele, jazidas minerais ou outras riquezas em profusão que estimulassem a migração das indústrias instaladas na Zona Concentrada, mormente no eixo Rio-São Paulo:

Se a região tem grandes possibilidades agrícolas e pecuárias, capazes mesmo de prover sozinha ao abastecimento de uma grande cidade, não tem, por outro lado, grandes riquezas minerais, que possibilitem a instalação de indústrias básicas, especialmente metalúrgicas.

Possue a região uma das mais importantes concentrações de energia hidroelétrica do País, porque nos dois grandes rios que a limitam, enormes quedas d'água indicam a possibilidade de instalação de centrais elétricas com potencial de mais de 3 milhões de kilowatts, ou sejam mais de 4 milhões de cavalos. Esta riqueza será, sem dúvida, explorada para o fornecimento de

eletricidade às regiões vizinhas do Pontal, mas permitirão, também, uma grande concentração de energia na área do futuro Distrito Federal, que possibilitará o *nascimento de indústrias de transformação* e largo uso da eletrificação rural. (LOPES, 1946, p. 14; destaque nosso)

Seriam essas indústrias de transformação suficientes para a geração de postos de trabalho capazes de atrair não somente a mão de obra concentrada nos grandes centros, mas também de modificar o padrão de migração de grandes contingentes do Nordeste em direção às zonas mais industrializadas, desviando tal fluxo para o Triângulo Mineiro e grande parte do Centro-Oeste? Lucas Lopes admite não haver resposta fácil a essas questões, tampouco seria a pura e simples transferência da capital federal o alibi para os problemas nacionais:

Não queremos basear a escolha de uma nova Capital Federal na simples circunstância de vir a ser ou não o centro de gravidade da população possível do País, porque sabemos que outras considerações de caráter geográfico (especialmente se colocar o centro político do País em posição de entrocamento de linhas naturais de circulação e vias de menor resistência aos transportes) serão de importância decisiva na escolha que pretendemos fazer com realismo e acêrto.

Entretanto, parece-nos que, se a nova Capital Federal aproximar-se do centro de gravidade da população que o futuro provavelmente distribuirá no País, teremos atingido a uma das finalidades principais de colocar o centro político da ação em posição de influir, em proporções razoáveis, sobre as áreas densamente povoadas e as de população diluída. (LOPES, 1946, p. 11)

Essas vias de entroncamento, convergindo em direção ao Pontal do Triângulo Mineiro, viriam, portanto, ao encontro do “impulso incoercível, êsse ideal de bandeirante que busca incorporar o interior à vida econômica evoluida do litoral” (LOPES, 1946, p. 2). Seria o planejamento - neste caso, o da infraestrutura de transportes – buscando atender aos objetivos estratégicos do Estado ao mesmo tempo em que aproveita vetores previamente estimulados, como a penetração da fronteira econômica pelo interior de São Paulo. Ou, melhor dizendo, seriam os tais objetivos estratégicos *melhor alcançados* se incentivassem esses vetores.



Imagem nº 9: mapa indicando as áreas de penetração da fronteira econômica. Note-se o avanço de duas frentes em direção ao sul dos estados de Goiás (englobando Goiânia) e de Mato Grosso (a partir do oeste paulista e do norte paranaense) (LOPES, 1946, mapa nº II).



Imagem nº 10: esquema elaborado por Lucas Lopes mostrando as linhas-tronco do Plano Nacional Rodoviário encontrando-se no Pontal do Triângulo Mineiro (LOPES, 1946, mapa nº XIX).



Imagem nº 11: sobreposição do Plano Nacional de Viação com a estimativa das novas linhas a serem construídas para interligar o Distrito Federal pensado por Lucas Lopes à malha rodoviária existente. Note-se como a densidade da malha no Centro-Sul coincide em grande medida com o desenho da área de maior densidade demográfica possível, indicada no mapa de nº XI (LOPES, 1946, mapa nº XX).

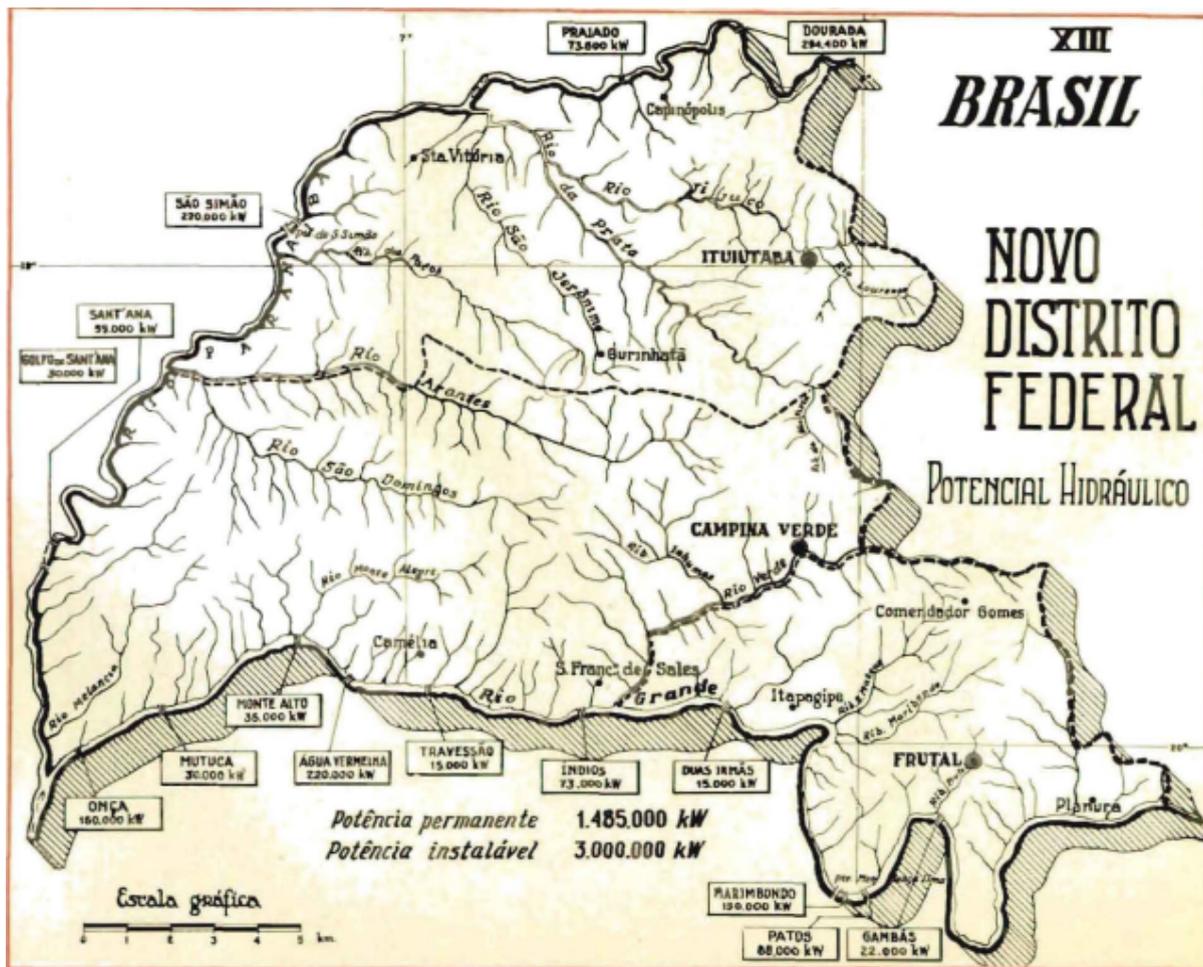


Imagem nº 12: detalhe do Distrito Federal proposto, com a indicação dos municípios-gêneses (Ituiutaba, Campina Verde e Frutal), bem como o potencial hidráulico das quedas d'água nos rios Grande e Paranaíba (LOPES, 1946, mapa nº XIII).



Imagem nº 13: estimativa das zonas concêntricas de influência econômica da nova capital. Importante notar que as regiões Norte e Nordeste são pouco influenciadas. Para elas, Lucas Lopes assinala que “serão influenciadas pelas rotas fáceis de comércio que se estabelecerão nos vales do S. Francisco, Tocantins, Araguaia, Xingú e Tapajós” (LOPES, 1946, mapa nº XXVIII).

Em resumo, a proposta de Lucas Lopes lança luz a importantes aspectos concernentes às ideias referentes à mudança da capital. Se, por um lado, sua defesa enfática da necessidade imperiosa da transferência, clamando pela importância geopolítica da organização dos recursos do País numa região afastada do litoral, o aproxima das postulações de Polli Coelho, por outro, a proposta que daí advém é substancialmente distinta. As diferentes áreas, tamanhos e formas pensados para o Distrito Federal remetem-nos não tanto às concepções de cidade em discussão no período – Lucas Lopes sequer tece quaisquer comentários a respeito

da morfologia urbana ou mesmo da localização da nova capital dentro do projetado Distrito Federal -, mas sobretudo a noções diferentes de desenvolvimento e configuração territorial.

Pelo aqui exposto, depreende-se que a Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil (CELNCB), para além da pluralidade profissional de seus membros, abrigou também diferentes concepções acerca do papel a ser exercido por uma capital federal. À proposta de uma sede com função mais colonizadora, como defendia Polli Coelho, contrapõem-se as ideias expostas por Lucas Lopes, Christovam Leite de Castro e Fábio de Macedo Guimarães, os quais defendiam – ou ao menos ressaltavam – o papel político-administrativo, cabendo ao governo, a partir de sua cabeça, coordenar mais eficientemente os esforços, públicos e privados, no sentido de melhor aproveitar as condições e recursos do território.

Tal diferença expressava-se também nos diferentes tamanhos para o novo Distrito Federal: um grande território como o defendido por Polli Coelho pressupunha a importância dessa função pioneira e colonizadora para a nova capital; ao revés, o diminuto Distrito Federal acordado por Leite de Castro, Lucas Lopes e Antonio Cardoso apontava para uma abordagem restrita das funções de uma cidade-capital: inserida em meio a terras mais valorizadas comparativamente ao planalto goiano, a nova sede do governo, se situada no Triângulo Mineiro, representaria uma opção “conciliadora” com agentes econômicos e sociais que interviriam nos processos de expansão da fronteira econômica a partir do interior de São Paulo.

Há algo em comum, no entanto, entre as duas propostas: dos cartesianos Quadrilátero Cruls e “Retângulo de Tupaciguara”, passou-se aos sinuosos contornos do Território Federal do Planalto, como defendido por Polli Coelho e desenhado por Coimbra Bueno (cf. imagem nº 2), e ao pequeno e recortado Distrito Federal espremido entre o norte do Triângulo Mineiro e o sul de Goiás (vide imagem nº 5). Essa alteração assinala o abandono de uma proposta de formato claramente inspirado no modelo estadunidense, como o próprio Cruls confessa (CRULS, 1894, p. 32), em favor de um mais atento às peculiaridades brasileiras e às considerações práticas do empreendimento, como as futuras dificuldades com as desapropriações (BRASIL, 1948, vol. 2, pp. 72 e 140).

A exposição feita neste capítulo, longe de esgotar o tema proposto ou as possibilidades de leitura das fontes aqui trabalhadas, abre caminho para mais pesquisas com o fito de complexificar as noções pré-concebidas acerca da função de Brasília – ou de qualquer

outra ideia de capital federal que se tenha pensado. Afinal, se como demonstrou a historiografia pertinente (COUTO, 2013; MOREIRA, 1998; VIDAL, 2009), a construção política, ideológica e mesmo morfológica dos “mudancismos” respondeu à síntese dos embates entre diversos segmentos sociais e políticos, as ideias acerca da natureza do desenvolvimento pretensamente impulsionado por essa iniciativa também encontravam-se em disputa na primeira metade do século passado.

CAPÍTULO 3

DEFININDO O DISTRITO FEDERAL: A COMISSÃO JOSÉ PESSOA

Se à Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil (CELNCB) competia a definição mais abrangente do local para a criação do novo Distrito Federal, não foram feitas maiores considerações sobre o sítio, dentro da nova unidade federativa, onde seria fundada a nova urbe destinada a sediar as instalações do governo federal. Vitoriosa a solução apontada por Polli Coelho e modificada por Jeronymo Coimbra Bueno por sete votos a cinco, o relatório final contendo os votos do membros e a resolução final redigida pelo presidente da comissão foi remetido ao Presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, para posterior apreciação do Congresso Nacional.

Embora a discussão específica no seio da comissão parlamentar incumbida de analisar a questão da mudança da capital fuja ao escopo deste capítulo, importa saber que a resolução final da CELNCB foi alvo de críticas do relator, o deputado Eunápio Queirós (PSD-BA). Para Queirós, os 77.000 km² do Território Federal do Planalto seriam exagerados; suas considerações iam mais ao encontro da proposta vencida de localização da capital no Triângulo Mineiro (PEREIRA, 2010, p. 72). A posição refratária do relator abre a hipótese de sua influência em algum grau na promulgação da Lei nº 1.803/1953, a qual autorizou os estudos referentes à localização da nova capital dentro de um quadrilátero de 52.000 km² compreendido “entre os paralelos sul 15° 30’ e 17° e os meridianos a W. Gr. 46° 30’ e 49° 30’” (BRASIL, 1953), também chamado de “Retângulo do Congresso”. Dentro dele, seriam procedidos estudos e posterior classificação dos cinco melhores sítios para abrigar a nova cidade de acordo com os critérios de: “a) clima e salubridade favoráveis; b) facilidade de abastecimento de água e energia elétrica; c) facilidade de acesso às vias de transporte

terrestres e aéreas; d) topografia adequada; e) solo favorável às edificações e existência de materiais de construção; f) proximidade de terras para cultura; g) paisagem atraente” (BRASIL, *op. cit.*), demarcando-se uma área de 5.000 km² ao redor do sítio escolhido, sendo esta a área do novo Distrito Federal. Não se sabe ao certo a origem do número escolhido - por que 5.000 km² e não mais nem menos?⁶⁰ -, mas a sugestão de Queirós de uma superfície de “5 a 6 000 quilômetros quadrados” (QUEIRÓS, 1949, p. 368, *apud* PEREIRA, 2010, p. 72) inspirada no “Retângulo de Tupaciguara”, solução vencida na CELNCB, aponta para as mesmas considerações feitas por Christovam Leite de Castro, sendo considerado um tamanho adequado para a instalação da nova cidade. Embora não fosse condizente para a produção autossuficiente de víveres, tal como era defendido por Polli Coelho,⁶¹ seria apto a receber a nova capital.⁶²

No mesmo ano da Lei nº 1.803/1953, foi expedido o Decreto nº 32.976, o qual oficializou a criação da Comissão de Localização da Nova Capital Federal (CLNCF). Os motivos para o lapso temporal entre a apresentação do relatório ao Congresso Nacional e a definição legislativa sobre o assunto são desconhecidos. Se tal atraso, por um lado, pode ser lido como um período de “hibernação” do tema (CASTIGLIONE, 2010) ou de mera protelação (TUBINO, 2015), por outro, pode ser tomado como evidência de certa indefinição a respeito da pertinência e da localização da capital, mesmo temporalmente tão perto da decisão final de Juscelino Kubitschek, em 1956, de transferir definitivamente a capital; nesse sentido, também não podemos olvidar o momento político conturbado por que atravessou o país, principalmente nos anos finais do segundo governo Vargas (SKIDMORE, 1988; CASTIGLIONE, 2010). Sendo assim, se o curto período compreendido entre o funcionamento da comissão (1953-1955) e a sua posterior conversão em comissão construtora da nova capital (designada como uma empresa pública, a Novacap),⁶³ assistiu a embates entre diferentes concepções em termos de linguagem arquitetônica e morfologia urbana (VIDAL, 2009; FRAJNDLICH; BENOIT; 2021), poderíamos também identificar

⁶⁰ Para efeitos de comparação, o antigo Distrito Federal no Rio de Janeiro possuía 1.556 km² de superfície (VIDAL, 2009, p. 164), ou seja, o novo Distrito Federal, mesmo sendo substancialmente menor do que proposto por Polli Coelho, ainda conteria uma superfície mais de três vezes maior do que a da antiga unidade federativa.

⁶¹ Segundo essa concepção, a ausência de autossuficiência, longe de representar uma desvantagem, seria uma vantagem das dimensões reduzidas do Distrito Federal, uma vez que teria o potencial de estimular a economia das zonas lindeiras dos estados próximos (QUEIRÓS, 1949, p. 368, *apud* PEREIRA, 2010, p. 72).

⁶² Vale lembrar que mesmo o Rio de Janeiro ainda não se encontrava totalmente urbanizado à época, havendo amplas áreas da atual Zona Oeste do município então conhecidas como “sertão carioca”, como afirma Fábio de Macedo Guimarães (1950, p. 499).

⁶³ Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

elementos, ainda que mais nuançados, concernentes aos projetos para a ocupação territorial do novo Distrito Federal e sua relação com a incorporação econômica do Centro-Oeste?

Antes de adentrarmos nessas questões, dois pontos merecem ser ressaltados. O primeiro é o fato de a CLNCF, por ser uma comissão destinada à escolha do sítio definitivo da nova capital, não tinha o fito de (re)discutir de maneira pormenorizada as considerações relativas à *posição* da nova cidade.⁶⁴ O segundo ponto a destacar é a dinâmica da CLNCF. A referida comissão, criada pelo citado Decreto nº 32.976/1953, teve sua composição prevista no art. 4º. Nela, valem ser destacadas as presenças de “um representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” (alínea f) e “um representante da Fundação Brasil Central” (alínea g), reforçando a participação dessas entidades na formulação de medidas relativas à transferência da capital, como já assinalaram Mária Bruna Ribeiro (2015) e João Marcelo Ehlert Maia (2012). A alínea “e” do referido artigo também previa a nomeação de “um representante do Estado de Goiás, indicado pelo Governador” (BRASIL, 1953), a qual, junto com a definição da área e localização do “Retângulo do Congresso”, ponto de partida para os estudos da CLNCF e que encontrava-se inserido majoritariamente em solo goiano, reforça as conclusões da comissão pretérita, em especial de Polli Coelho, de preferência pelo planalto goiano como o local mais adequado para a instalação da nova capital e o respectivo Distrito Federal.

Embora os contornos específicos do então Território Federal do Planalto tenham sido abandonados, possivelmente graças às considerações de Eunápio Queirós no âmbito da comissão parlamentar encarregada de discutir o assunto, como tratado no início deste capítulo, a inserção do “Retângulo do Congresso” quase que inteiramente dentro de Goiás aponta, ao menos num primeiro juízo, para as seguintes questões: houve a permanência das mesmas concepções a respeito do papel a ser exercido pela capital no concerto nacional? Se sim, como podemos perceber isso através do relatório da Comissão de Localização?

Outra hipótese é a de interpretar o tal quadrilátero definido pelo Legislativo, bem como o respectivo Distrito Federal de cerca de 5.000 km² a ser demarcado pela CLNCF, como a materialização da síntese dos embates políticos da época relativos à transferência da capital: se as conclusões de Polli Coelho “vencem” a preferência no que tange à escolha do

⁶⁴ Retomando, aqui, a distinção entre *sítio* e *posição* tratada no capítulo anterior, sendo o primeiro ligado às condições físico-geográficas mais específicas do terreno a ser escolhido para sediar a nova urbe, ao passo que a última ligar-se-ia às questões de cunho geopolítico e estratégico, isto é, a função que competiria à nova capital em termos de tanto de estratégia militar (e.g., guarnição de fronteiras, melhor assistência aos batalhões espalhados pelo País) quanto de integração econômica, servindo como ponto de ligação de infraestrutura de transportes e como “ponta-de-lança” de novas iniciativas de colonização de vastas áreas do interior.

estado de Goiás, por outro lado, ganham as considerações de cunho mais voltado à geografia humana, como no Distrito Federal defendido por Christovam Leite de Castro e Lucas Lopes, ou seja, menos voltado à interferência irrestrita do Estado sobre o território e mais destinado a congregar interesses tanto públicos quanto particulares (vide as considerações de Lucas Lopes sobre a integração pensada a partir do Triângulo Mineiro).

No que tange à evolução e funcionamento da CLNCF, esta nasceu e permaneceu durante seus dois primeiros anos (1953 e 1954) sob o comando do general Aguinaldo Caiado de Castro. Segundo Luiz Henrique Castiglione (2010, p. 95), a primeira fase da CLNCF teria sido marcada por uma atuação quase solitária de seu presidente, o qual tomou a decisão de contratar serviços de aerofotogrametria para estudos mais detalhados do terreno a ser finalmente escolhido, tendo sido tal serviço dividido entre duas firmas: a brasileira *Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul* e a estadunidense *Donald Belcher & Associates Inc.*, cabendo à primeira sobrevoar o terreno, fotografá-lo e revelar as imagens, enquanto caberia à segunda o trabalho de fotointerpretação, cuja técnica aplicada pelo engenheiro Donald Belcher⁶⁵ era considerada inovadora para os padrões da época (*op. cit.*, p. 97). Desconhecem-se os meandros que tornaram possível o contato entre Caiado de Castro e a firma sediada em Ithaca, no estado de Nova Iorque: uma pista possivelmente residiria na aproximação entre Brasil e Estados Unidos no contexto da Comissão Mista (1951-1953), período no qual procurou-se estreitar laços políticos e técnicos entre ambos os países, hipótese ainda a ser confirmada em pesquisas ulteriores.

Com o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 e a conseqüente crise política desencadeada a partir de então, a presidência da CLNCF passa para o marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, nomeado pelo novo mandatário da República, Café Filho. Ainda de acordo com Castiglione (*op. cit.*, p. 98), não ficam claros os motivos para tal escolha; entretanto, sua reputação perante as Forças Armadas, tendo sido um dos proponentes e idealizadores da Academia Militar das Agulhas Negras, além de sua trajetória de atritos e divergências com lideranças mais radicais do Estado Novo, como o general Góis Monteiro (CPDOC, 2023), podem ter sido fatores contribuintes. De todo modo, com Pessoa na presidência da comissão, houve a sua estruturação em subcomissões, destinadas a estudar

⁶⁵ Donald Jenkins Belcher (1911-2005) foi um engenheiro civil e professor universitário estadunidense, alcançando o grau de doutor pela Purdue University em 1946. Dedicou grande parte de sua vida acadêmica e técnica no desenvolvimento e aplicação de práticas de fotointerpretação e sensoriamento remoto. Lecionou na Cornell University desde seu doutoramento até sua aposentadoria em 1976, trabalhando também em sua firma particular *Donald Belcher & Associates Inc.*, sediada em Ithaca, Nova Iorque, mesma cidade da Cornell University (CASTIGLIONE, 2010, p. 97; ITHACA JOURNAL, 2005).

Da imagem acima, podemos depreender que quatro dos cinco sítios escolhidos pela firma localizavam-se em Goiás e um (parcialmente) em Minas Gerais, nas imediações de Unai. Como afirmamos, o fato de o Decreto nº 32.976/1953 ter estipulado a presença na comissão de um representante de Goiás, mas não de Minas Gerais, indica a preferência pelo estado anhanguerino. Ademais, a proximidade entre os sítios azul, vermelho, castanho e verde, localizados dentro ou nas adjacências do antigo Quadrilátero Cruls, aponta para a continuidade do “imperativo constitucional”, defendido por Polli Coelho enquanto argumento legitimador. Assim também se expressa o marechal Pessoa nas seguintes palavras, dirigidas ao Presidente da República:

É uma ideia secular e debatida, sempre destacada nos textos das nossas constituições republicanas. É um problema longamente amadurecido, chave de todas as demais realizações brasileiras. Daí, a grande significação histórica do ato patriótico do Governo de Vossa Excelência, aprovando, nesta altura, o relatório, que enfeixa as conclusões da primeira fase dos trabalhos desta Comissão, e homologando a área que abrigará, futuramente, a sede do Governo da União (BRASIL, 1955, p. II, destaques nossos).

O reforço ao argumento histórico-jurídico busca não apenas reforçar as conclusões da comissão pretérita, mas também apontar para os trabalhos da CLNCF enquanto desfecho desse problema “longamente amadurecido”, conforme se depreende do uso recorrente da palavra “definitivo” tanto na Lei nº 1.803/1953 quanto no Decreto nº 32.976/1953. Destarte, tratava-se de estabelecer que a questão da transferência da capital, que tanto tempo demorara em sucessivos estudos e elucubrações de políticos e intelectuais ao longo de dois séculos, finalmente teria o seu desdobramento concreto. Por essa ótica, caberia aos membros da CLNCF, portanto, protagonizar um ato fundamental, o último de uma sucessão linear: escolher o sítio definitivo para a nova capital, dar os contornos do Distrito Federal e estabelecer um plano abrangente de construção das primeiras obras de infraestruturas de transportes, energia elétrica e comunicações necessárias ao estabelecimento da nova cidade. Não obstante, se retomarmos a ideia de que a definição mesma do “Retângulo do Congresso”, bem como da área de 5.000 km² a ser destinada ao novo DF, pode ser lida como espécie de “solução intermediária” entre as propostas apresentadas no âmbito da Comissão Polli Coelho,

de que maneira tal complexidade pode ser apreendida a partir do relatório final apresentado por José Pessoa?

Perspectivas sobre o DF presentes no relatório da CLNCF

Tendo em mente as questões acima suscitadas, avançaremos no teor do relatório. Contendo 213 páginas, o documento subdivide-se, grosso modo, entre a ata final de escolha do sítio e delimitação do Distrito Federal, contendo a justificativa individual dos votos, e as seções subsequentes discorrendo sobre aspectos específicos do processo de escolha, tais como relativos às diretrizes urbanísticas, ao fornecimento de energia elétrica e de serviços de água e esgoto, à proteção militar da nova capital, às iniciativas de colonização do futuro Distrito Federal ao financiamento do empreendimento como um todo, bem como à escolha de um nome para a futura urbe. Dos assuntos tratados no relatório, interessa-nos aqueles mais afeitos às preocupações com a projetada estruturação do território e as possíveis relações entre a nova unidade federativa e o seu entorno. Como já afirmado, sabemos que a função da CLNCF não era a de proceder a estudos mais abrangentes relativamente à função do Distrito Federal vis-à-vis o Centro-Oeste ou os movimentos mais amplos de expansão da fronteira econômica oriunda da Zona Concentrada. Contudo, uma “leitura a contrapelo” do relatório pode-nos revelar alguns aspectos relevantes relacionados à problemática aqui tratada, mormente no que concerne à definição das características – leia-se, tamanho e função – pensadas para o novo Distrito Federal.

Segundo a ata de reunião para as deliberações finais da comissão, realizada em 15/04/1955, o sítio castanho, local onde atualmente se encontra o Plano Piloto de Brasília, foi aprovado por unanimidade, “de pé e com uma salva de palmas” (BRASIL, 1955, p. 46). Assim como no relatório da CELNCB, no qual se sobressai o voto de Polli Coelho como eixo norteador das discussões e do teor do documento final aprovado, no da CLNCF, predomina o voto de José Pessoa. Segundo o presidente, ganhou-se a preferência pelo sítio castanho pelas seguintes razões: padrões climáticos favoráveis; hidrografia, geologia e relevo adequados tanto para a captação de água quanto para a geração de energia elétrica; proximidade de materiais de construção; facilidade no estabelecimento de ligações viárias; baixo custo com desapropriações; e, por fim, o reforço ao argumento histórico.

Outro paralelo com a CELNCB foi a inclinação de seu presidente, manifestada desde as primeiras providências, pela região posteriormente designada pela cor castanha. O próprio José Pessoa confessa ter formado sua convicção de antemão, baseada nas primeiras análises das fotografias aéreas, antes mesmo de ter em mãos o relatório de fotointerpretação a encargo da firma de Donald Belcher (BRASIL, 1955, p. 48). A partir desse juízo preliminar, dividiu o “Retângulo do Congresso” em duas zonas, delimitadas pelo meridiano 48° 30’ segundo critérios de densidade demográfica, sendo a zona ocidental, mais populosa e próxima a centros como Goiânia e Anápolis, considerada menos apta devido ao custo maior com desapropriações e a seu clima mais quente e úmido, devido à menor altitude. A esse respeito, duas considerações. Se, de fato, essa região apresentava maior densidade demográfica, o que impactaria nos preços dos imóveis, não se pode afirmar que essa porção do quadrilátero se encontra como um todo em altitude menor do que a desejada, uma vez que, por exemplo, o município de Anápolis se encontra em uma elevação superior a mil metros acima do nível do mar (INSTITUTO MAURO BORGES, 2016).

Outro ponto a se destacar é que, com a externada preocupação com o custo das desapropriações, tem-se uma pista da permanência de certos parâmetros relativos às concepções presentes na formulação do Território Federal do Planalto por Polli Coelho na década anterior. Afinal, se as desapropriações fossem restritas apenas à área necessária ao estabelecimento da mancha urbana, como queriam os oponentes da proposta de Polli Coelho, a diferença no custo da aquisição das terras não representaria uma fatia significativa do orçamento. Para efeitos de comparação, o custo estimado por Lucas Lopes em seu anexo ao voto no âmbito da CELNCB para a desapropriação total das terras do novo Distrito Federal era de cerca de Cr\$ 100 milhões – menos de um por cento do custo total projetado para a construção da nova capital, orçado por ele em cerca de quinze bilhões de cruzeiros (BRASIL, 1948, vol. 2, anexo).

No que tange ao primeiro item do voto de José Pessoa, percebe-se o apelo ao argumento histórico ao relacionar a alegada superioridade do clima do sítio castanho com escritos de viajantes oitocentistas que percorreram a província de Goiás, como Auguste de Saint-Hilaire e Francis Castelnau, além do relatório da Missão Cruls (BRASIL, 1955, p. 50), embora não haja indícios de que os viajantes estrangeiros tenham percorrido a região exata do sítio escolhido.⁶⁷ Quanto à disponibilidade hídrica, alega a suficiência da bacia do Paranoá e

⁶⁷ Ao menos do que se depreende da passagem de Saint-Hilaire por Goiás, os levantamentos mais recentes (BARBO; CURADO, 2023, pp. 211-212) dão conta de que sua passagem seria pelo extremo sudoeste do atual Distrito Federal, próximo ao núcleo de Engenho das Lajes.

São Bartolomeu, rios que são indicados como sendo de bom volume e ao mesmo tempo sem apresentarem características de pântanos insalubres, situação mais comum em porções mais a jusante dos cursos d'água. Mesmo assim – e talvez respondendo a eventuais críticas quanto à baixa capacidade hídrica de uma típica região de vertedouros –, sugere ainda a instalação de açudes e poços artesianos para complementar a oferta de água, estimada em cerca de 400 litros diários por habitante. Importante pontuar que, na seção “Esbôço do sistema de esgoto”, o engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho questiona esses dados, baseados nas conclusões do relatório da firma de Donald Belcher. Saturnino de Brito Filho aponta a falta de pesquisas mais aprofundadas acerca da real capacidade hídrica da região (BRASIL, 1955, p. 86), o que lança questionamentos a respeito dos motivos que o teriam levado - e a todos os demais membros - a optarem pelo sítio castanho, mormente quando se recorda dos embates ocorridos nas reuniões da comissão Polli Coelho.

Relativamente aos aspectos geológicos e pedológicos, José Pessoa aponta a existência de terreno plano com suaves declives (o que ajuda também no escoamento do sistema pluvial e de esgotos), além de solo profundo e firme, propício para a fundação de edifícios, além de rico em pastagens (BRASIL, 1955, p. 52). Nesse ponto, porém, chama atenção a forma lacônica com que trata a questão da fertilidade do solo, tema tão debatido na comissão Polli Coelho e em outras oportunidades. Além de não dar maiores detalhes sobre as tais características de fertilidade do solo do sítio castanho, chama-nos atenção, em outro ponto do documento, mais especificamente nos prolegômenos, algumas rasuras feitas em trechos onde se descreveria o sítio castanho como tendo “rico e fertilíssimo solo”, sendo tal expressão substituída por “solo fértil” (BRASIL, 1955, p. V). Teriam o objetivo apenas de tornar o documento mais “técnico” e menos “apaixonado” ou seriam uma maneira de amenizar eventuais considerações laudatórias as quais, ao ver do presidente da CLNCF, seriam exageradas? A bem da verdade, sequer sabemos se as rasuras de fato pertencem ao marechal. Contudo, em sendo as anotações efetivamente dele, abre-se a possibilidade de se interpretá-las como uma forma de dar contornos mais “equilibrados” às conclusões de uma resolução que, supõe-se, representaria as opiniões do conjunto dos membros da comissão.

O voto prossegue, destacando a facilidade nas comunicações e transportes do sítio castanho com ligações já existentes a Planaltina, Luziânia, Formosa, Cristalina, Corumbá, Vianópolis e Anápolis – esta última, estação final do ramal da Estrada de Ferro Goyaz. Como aponta Maria Fernanda Derntl (2019), Pessoa chamava tais núcleos de “cidades-satélites”, o que abriria a possibilidade de interpretar tal uso como esboços de uma certa articulação do

projetado Distrito Federal com suas áreas lindeiras. Retomando a discussão do capítulo anterior, em havendo um DF com “apenas” 5.000 km², a deficiência na provisão de víveres para a nova capital, longe de representar um ponto negativo, seria exatamente o elo fortalecedor de suas conexões com seu entorno.

Tal dependência também se traduziria no fornecimento de energia elétrica: apesar de a cachoeira do Paranoá ser apontada como uma potencial fonte de geração, seria considerada insuficiente para as necessidades da nova urbe à medida que esta crescesse (BRASIL, 1955, p. 53). Pessoa destaca também o baixo custo com desapropriação de “fazendas muito esparsas” (BRASIL, 1955, p. 54), de cujo tema tratamos mais pormenorizadamente em monografia anterior (ROSA, 2020). A proximidade de materiais de construção também é colocada em termos assaz sucintos, resumindo-se a dizer que há abundância de materiais como pedra, argila, cal, areia e barro para cerâmica – sem, contudo, especificar os locais –, além da disponibilidade de madeiras para construção nas florestas do Mato Grosso Goiano (BRASIL, 1955, p. 53).

Por fim, vale destacar que Pessoa, ao levantar o argumento histórico para a eleição do sítio castanho, relaciona a importância simbólica da proximidade com a confluência das três bacias hidrográficas, entendidas como que “destinadas” a abrigar a futura capital, o que o aproxima da visão simbólica – e um tanto romântica – postulada por Francisco Adolfo de Varnhagen (MAGALHÃES, 2015, p. 41). Na mesma toada, exalta a Pedra Fundamental, erguida na municipalidade de Planaltina em 1922 por iniciativa de Americano do Brasil, médico, jornalista e deputado federal por Goiás à época (SILVA, 2019, p. 39). Entretanto, “esquece-se” o presidente de que o referido marco encontra-se inserido no sítio verde, nas imediações de Planaltina, e não no castanho.

Os demais votos, bastante sucintos, seguem nas mesmas linhas gerais da justificativa de Pessoa. Por esse motivo, chama atenção a manifestação de Fábio de Macedo Soares Guimarães: voto de um único parágrafo, declarando secamente a adesão ao sítio castanho “como o que preenche as melhores condições para a localização da nova Capital do país” (BRASIL, 1955, p. 56), posição oposta à defendida anteriormente no âmbito dos auxílios à comissão de Polli Coelho, ocasião na qual definiu três áreas entre o Triângulo Mineiro e o sul de Goiás como as áreas preferenciais, sendo que “[a] mais bem dotada é a de Uberlândia-Tupaciguara, seguindo-se, por ordem decrescente de preferência, a do Alto Paranaíba ou de Patos de Minas e a de Goiânia-Anápolis” (GUIMARÃES, 1949, p. 536).

Ainda que o Triângulo Mineiro não estivesse mais contemplado no “Retângulo do Congresso”, o membro representante do IBGE poderia ter optado pelo sítio amarelo, região que corresponderia à sua terceira opção. Uma mudança desse calibre pode ser interpretada como fruto de revisão de sua opinião, baseada nos estudos possibilitados pelas modernas técnicas de aerofotogrametria e fotointerpretação, ou ainda como “capitulação” ante uma (prevista?) inevitabilidade do sítio castanho como sendo a solução vencedora - ainda mais considerando-se a preferência explícita de Pessoa pela região, manifestada antes mesmo de possuir os dados completos oriundos da firma estadunidense, como tratamos anteriormente.⁶⁸

Espaço, posição, colonização: as considerações territoriais presentes na CLNCF

Se as justificativas gerais para a escolha do sítio castanho giravam ao redor de questões mais ligadas às condições físico-geográficas específicas (em especial, climáticas, geológicas e topográficas), alguns pontos a respeito de suas interligações com iniciativas mais amplas aparecem no documento, em especial na seção “As condições geográficas da nova capital”. Sendo tal seção apócrifa, desconfia-se de que tenha sido escrita pelo marechal presidente da comissão, visto que as demais seções encontram-se com a assinatura de seus respectivos membros-autores, ligados às respectivas subcomissões encarregadas de cada um dos assuntos supracitados.

Vimos que, no relatório da comissão Polli Coelho, as disputas em torno dos significados de capital, as quais se desdobrariam em posições divergentes em relação à sua localização da hinterlândia, giravam amiúde ao redor de conceitos como *sítio* e *posição*: mais amplamente, se à transferência da capital conviria levar em consideração aspectos mais “endógenos” - isto é, se sua função essencial, de cunho político-administrativo, está sendo realizada a contento na atual sede ou não – ou “exógenos” – a saber, a relação de uma capital com seus arredores, mais especificamente a sua capacidade de impulsionar ou fortalecer processos econômico-sociais de ocupação de determinadas porções do território nacional. Vimos também que o voto de Anhaia Mello adicionava outra camada conceitual: a do

⁶⁸ Posição essa reforçada pelo voto do general Nelson de Castro Sena Dias, do Serviço Geográfico do Exército, o qual declararia que “preliminarmente devemos declarar que, antes de termos conhecimento de quaisquer novos estudos procedidos, já firmáramos a convicção de que o sítio a ser preferido estaria na região compreendida entre os paralelos 15°30’ e 16°00’ de latitude S do território determinado pela Lei nº 1.803” (BRASIL, 1955, p. 66).

programa, vale dizer, a relação entre um governo, seu território e o conjunto tecnológico disponível para garantir a efetividade de sua ação nesse território. Outrossim, para o urbanista paulistano, os avanços científico-tecnológicos do século XX encurtariam as distâncias e achatariam o tempo, tornando desnecessária a saída da capital do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, esses avanços permitiriam resolver ou amenizar algumas das inadequações da antiga capital apontadas outrora como insanáveis, como as altas temperaturas e os inúmeros problemas urbanos da antiga capital.

Na seção supracitada, José Pessoa (ou quem quer que a tenha escrito) aponta dois conceitos como preponderantes na análise, inclusive histórica, do problema da localização das capitais brasileiras: o *espaço* e a *posição*, sendo que ele assinala a existência de uma certa preponderância histórica desta sobre aquele. *Espaço* é aqui entendido como sendo o conjunto das “características topográficas, e geológicas, climáticas e outras de ordem ecológica” (BRASIL, 1955, p. 137), aproximando-se bastante do conceito de *sítio* tratado no relatório Polli Coelho. *Posição*, entretanto, é conceituada de modo mais amplo em relação à mesma palavra presente na CELNCB, estando mais intimamente ligada às “contingências da dinâmica territorial” somadas às “possibilidades dos meios de transporte e comunicações” (BRASIL, 1955, p. 136). Aqui, há uma interessante soma do significado de *posição* exposto na comissão pretérita com o que poderia ser considerado o conceito de *programa* como defendido por Anhaia Mello. Teria José Pessoa lido e se inspirado nesses debates? Entretanto, ao invés de relacionar os avanços tecnológicos como justificativa *contra* a transferência da capital, mobiliza-os a *favor*. Em sendo a capital movida para o interior em plena era atômico-espacial, o potencial de ação do Estado no território aumentaria exponencialmente: dessa maneira, o encurtamento das distâncias se daria de modo mais homogêneo a partir do centro do País.

Pessoa condena ainda o que, a seu ver, seria um excesso de peso das considerações de *posição*, mormente as relativas à interligação da capital com processos econômicos específicos, como a economia açucareira (marca do período em que Salvador foi capital, entre 1549 e 1763) ou o complexo minerador (que enseja a transferência do poder colonial para o Rio de Janeiro). Segundo ele, tais escolhas se deram em detrimento de maiores preocupações com as questões *espaciais* (condições físico-climáticas). Para o marechal, portanto, aspectos espaciais “negativos” do RJ o afastariam da primazia pela sede do governo federal na mesma medida em que aspectos espaciais “positivos” ligados às condições climáticas do planalto goiano - mais especificamente, do sítio castanho - o credenciariam

enquanto o candidato mais apto a abrigar a nova capital (BRASIL, 1955, p. 140). Percebe-se, portanto, um retorno à ênfase nos aspectos climático-sanitários - aspecto esse que, deixe-se claro, nunca esteve ausente da discussão, como mostram os estudos de Tamara Vieira (2009).

Na trama ortodrômica das rotas aéreas e das redes rádio-elétricas é que se vão definindo as novas encruzilhadas geopolíticas, dentre as quais se encontra, no continente sul-americano o Planalto Central brasileiro, de cujas potencialidades o sítio escolhido para a implantação da nova Capital será, sem nenhuma dúvida, expressiva representação. Essa sua caracterização central é que, em última análise cria o necessário equilíbrio entre as vantagens do espaço e as conveniências da posição geográfica da nova Capital do Brasil. (BRASIL, *op. cit.*, p. 141)

Entretanto, ao chamar atenção para esses elementos em conjunção com aqueles de caráter posicional (ou seja, relacionado ao âmbito estratégico e tecnológico), a exposição de José Pessoa marca uma certa diferença vis-à-vis o postulado defendido anteriormente por Polli Coelho, marcado por uma ênfase na preponderância da *posição* sobre o *sítio*:

O conceito geopolítico de planalto central nos conduz assim à mesma região que mereceu a preferência de nossos antepassados e que guiou o Dr. Luiz Cruls, na ocasião em que ele foi demarcar a área do novo Distrito Federal, em virtude da Constituição de 1891.

É ali portanto que deve ser escolhida a nova Capital do Brasil, em obediência ao texto constitucional de 18 de Setembro de 1946.

Ressalta da própria letra dêsse texto, quando revigora a antiga expressão do "planalto central do país", que antes de tudo a escolha da nova Capital deve obedecer a uma razão de posição porque realmente aquilo de que se trata é escolher uma posição de onde o Brasil vai ser mais facilmente governado, num ponto de vista nacional, depois de dois séculos de regionalismos que nos conduziram a uma situação verdadeiramente secundária no conjunto das nações modernas.

(...) Mesmo que a zona que deve ser preferida, por se achar no ponto mais interessante do "espigão mestre", não fôsse boa, sob o ponto de vista do clima e da produção, ainda assim deveria ser a escolhida, no ponto de vista da posição. (COELHO, 1948, pp. 18-19)

No contexto do excerto acima, Polli Coelho, ao defender a pertinência da área demarcada por Luiz Cruls em fins do século XIX em termos de salubridade, argumenta que, apesar disso, não seria essa a razão preponderante para se escolher a referida área, e sim por se encontrar num ponto central do chamado "Espigão Mestre", nome dado ao conjunto de chapadões que divide o Planalto Central brasileiro das demais formações a leste e a noroeste do País.

Outro aspecto interessante se refere à futura colonização do DF. Indo ao encontro das proposições de Polli Coelho, José Pessoa assinala a importância de uma preparação prévia

para a criação das condições de infraestrutura e abastecimento necessárias ao bom funcionamento da novel cidade. Nesse sentido, defende Pessoa a colonização mista, feita tanto por nacionais quanto por europeus, principalmente de origem holandesa (BRASIL, 1955, p. 126). Argumenta que, pela expertise na produção de laticínios, e dada a vocação histórica do Planalto Central para a criação de gado, o DF seria, assim, um espaço de aprendizado dos criadores nacionais com os imigrantes holandeses “com suas modelares chácaras e granjas” (BRASIL, *op. cit.*).

Esse sistema de colônias agrícolas, estruturado num “cinturão verde” ao redor da nova capital, seria combinado com cidades-satélites, previstas para expandirem-se principalmente no vetor oeste ao longo das rodovias-tronco que sairiam da capital, como assinalam os urbanistas Raul Penna Firme, José de Oliveira Reis e Roberto Lacombe na seção “Primeiro esboço da futura capital” (BRASIL, 1955, p. 79). Entretanto, dado que o relatório também denomina “cidades-satélites” aqueles núcleos preexistentes, como Luziânia, Cristalina e Formosa, e considerando que tais núcleos não seriam abrangidos pelo novo Distrito Federal, não resta claro de que maneira esses cinturões agro-urbanos poderiam ser estruturados nesses municípios – e quem ficaria responsável por isso. No caso da proposta de Polli Coelho, o ingente Território Federal do Planalto, tal função restaria clara para a nova unidade federativa: círculos concêntricos de cinturões verdes, combinados com uma rede de cidades-satélites (algumas de caráter industrial) teriam o condão de impulsionar esse modelo, eventualmente inspirando iniciativas similares alhures. Um projeto mais detalhado de utilização das áreas rurais do DF seria efetivamente demarcado somente no final da década, com o plano das Unidades Socioeconômicas Rurais (USERS), como estudado por Maria Fernanda Derntl (2020).

Pelo exposto neste capítulo, percebe-se que o resultado territorial concreto do Distrito Federal – seu tamanho e contornos –, bem como as funções geográficas ou geopolíticas para ele projetadas, são reflexo dos embates políticos presentes à época. Se, com o “Retângulo do Congresso”, ficaria mais clara a preferência pelo planalto goiano – o que, em tese, atrairia todo o conjunto de concepções geopolíticas ligadas a essa solução –, também seria limitado o tamanho do DF, levantando questões sobre a real capacidade, inclusive jurídica, de intervenção territorial em vastas porções do Brasil Central com o fito de estabelecer projetos de colonização, combinados agro-urbanos ou outros esquemas que contemplassem a preocupação com a interiorização da fronteira econômica e, possivelmente, da mancha demográfica.

Em outros termos, pensar a sucessão de projetos entre a Comissão de Estudos de Localização da Nova Capital do Brasil (comissão Polli Coelho) e a Comissão de Localização da Nova Capital Federal (comissão José Pessoa) em termos de continuísmo ou de “protelação” não faz jus à complexidade do contexto político, social e econômico entre as décadas de 1940 e 1950, o que se desdobra nos projetos aqui tratados. Destarte, os modos pelos quais foi pensado o atual DF no que tange à sua articulação com um panorama espacial mais amplo, particularmente no âmbito da CLNCF, ainda poderão ser objeto de pesquisas futuras. A historiografia aqui apontada (VIDAL, 2009; DERNTL, 2019; DERNTL, 2020a; DERNTL, 2020b; FRAJNDLICH; BENOIT, 2021) vem demonstrando um progressivo interesse no tema, dentro do qual, não obstante, ainda restam importantes lacunas a serem mais detidamente analisadas e exploradas.

PARTE III
ELITES POLÍTICAS GOIANAS E APROPRIAÇÕES DO DISCURSO
MUDANCISTA

CAPÍTULO 4

A DEFESA DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL NA REVISTA
A INFORMAÇÃO GOYANA

Até aqui, discorreremos sobre a maneira como foram discutidas diversas propostas a respeito da transferência da capital e seus eventuais impactos – econômicos, sociais e demográficos – em nível nacional, e mais particularmente na região Centro-Oeste. Vimos como, a depender da solução proposta (tanto em termos de localização do novo Distrito Federal quanto de seu tamanho), podem-se relacionar diferentes concepções sobre o papel de uma capital nacional no conjunto do ordenamento territorial de um País. Constatação essa que nos leva à conclusão da existência de diferentes *significados* de desenvolvimento – ou *rumos*, como define Sonia Draibe (2004), principalmente no que guarda relação com a expressão desse desenvolvimento no território em termos de desconcentração demográfica e seus possíveis impactos no processo, já em curso no decorrer da primeira metade do século XX, de acentuação dos desequilíbrios regionais mediante a concentração industrial em SP (CANO, 2007).⁶⁹

Mas o que pensavam os goianos a respeito desse tema? Afinal, se Goiás apareceu recorrentemente como lugar candidato à condição de sede dos poderes nacionais – ao menos desde os primeiros levantamentos de Francisco Adolfo de Varnhagen, ainda em meados do século XIX – interessante seria perscrutar as formas como esse debate foi travado entre as elites política e intelectual locais no período que, grosso modo, coincide com o tratado na parte anterior deste trabalho. Para isso, uma fonte que se mostra importante para a compreensão de ao menos parte dos argumentos circulantes a esse respeito é a revista *A Informação Goyana*.

⁶⁹ Vale recordar, como postula Wilson Cano (2007, p. 28), que São Paulo, apesar de rumar para uma economia diversificada e industrializada, ainda possuía na agricultura um setor importante da economia. Embora o setor primário alcançasse apenas 10% da produção paulista em 1970, o montante representava 20% da produção agrícola do Brasil, o que aponta para um complexo agrícola o qual, se bem que ultrapassado em termos relativos pelo setor industrial, ainda possuía um peso significativo no conjunto da produção agrícola nacional.

Editado e publicado no Rio de Janeiro entre 1917 e 1935, o periódico tinha como seus idealizadores e diretores o jornalista e militar goiano Henrique Silva e seu sobrinho-neto, o médico e jornalista Antônio Americano do Brasil, e tinha como objetivo ser uma “[r]evista mensal, ilustrada e informativa sobre as possibilidades economicas do Brasil Central” (A INFORMAÇÃO GOYANA, ago. 1917, pág. 1). À primeira vista, surpreende a relativa longevidade da publicação relativamente aos demais veículos goianos surgidos por volta do mesmo período, muitos deles com duração de pouco mais de um ou dois anos (TELES, 1989), chegando a durar quase duas décadas, sobrevivendo, inclusive, a momentos políticos conturbados, como o Movimento de 1930.

Segundo Maria de Araújo Nepomuceno (2003), há indícios de subvenção da revista pelo governo estadual goiano entre os anos de 1918 e 1935, o que a coloca em uma situação peculiar: embora não fosse expressamente oficial, o motivo de ser, ao menos em parte, patrocinada pela governadoria estadual faz com que possamos ler as edições da publicação não apenas enquanto expressões ou opiniões relativamente isoladas de Henrique Silva e seus parceiros editoriais, mas também enquanto veículo para o encaminhamento de reivindicações e protestos da elite político-econômica goiana. Afinal, em se tratando de um estado com baixíssima representação econômica e visibilidade política – “menos inda que ilusão”, como se expressaria Machado de Assis (ASSIS, 1959, *apud* COSTA, 2013, p. 40) –,⁷⁰ *A Informação Goyana* poderia representar um canal adicional de interlocução com as classes políticas e empresariais alocadas no Rio de Janeiro. Em outras palavras, o estado de Goiás

⁷⁰ Como nos narra Kelerson Semerene Costa (2013), o trecho é parte de um poema publicado na *Gazeta de Notícias*, edição de 13/05/1887, na ocasião da divulgação de uma das poucas notícias sobre Goiás veiculadas à época em nível nacional: o desastre ambiental de contaminação do rio das Almas, em Pirenópolis, por mercúrio utilizado na lavagem e extração de ouro. O caso, somado à escassez d’água pelas atividades da companhia mineradora que lá atuava, gerou revolta entre a população, que acabou por destruir o maquinário da empresa. O caso chegou à mesa de Joaquim Maria Machado de Assis, então oficial de gabinete do Ministério da Agricultura, o que o levou a escrever um poema a respeito do evento – e do próprio espanto pela invisibilidade de Goiás no concerto das províncias do Império:

Não neguei Bahia ou Minas,
Nem nunca fora capaz
De negar Crato ou Campinas...
Neguei, é certo, Goiás.
Pois que Goiás eu supunha
Uma simples convenção,
Sem existência nenhuma,
Menos inda que ilusão.
[...]
Mas eu daquela ocorrência
Tiro uma lição vivaz:
Goiás tem certa a existência,
Goiás existe, Goiás.

gozava daquilo que Francisco Itami Campos (2003) denominaria de “autonomia negativa” - isto é, uma autonomia estadual garantida, no contexto da Primeira República, não enquanto fruto das articulações e pressões de grupos de interesse, como se deu no caso do estado de São Paulo e o levantamento da bandeira federalista pela elite cafeicultora. Ao revés, no caso goiano, tal “autonomia” seria dada pela pouca expressividade de sua economia, sua população e, conseqüentemente, sua bancada no Congresso Nacional. Com isso, pedidos e reclamações, ao menos de parte da elite goiana, eram percebidos por ela como tendo pouca ou nenhuma escuta por parte do governo federal e dos parlamentares.

Destarte, *A Informação Goyana*, ainda que fosse crítica à postura *laissez-faire* dos governos civis da Primeira República – o que, ao menos em tese, poderia incomodar os altos escalões da estrutura político-partidária estadual –, era vista como estratégica para a divulgação das potencialidades e necessidades do estado, sendo considerada pelo governo estadual “o unico jornal que, actualmente, defende os interesses do Estado nesta Capital” (*A INFORMAÇÃO...*, out. 1918, p. 33). Tal postura da revista, tratada explicitamente em suas matérias, remete-nos a uma característica mais ampla dos periódicos, ainda que inconfessa: a da imprensa não como “espelho” da realidade, mas enquanto *parte integrante* dos acontecimentos, ou seja, buscando influenciar nos debates em curso numa dada sociedade (bem como na própria realidade). Com isso, faz-se mister analisar os discursos (re)produzidos em veículos de imprensa assumindo a multiplicidade de camadas e dimensões que se podem atribuir a eles (PETTEGREE, 2014).

Outro ponto da revista a se destacar é a sua produção e circulação. Com linguagem carregada de termos técnicos e relatórios extensos nas áreas de geologia, climatologia e botânica (para citar algumas), não surpreende a sua baixíssima tiragem – cerca de quinhentos exemplares (NEPOMUCENO, 2003, p. 31). Ademais, o alto grau de complexidade dos temas indica que tal publicação seria dirigida às elites econômicas e políticas nacionais, mormente o empresariado dos grandes centros litorâneos (*op. cit.*, p. 52).

Ainda de acordo com Nepomuceno (2003), grande parte das diretrizes políticas e econômicas presentes nas matérias d’*A Informação* foi influenciada pelos postulados positivistas, divulgados a partir da segunda metade do século XIX em espaços como a Escola Militar da Praia Vermelha através de intelectuais como Benjamin Constant, professor de matemática da instituição. Henrique Silva, enquanto estudante da academia militar nos anos 1880, foi influenciado pelo ideário positivista; entretanto, seria provavelmente somente a

partir dos anos 1890, com as atividades da *Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*, liderada pelo astrônomo Luiz Cruls, que Henrique Silva entraria em contato com o tema da transferência da capital, participando da comissão na condição de alferes (CRULS, 1894, p. 8). Nos anos seguintes, Henrique Silva contribuiria com periódicos como *Jornal do Commercio*, *Diario de Noticias* e *O Paiz* (NEPOMUCENO, 2003, p. 62), além de ter fundado uma revista nas mesmas linhas d'*A Informação*, denominada *Brazil Central* e de vida curtíssima: apenas uma edição (*op. cit.*, p. 33).

A Informação Goyana, apesar de sua duração, bem como de sua importância enquanto espaço privilegiado para a exposição dos temas econômicos e políticos que preocupavam intelectuais e políticos goianos nas primeiras décadas do século passado, ainda não foi suficientemente analisada pela historiografia. Dos trabalhos existentes, vale menção ao livro *O papel político-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade*, de autoria de Maria de Araújo Nepomuceno (2003), já citado anteriormente.

Derivada de sua tese de doutorado em Educação, a obra de Nepomuceno abrange diferentes aspectos da revista – desde sua produção, circulação e consumo, passando pela formação teórico-filosófica dos intelectuais mais atuantes na revista. A autora enumera ainda alguns dos temas abordados mais recorrentemente nas edições, destacando-se economia e recursos naturais da região (pouco menos de 40% das matérias publicadas), seguido por transportes (aproximadamente 10%), história (ca. 6%), geografia (ca. 5%), limites interestaduais (ca. 4%), entre outros (NEPOMUCENO, 2003, p. 38). Vale ressaltar que o tema da transferência da capital perfazia menos de 4% das reportagens (num total de 83 ocorrências). Outras 11 reportagens, ou menos de 0,5% do total, foram dedicadas à defesa da transferência da capital estadual, da Cidade de Goiás para a criação de Goiânia.

No que pertine a este último tema, pode-se argumentar que o fato de a revista ter cessado sua circulação em 1935, na ocasião da morte de Henrique Silva,⁷¹ ser um dos motivos para a baixa frequência de matérias sobre ele. Ademais, em se tratando de uma revista editada e publicada no Rio de Janeiro com o fito de atrair investimentos, públicos e privados, pode-se também levantar a hipótese de uma certa falta de atratividade de um tema o qual poderia ser considerado de interesse meramente local, como a mudança de uma capital estadual. Por mais que tal empreendimento pudesse atrair certas iniciativas adventícias, a

⁷¹ Americano do Brasil, o outro fundador, havia sido assassinado em 1932 (NEPOMUCENO, 2003, p. 62). Antes, entretanto, abdicara da co-direção da revista em razão de sua nomeação como secretário do Interior e Justiça do estado de Goiás em 1918 (*op. cit.*, p. 31).

escala das obras necessárias para a interiorização da capital nacional certamente seria de vulto significativamente maior.

Entretanto, como podemos entender a frequência bastante baixa das publicações atinentes à transferência da capital federal? Duas hipóteses podem explicá-la. Primeiramente, poder-se-ia levar em consideração que o período de publicação d'*A Informação* coincide com o que a historiografia tradicional consideraria como de “hiato” dos debates mudancistas (SILVA, 1971; TUBINO, 2015) – ao menos em nível nacional. Sendo assim, compreensível seria, do ponto de vista editorial, e partindo de uma preocupação em divulgar as potencialidades econômicas de Goiás com a máxima ênfase, uma menor atenção para esse debate, considerado talvez como “marginal” ou “utópico”, abrindo-se mais espaço a possíveis iniciativas – públicas ou privadas, reiterando-se – mais concretas e viáveis levando em consideração os recursos naturais e a posição estratégica central do estado anhanguerino.

Outra hipótese seria compreender que, na verdade, o tema da transferência da capital, embora apareça explicitamente em tão poucas reportagens,⁷² possa estar implícito em muitas outras. À guisa de exemplo, em diversas edições entre os anos de 1917 e 1919, foi publicada uma reprodução do mapa do Quadrilátero Cruls na última página. Embora não possamos ter noção das formas e hábitos de leitura dessa publicação, dada a falta de vestígios históricos para tanto, podemos imaginar a leitura de um exemplar d'*A Informação*, repleta de conteúdos técnicos, dados econômicos e poemas laudatórios às pretensas virtudes únicas de Goiás, seguida pelo fechamento das páginas (no sentido do movimento físico) e a constatação da aparição de um mapa em seu final. Poderia esse mapa ter algum efeito sugestivo na leitura – ou na cognição em retrospecto – das matérias, ainda que não diretamente relacionadas com a causa mudancista? Ademais, em sendo a transferência da capital defendida amiúde como uma espécie de panaceia tanto para os problemas locais quanto para os nacionais, poder-se-ia interpretar os demais artigos, mormente os que abordavam temas relativos aos recursos naturais e à infraestrutura de transportes e comunicações, como desdobramentos ou “ramais” de um “problema central”.

Outro trabalho que aborda especificamente *A Informação Goyana* enquanto objeto de pesquisa é a dissertação de Andreia Silva Lisboa (2009), intitulada “*O Brazil-Central e suas*

⁷² Vale dizer que são poucas no sentido relativo, uma vez que a revista, ao longo de suas quase duas décadas, produziu nada menos que 2.229 matérias e a transferência da capital foi diretamente mencionada em apenas 83 ocasiões (NEPOMUCENO, 2003, p. 39). Tal número tomado em termos absolutos, no entanto, não seria nada desprezível, mormente considerando a longevidade, extensão e frequência de publicação d'*A Informação* serem assaz excepcionais para os padrões da imprensa goiana da época.

potencialidades na revista 'A Informação Goyana'". Nela, Lisboa busca uma leitura mais específica dos discursos apresentados na revista acerca das potencialidades econômicas de Goiás, mormente ligadas à agropecuária, à mineração e ao extrativismo – à exploração de recursos naturais, portanto. Analisando os postulados presentes na revista à luz de conceitos como litoral e sertão e integração nacional – isto é, de que forma a defesa de um certo desenvolvimento econômico em Goiás traria benefícios para o conjunto da nação, especificamente dadas as diferenças frequentemente tratadas sob o prisma da dicotomia litoral-sertão –, Lisboa busca cotejá-los com o contexto mais específico dos debates sanitaristas da época, isto é, de que maneira poder-se-ia enxergar a relação entre “higiene” e “desenvolvimento” nas discussões encetadas pela revista em sua defesa das possibilidades econômicas do Brasil Central (leia-se, de Goiás). Embora a autora traga subsídios importantes para a construção das diretrizes que também norteiam este trabalho, sua obra deixa de apreciar de maneira mais pormenorizada a importância defendida para a transferência da capital federal nesse processo, assim como deixa de discutir mais detalhadamente as matérias em si.

Diagnóstico e prognóstico: entraves e possibilidades para o estado de Goiás segundo A Informação Goyana

Feitas as considerações acima, partiremos para uma base de análise a qual, se bem que mais para fins expositivos (dado que esses temas entrelaçam-se nas centenas de edições da revista), pode ser de valia para a compreensão da visão dos intelectuais que colaboravam para *A Informação Goyana*. Em suas mais variadas publicações, o periódico buscava, grosso modo, suprir dois objetivos: traçar um “diagnóstico” do estado de Goiás à época em suas mais diversas facetas – economia, recursos naturais, clima, geologia, hidrografia, além de aspectos ligados à cultura e à história goianas –, buscando enfatizar as possibilidades econômicas e minimizar ou contemporizar eventuais entraves ou pontos negativos; e elaborar prognósticos a respeito dos possíveis desdobramentos econômicos decorrentes das medidas defendidas pelos colunistas e articulistas, incluindo-se a transferência da capital federal para o planalto goiano.

Um dos pontos mais polêmicos envolvendo dúvidas sobre as potencialidades relacionava-se à questão do clima e salubridade das paragens goianas, em especial do

planalto central. Dado que o período de publicação da revista coincidiu, grosso modo, com o forte crescimento das teses e medidas sanitaristas no Brasil, Henrique Silva, Americano do Brasil e demais colaboradores viram-se compelidos a se lançarem numa campanha em defesa da adequação climática e sanitária dos sertões (LISBOA, 2009, p. 58), em especial de maneira refratária à tese, cada vez mais difundida, de que o sertão seria um “vasto hospital”. Portanto, essa dupla operação *diagnóstico/prognóstico* buscava, tanto quanto possível, externalizar as causas dos entraves para o crescimento econômico de Goiás e sua maior integração com as zonas mais dinâmicas do País.

Em primeiro lugar dentre os motivos para o “atraso” da economia goiana, residiria a deficiência de infraestrutura, principalmente relacionada aos transportes. Nesse contexto, tem-se a reivindicação diuturna pela expansão dos trilhos da Estrada de Ferro Goyaz (EFG) em território goiano. Iniciando-se em Araguari (MG) a partir da linha férrea da Companhia Mogiana, a EFG somente iniciaria sua penetração em solo goiano a partir de 1913, com a inauguração da estação Anhanguera, instalada no atual município homônimo. Durante o período de existência da revista, a EFG estenderia seus trilhos até Anápolis (BORGES, 1982).

Nesse sentido, ganhavam as páginas da revista queixas contra o atraso na expansão da linha, atribuído, por um lado, à falta de vontade política do poder federal e, por outro, a uma suposta influência de políticos de Minas Gerais no sentido de demover a ideia dessa expansão para além de Araguari (A INFORMAÇÃO..., nov. 1919, p. 48; *op. cit.*, mar. 1921, p. 59). As críticas do periódico buscavam poupar, ao menos em parte, a elite política goiana, talvez por receio de cortes na subvenção. Ademais, em se tratando de uma publicação voltada à propaganda das potencialidades do estado, não conviria chamar atenção para problemas intestinos, fossem eles de ordem política ou econômica: como dois exemplos, tem-se o silêncio quase total da revista em episódios como a “Batalha do Duro” (1917) e as repressões contra seguidores da “Santa Dica” (NEPOMUCENO, 2003, p. 30).

Por outro lado, o do prognóstico, a revista *A Informação Goyana* traçava algumas linhas gerais do que seria um espaço econômico tido como o mais próximo de um ideal – ou, no mínimo, de um futuro possível para Goiás. Nesse sentido, o sul goiano era visto como a porção territorial economicamente mais adiantada. Em matéria da edição de janeiro de 1919, assinada por Mário Vaz, traça-se uma breve descrição da vida econômica dos municípios goianos meridionais, Dando especial destaque para Catalão, Mário Vaz assim a descreve:

Catalão, a primeira cidade que a estrada de ferro de Goyaz estendeu seus trilhos, vae-se desenvolvendo continuamente, sendo grande o numero de casas em construção, estando projectada a installação de uma usina electrica para a illuminação publica. Já se cogita tambem na construcção de uma rêde de esgottos, dada a facilidade com que se obtem alli agua em profusão e sem grande dispendio para a captação dos mananciaes que banham a cidade. Destaca-se em primeiro logar como industrial o Sr. Dante Galassi, que lá possui uma excellente fabrica de banha, exportando mensalmente cerca de 20.000 kilos, sendo este producto immediatamente collocado nos mercados de S. Paulo ou Rio. Tem ainda o Sr. Dante Galassi uma xarqueada e uma fabrica de manteiga que honram qualquer Estado não só por suas confortaveis installações, como tambem pelo consumo diario que vae tendo o xarque e a manteiga goyanas que jamais attingirão ao numero de encomendas. Além desse industrial, que muito tem contribuido para o progresso de Catalão, encontramos os Srs. Salles & Margon, com grande numero de operarios e ao mesmo tempo nas suas officinas recebem os aprendizes que desejam possuir um meio honroso de ganhar a vida. Ha annos atraz Goyaz só exportava o couro crú e hoje este artigo já sáe de lá devidamente preparado. Catalão é um municipio rico, possui optimas terras de campos e culturas e suas fazendas criam grande partida de bovinos. A criação cavallar está em ultimo plano e pouco desenvolvida. E' grande o numero de immigrants espontaneos que lá annualmente vão adquirir fazendas, concorrendo assim com o espirito pratico na arroteação dos campos e culturas. No municipio existe grande quantidade de ferro, que foi analysado, dando uma porcentagem de 80%, salitre, mica, diamante, ouro e turmalinas. (VAZ, 1919, p. 92)

Uma cidade atendida por linha ferroviária, prestes a gozar de confortos da vida moderna, como energia elétrica e rede de saneamento básico e com economia diversificada, sediando indústrias de beneficiamento e processamento ligadas à agropecuária. As palavras laudatórias do colaborador da revista apontavam para o caminho imaginado para o conjunto da economia goiana. Tal integração sustentar-se-ia como corolária do processo de expansão da fronteira econômica oriunda do interior de São Paulo e do Triângulo Mineiro, servindo, portanto, ao fornecimento de alimentos e matérias-primas necessárias à reprodução do capital e da mão de obra tanto nas regiões cafeeicultoras – principal complexo exportador e gerador de divisas – quanto nas áreas urbanas das crescentes cidades litorâneas. Ainda não se tratava de *descentralizar* o desenvolvimento nos moldes pensados nos anos 1940 e 1950, tal qual o debate travado no âmbito das comissões estudadas na parte anterior, bem como de acordo com os postulados furtadianos. Ademais, nesse período, nem mesmo o próprio complexo industrial paulista se consolidara completamente, o que se daria somente a partir da fase de industrialização pesada, nos anos 1950, conforme vemos no capítulo primeiro (MELLO, 1982). Portanto, nesse contexto, a integração econômica *possível* seria ligada ao papel coadjuvante (*i. e.*, de suporte) do complexo agro-industrial paulista.

Ainda no tocante à ferrovia e sua relação com a elite política, Francisco Itami Campos (2003) levantou a hipótese da existência de um suposto “pacto pelo atraso”: sendo a elite político-partidária estadual formada em grande parte por latifundiários pecuaristas, e uma vez que o gado é um vívere que se autotransporta, não haveria um interesse dessa elite na construção ou no melhoramento de vias de comunicação existentes, cujas mudanças econômicas decorrentes de tais iniciativas poderiam, ao menos em tese, colocar em risco as práticas de mandonismo local. Por outro lado, afirma Nasr Chaul que essa hipótese não se sustenta. Aduz o autor que

Quanto aos grupos políticos, não acreditamos que pudessem ter objeções ao desenvolvimento de Goiás, pois estariam indo contra seus próprios interesses econômicos. Se levarmos em consideração que o domínio político foi exercido por um grupo de pecuaristas, como quer [Francisco Itami] Campos, seríamos levados a acreditar que os trilhos da estrada de ferro só interessariam aos donos de lavoura, causando espécie aos exportadores de charque e donos de frigoríficos, que alcançavam altos lucros e cujas rendas e impostos pagos ao Estado não eram em nada desprezíveis, além de se multiplicarem ano a ano, após a implantação dos trilhos. (CHAUL, 1997, p. 138).

A tese de Chaul busca uma revisão crítica da leitura historiográfica dos diversos momentos da história goiana, marcada naquele momento pelo signo da *decadência* em oposição ao suposto *progresso* caracterizado pelos governos pós-1930. Sem pretender adentrar nos meandros da proposta do autor, o que fugiria do escopo deste trabalho, se as elites goianas não implementaram entraves à expansão das linhas ferroviárias em seu território, podemos levantar a hipótese de uma certa “adesão pragmática” ou cautelosa: o próprio Chaul (*op. cit.*, p. 138) menciona que Leopoldo de Bulhões, principal chefe político durante as primeiras décadas da Primeira República, teve de ser convencido da viabilidade econômica da Estrada de Ferro Goyaz, após o que teria sido um defensor de sua realização. Destarte, acreditamos que podemos partir dessa hipótese, interpretando o conjunto de soluções e medidas propostas n’*A Informação* pelo prisma do pragmatismo político. Se as contendas políticas entre diferentes facções partidárias não expressavam diferenças ideológicas, mas o puro e simples caráter personalista da condução dos assuntos públicos (ARRAIS, 2013, p. 118), é plausível supor que eventuais medidas consideradas benéficas para o estado (leia-se, para a manutenção do poder econômico e do prestígio político dessas elites) seriam defendidas por quaisquer lados e sobrenomes.

Outrossim, é preciso lembrar que, no caso específico da defesa da transferência da capital, Caiados e Ludovicos, PSD e UDN, a defenderam indistintamente. Portanto, temos aqui uma primeira diferença sensível em relação aos problemas tratados nos capítulos anteriores: talvez as políticas defendidas para o desenvolvimento de Goiás, em especial a interiorização da capital federal, não representassem necessariamente embates entre diferentes rumos para o País – ou para Goiás. Se formos levar em consideração os termos vagos e imprecisos amiúde utilizados nas matérias d'*A Informação*, conforme veremos, podemos supor uma intencionalidade nessa imprecisão com o fito de, nela, abrigar quaisquer propósitos e métodos para a incorporação econômica de Goiás (e, por extensão, do Centro Oeste) à fronteira da Zona Concentrada.

Em outras palavras: o importante para essa elite, grosso modo, seria *fazer bons negócios* e, na medida do possível, manter ou ampliar seu capital político, independentemente das razões e teorias por trás das medidas necessárias para tanto. Se bem que o postulado positivista, do qual Henrique Silva era tributário, preconizasse maior intervenção estatal na condução da economia, as formas específicas para tal intervenção ainda não se encontravam delineadas no período de publicação da revista. De maneira geral, os anos 1920 e início dos anos 1930 foram de críticas à estrutura político-econômica engendrada pelos governos civis no início da Primeira República, expressa pela abordagem econômica relativamente liberal, bem como pela descentralização política em conjunção com pactos oligárquicos, consubstanciada na chamada “política dos estados” (ou “dos governadores”). No entanto, ainda não havia “fórmulas” ou “manuais” para as démarches de maior controle do Estado sobre a economia, tampouco existiam instrumentos eficazes e comprovados de planejamento e controle da execução de políticas públicas de maior fôlego, como demonstra o caráter essencialmente empírico das iniciativas postas por Vargas, sobretudo em seu primeiro momento na Presidência da República (FONSECA, 1999).

Dessa forma, se no plano federal tais medidas de maior coordenação da política econômica ainda eram incipientes, não se poderia esperar que tal discussão aparecesse de maneira estruturada numa revista de caráter propagandístico de um estado periférico como Goiás. Não obstante, seria interessante realizar uma “leitura a contrapelo” das iniciativas e planos discutidos nas edições d'*A Informação* com o fito de identificar, se não diferentes projetos e rumos para a integração entre “litoral” e “sertão”, ao menos certos indícios de como tal pragmatismo era concebido pelos interlocutores da revista.

Um exemplo contundente do diagnóstico e, ao mesmo tempo, do prognóstico sobre a terra goiana vem de um artigo assinado por Victor de Carvalho Ramos na edição de dezembro de 1917 e intitulado “A cultura dos campos goyanos”. Apontando inicialmente a ignorância do restante do Brasil acerca da riqueza e fertilidade das terras goianas, Ramos chama a atenção para a “situação difícil e problemática, mas honrosa para o brio nacional” (RAMOS, 1917, p. 55). Referindo-se ao decurso da Primeira Guerra Mundial, situação que representaria uma oportunidade para o maior conhecimento do potencial de Goiás no fornecimento de víveres, o autor equipara a exploração desse potencial a um dever patriótico.⁷³ Por outro lado, em troca dos sacrifícios inerentes aos tempos belicosos, é denunciado o descaso com o campo e os lavradores goianos, os quais teriam recebido pouco ou nenhum investimento ou incentivo governamental:

A lavoura goyana, como tudo o mais que diz respeito ás fontes de progresso do meu Estado, até hoje nunca mereceu dos poderes publicos estadoaes o minimo auxilio. Sempre viveu do seu inveterado costume rotineiro. O seu processo cultural, ainda todo primevo é anachronico, e os lavradores goyanos, sem meios de conseguir as machinas agricolas mais aperfeiçoadas, que, favorecendo o trabalho humano, multiplicam força muscular, comprimindo e igualando o solo, aniquilando as hervas damninhas, semeiando, ceifando, rasgando a terra, luctam, com as maiores dificuldades, para producção do que lhes é necessario.

E é mais por falta de instrumentos agricolas do que por infertilidade [*sic*] do terreno, que os nossos agricultores arroteam nos vãos on terras marginaes aos cursos de agua, onde o calor, a humidade e o polme, deixado pelas longas enchentes, garantem abundantes colheitas. (RAMOS, *op. cit.*, p. 55)

A baixa produtividade e a relativa pobreza da sociedade goiana não seriam, portanto, características indeléveis do que a natureza poderia oferecer, mas fruto da falta de investimentos em maquinário adequado e treinamento em técnicas agrícolas modernas. Como consequência da rusticidade das técnicas agrícolas aplicadas ao solo goiano, ter-se-ia a superexploração das regiões de matas ciliares e de galeria, tradicionalmente consideradas mais férteis, e o baixo aproveitamento das regiões de chapada (marcadas por fitofisionomias como campos limpos, campos sujos e cerrado *stricto sensu*). Leo Waibel (1979, pp. 217-218), em

⁷³ “Não é só pegando em armas que o sentimento patriótico se manifesta. Ha varias modalidades de patriotismo. Tão patriota quanto ao soldado que péga a carabina e corre aos campos de batalha é o incansável lavrador que, de enchada ao hombro, mal o dia desponta, corre o campo do trabalho” (*op. cit.*, p. 55).

sua obra *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*, também aponta para as noções populares sobre a fertilidade da terra, argumentando que as áreas de campo são tradicionalmente consideradas impróprias para a lavoura, restando a elas somente o uso para pastagens de gado. Discordando de tal afirmação, Waibel afirma que tal noção seria “inteiramente baseada em presunções e conclusões” (*op. cit.*, p. 217).

Por seu turno, Victor de Carvalho Ramos concordava com a ideia de que, ao Cerrado – em especial as suas fitofisionomias “menos bem quistas”, como as formações campestres –, competiria a aplicação de uma agricultura moderna e intensiva. Os métodos para tal operação, segundo ele, seriam: diminuição do preço das terras devolutas; facilidades na aquisição, subvencionada ou a múnus do poder público; instrução dos agricultores; distribuição gratuita de sementes selecionadas, e; combate ao desmatamento e queimadas indiscriminadas. Acrescenta Ramos que “[s]ó o Estado de Goyaz, dada a fertilidade exuberante de seu solo, uma vez dispondo os lavradores dos modernos instrumentos agrícolas, produzirá o suficiente para abastecer todo o Brasil.” (RAMOS, 1917, p. 55).

Se a agricultura não recebia o devido cuidado das autoridades, *A Informação Goiana* chamava atenção, por outro lado, para as facilidades na criação de gado, com destaque para bovino, equino e suíno. Constituindo cerca de metade das exportações de Goiás e de 28% do volume de arrecadação fiscal durante a década de 1920, a pecuária perfazia a principal atividade econômica goiana, ao lado das exportações de arroz (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 140). Nesse sentido, sendo uma atividade relativamente consolidada no estado, a criação era retratada na revista, junto com o incipiente plantio de arroz às margens da Estrada de Ferro Goyaz, como exemplo de resultados práticos, “retornos garantidos” da riqueza do solo goiano. Com isso, intentava-se não apenas manter ou expandir a produção pecuária, mas otimizá-la. Recorde-se que, no período retratado por *A Informação*, não havia frigoríficos em Goiás, sendo necessária a condução dos animais vivos até as invernadas de Minas Gerais ou São Paulo, fato que era denunciado não somente como perda econômica – visto que o gado chegava às invernadas excessivamente magro e, portanto, seu preço de venda diminuía (A INFORMAÇÃO..., mar. 1923, p. 57; *op cit.*, jan. 1932, pp. 39-40) – mas enquanto fator de invisibilização da produção goiana, tendo em vista que as estatísticas oficiais, conforme veiculado na revista (SILVA, 1918, p. 62), adotavam os números de cabeças de gado segundo as cifras registradas nos frigoríficos sem que se tivesse um controle mais apurado sobre a procedência desse gado, em grande parte oriundo de Goiás.

Além da agropecuária, outro potencial recurso cuja existência em abundância amiúde defendida n'*A Informação* eram os minérios. Veicularam-se notícias sobre a ocorrência de ferro, cobre, ouro, amianto e até mesmo petróleo ou diamante (A INFORMAÇÃO..., dez. 1920, p. 35; op. cit., mar. 1918, pp. 88-89; op. cit., dez. 1918, p. 72; op. cit., abr. 1923, p. 71). Curiosamente, quase não há menção às possíveis formas de aproveitamento econômico desses minérios para além da mera exploração. Rara exceção é um artigo de Antonio Pimentel (1918, p. 72) no qual são expostos as múltiplas utilidades do amianto na indústria, sem, no entanto, mencionar a viabilidade da instalação de alguma atividade dessa natureza em Goiás. Essa ênfase na mera exploração remete-nos à crítica elaborada por Nasr Chaul (1997) a respeito da construção historiográfica do termo *decadência* para designar a fase de transição econômico-social da mineração para a agropecuária entre os séculos XVIII e XIX. Argumenta ele que a mineração, sendo atividade predatória por excelência, teve papel secundário na consolidação da ocupação territorial de Goiás no período citado, processo que somente se daria através do desenvolvimento da pecuária, em primeiro lugar, e de culturas como fumo e algodão de maneira subsidiária.

A defesa da mineração em terras goianas, sem demorar-se em maiores detalhes sobre os desdobramentos que tal iniciativa teria para o conjunto da economia e aliada à reivindicação de medidas de cunho mais concreto e pontual no tocante a incentivos fiscais aos produtores rurais e à melhoria nos transportes (notadamente mediante a expansão da Estrada de Ferro Goyaz), era feita sem que fossem questionadas as estruturas sociais ou econômicas mais amplas: o que se objetivava era obter para Goiás as mesmas benesses recebidas pelos estados mais populosos e ricos:

Não se pense (...) que compusesse o horizonte dos criadores de *A Informação Goyana* a compreensão de que o movimento de acumulação do capital não só recriava o progresso que eles desejavam para o Sul, Sudeste e, posteriormente, Sudoeste de Goiás, mas também o atraso que desejavam remover. Não estava em discussão a crença na legitimidade da sociedade constituída. O que se questionava era a situação desvantajosa de Goiás nessa sociedade, decorrente do seu isolamento geográfico dos centros mais dinâmicos da economia brasileira, determinado, principalmente, pelos obstáculos naturais, que os meios de transportes tradicionais não eram capazes de transpor. Conseqüentemente, olhando para o real através das lentes do progresso, pleiteava-se a remoção de tais obstáculos, ou seja, a remoção do atraso. Daí, o empenho dos intelectuais de *A Informação Goyana* na luta por meios de transportes modernos, antes mesmo de fazê-la circular (NEPOMUCENO, 2003, p. 112).

Ademais, também não se questionavam na revista os motivos econômicos da precariedade da infraestrutura, mormente a de comunicações. Afinal, se o paradigma liberal costurado na Primeira República, se bem que não tenha sido em momento algum completamente hegemônico, foi alvo de diatribes ao longo da década de 1920 (NEPOMUCENO, 2003, pp. 110-111), as condições econômicas para a expansão da *frente pioneira* (MARTINS, 1975) em direção ao Centro-Oeste ainda não estavam plenamente vigentes, dado que o País somente passaria por um processo de burocratização, centralização tarifária e aumento de arrecadação, condições *sine qua non* para o patrocínio de projetos de desenvolvimento em áreas economicamente menos dinâmicas, a partir dos anos 1930 e 1940 (FONSECA, 1999).

Reforça-se, portanto, a hipótese de que as ideias em favor de medidas de intervenção da economia *precederam* as condições políticas, institucional-burocráticas e fiscais para tanto. Considerando que o tema da precariedade da infraestrutura de comunicações e transportes era levantado desde o início do século XIX (ROSA, 2021) – muito antes, portanto, de que o Estado imperial tivesse quaisquer condições mais efetivas de empreender obras de vulto em pleno sertão –, não seria de esperar que políticas abrangentes e modernas de viação e comunicações saíssem do papel tão cedo. Como aponta David McCreery no contexto oitocentista,

Goiás was not, as administrators repeatedly complained, poor because of inadequate communications. Rather, *the province suffered from primitive communications because was poor*, because there were no reason and no resources available to invest and to improve these. At the risk of reification, *capitalism had scant need of Goiás*: there was little there, whether labor, raw materials, or markets, that could not be obtained on equal or better terms elsewhere. (McCREERY, 2006, p. 17; destaques nossos)

Malgrado a diferença temporal, pouco efetivamente mudou em Goiás, em termos de infraestrutura, entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Mesmo a ferrovia, efusivamente comemorada e desde há muito aguardada pelos goianos, não seria suficiente para cobrir a enorme superfície do estado, à época com mais de 600.000 km² (PALACÍN, MORAES, 2008, p. 137).

Em suma, da dupla operação de diagnóstico e prognóstico para o estado de Goiás feita pela revista *A Informação Goyana*, podem-se tirar algumas conclusões. A primeira é o pragmatismo na defesa dos temas vistos como de interesse para o estado – pragmatismo esse expressado tanto em termos de uma preocupação em a revista se manter “neutra” diante das

diferentes correntes oligárquicas que tomavam conta da estrutura político-partidária goiana à época quanto relativo ao caráter pontual e, ao mesmo tempo, etéreo dos pedidos e protestos (ou seja, sem que se entrassem em maiores detalhes sobre *como se atenderia* a esses pedidos). O segundo elemento que podemos depreender, consequência do primeiro, é que parece ter havido um esforço no sentido de se chamar a atenção das autoridades nacionais para a integração de Goiás ao concerto nacional em termos mais conservadores – isto é, mantendo-se a estrutura agropecuária, apenas otimizando-a –, o que reforça a tese do vislumbre de um desenvolvimento pragmático.

Ypiranga, “capital sertaneja, administrativa, central”: apropriações locais do discurso mudancista

Como já afirmado, a defesa feita pela revista *A Informação Goyana* da mudança da capital federal para o altiplano de Goiás, não obstante perfazer apenas uma pequena parte das matérias veiculadas, constituía-se em *leitmotiv* das reivindicações da elite político-intelectual goiana. Destarte, algumas perguntas impõem-se para a análise do tratamento desse tema pelo periódico: *mudar por quê? Em quais condições? Quais os objetivos a serem alcançados?* Como veremos, tendo a revista uma abordagem prática e buscando colocar-se na condição de mediadora intelectual entre os interesses e aspirações das elites políticas goianas e da burguesia dos grandes centros litorâneos, as sugestões e pensamentos atinentes à mudança da capital buscavam, ao mesmo tempo, abordar o tema através de assuntos recorrentes no momento, endereçando-os com o fito de sensibilizar as autoridades federais, ao mesmo tempo em que mantinham os termos específicos dessa mudança suficientemente abertos para que, nela, coubessem propostas de diferentes matizes – desde que, claro, contemplassem o altiplano de Goiás.

É o caso das colunas publicadas por Antônio Pimentel.⁷⁴ Importante membro da Missão Cruls, foi um dos mais ativos colaboradores d'*A Informação*, publicando somente menos matérias que o fundador e diretor, Henrique Silva (NEPOMUCENO, 2003, p. 101). Seus textos eram marcados por grande erudição em variadas áreas do conhecimento, inclusive fora do campo estrito da medicina, sua profissão, englobando também aspectos geográficos, geológicos, climáticos e botânicos. Um exemplo de suas opiniões a respeito da necessidade da transferência da capital federal consta num artigo de março de 1927 intitulado “Fundação da nova Capital da Republica sob o ponto de vista politico, social e economico”. Pimentel traça um longo panorama do contexto internacional pós Primeira Guerra Mundial, período no qual, segundo ele, seria marcado pelo declínio dos antigos impérios europeus e a ascensão de uma nova potência: os Estados Unidos da América. E, dado o deslocamento do eixo do poder mundial da velha Europa para a novel América, Pimentel enxerga a possibilidade de o Brasil alcançar posição mais favorável vis-à-vis o conjunto dos países americanos e até do restante do planeta:

E, pois, nós os brasileiros que pensamos no bem da patria, devemos cuidar da nossa instrucção em geral, que muito peiorou com o advento de republica; e deixemos os nossos gosos pessoaes para logar inferior, em holocausto á patria, criando Ypiranga, a capital da grande vastidão do Brasil Central, feracissimo, porque o littoral está garantido de norte a sul, Belém, São Luiz, Fortaleza, Recife, Bahia, Victoria, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Florianopolis, Rio Grande e Porto Alegre e outros portos mais (PIMENTEL, 1927, p. 58).

Pimentel sugere para a nova capital o nome de Ypiranga, o qual se coaduna com as demais sugestões apontadas ao longo das diversas propostas de transferência da capital: Cidade Pedrália, Tiradentes, Vera Cruz – todos nomes alusivos a eventos ou personagens consagrados pela historiografia oficial, fosse no bojo do processo de consolidação de uma identidade nacional a cargo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fosse através do processo de reconfiguração (e reabilitação) historiográfica operada a partir do

⁷⁴ Antônio Martins de Azevedo Pimentel foi um médico-sanitarista. Fluminense da cidade de Valença, integrou a equipe da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, chefiada pelo astrônomo Luiz Cruls. Após a sua participação na expedição, convencido da pertinência da medida, tornou-se ativo defensor da interiorização da capital federal e assíduo colaborador d'*A Informação Goyana*. Em 1910, publicou o memorial “Histórico da Mudança da Capital Federal”, o que aparenta ser a primeira obra historiográfica sobre as propostas e pensamentos em torno do tema. Exerceu ainda cargos públicos como o de secretário da Comissão de Saneamento do Rio de Janeiro e professor livre-docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Informações obtidas em: MIRANDA, Antônio. Notícia bibliográfica sobre o Dr. Antônio Martins de Azevedo Pimentel, precursor da historiografia brasiliense. In: PIMENTEL, Antônio Martins de Azevedo. *A nova capital federal e o Planalto Central do Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1985.

movimento militar de 1889 que dera origem à República. Acrescentamos, destarte, mais uma denominação ao rol sugerido por Laurent Vidal (2009) quando dos estudos dos diferentes projetos de interiorização da capital. O “êmulo sertanejo” não somente se apropriaria de *habitus* e morfologias urbanas modernas, como aponta Magalhães (2011), mas também proporia o batismo da cidade imaginada.

Outrossim, vale mencionar também a forma como Pimentel reforça a dicotomia litoral-sertão, apontando ser o litoral provido de todas as comodidades da vida hodierna, restando ao sertão ser integrado com o fito de usufruir das mesmas benesses. Isso nos remete a dois pontos. Primeiro, o postulado de Pimentel desconsidera as contradições regionais existentes no seio da própria “sociedade litorânea”, a qual, desde a segunda metade do Oitocentos, passava por uma progressiva dinâmica de diferenciação regional, fruto tanto da ascensão do café enquanto produto por excelência de exportação e percepção de divisas quanto pelo declínio do complexo açucareiro nordestino, alterando-se gradativamente o tradicional balanço político do Império em favor das províncias de Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo. Portanto, o “litoral” não era uniformemente desenvolvido, por quaisquer ângulos que se queira assumir para tal acepção. Outro ponto, assinalado por Wilson Cano (2007), é que, mesmo no interior no complexo agro-mercantil (e, aos poucos, também industrial) paulista, havia ingentes contrastes econômicos e sociais, além de problemas não experimentados pelos estados interioranos (ao menos, não na mesma escala): crescimento de periferias, violência urbana, aumento do custo de vida, problemas esses invisíveis aos olhos dos que argumentam pela existência de um faustoso litoral em contraste com um depauperado sertão – a não ser quando se tratasse de atacar a aptidão do Rio de Janeiro enquanto sede dos poderes da República (A INFORMAÇÃO..., dez. 1919, pp. 59-60).

Pimentel prossegue, pugnando pela vinda de estrangeiros, sem, no entanto, definir um critério racial de seleção,

Devemos, outrossim, só pensar em attrahir amigavelmente o estrangeiro, qualquer que seja a raça, boa, e no maior numero possível; na criação duma athmosphera serena, de verdadeiro patriotismo, de perenne tranquillidade, democracia no trabalho util, de paz para o patrão e o operario, que são a base segura do bem estar de todos e de desenvolvido progresso patrio e sul-americano.

O Brasil só poderá attingir essa esplendida, primazia, forçando o commercio do mundo com o augmento consideravel da população, por selecta immigração agricola sobretudo, por seus grandes e excellentes actuaes portos de mar de tudo sempre providos, assim como os de rios; transformados em poderosos emporios commerciaes de todos os estados sui-americanos e dos demais paizes do mundo (PIMENTEL, 1927, p. 58).

Conciliação entre patrão e operário, entre sertão agrícola e litoral exportador: Ypiranga simbolizaria a conciliação nacional, necessária em tempos de crise e, ao mesmo tempo, de oportunidade para o Brasil galgar “um lugar ao sol” no concerto das nações. Podemos inferir a estratégia retórica visando sensibilizar o poder político federal em prol da questão goiana, situando-a não como problema meramente local, mas enquanto meio de convergência social e política nacional – e de polpidos lucros para os interessados em investir nas atividades agropastoris ou mineradoras frequentemente alardeadas pela revista.

No que tange às considerações específicas sobre as características da nova capital, lança-se maior ênfase ao seu papel político-administrativo, sem que, contudo, se tracem maiores detalhes sobre as formas como a nova cidade impactaria no esperado “progresso” do sertão – o que se coaduna com o afirmado anteriormente, a respeito da vagueza das expressões utilizadas para se caracterizar a cidade projetada. A julgar pela grande atenção dispensada à questão dos transportes, é lícito inferir que a nova capital impactaria enquanto processo indutor da construção de uma grande rede de transportes ferroviários e aquaviários, interligando os diferentes pontos do País e auxiliando a escoar a produção. É o que se depreende das diversas matérias ligadas à construção da Estrada de Ferro Goyaz, cujos traçado, arrecadação e demora na expansão constituíam preocupações caras aos editores do periódico (A INFORMAÇÃO... mar. 1919, p. 112; op. cit., out. 1919, p. 25; jan. 1921, p. 46). Entre as poucas sugestões a respeito das linhas gerais para a nova cidade-capital, tem-se um artigo de novembro de 1922, assinado por um certo A. Gomes do Carmo, o qual pugna pela criação de uma cidade nos seguintes moldes:

O governo da nação precisa deliberar em um meio tranquillo, pouco populoso, em que o campo seja estréito pura os negocios escusos, para as alcavalas, para as conspirações dos politiqueiros da mais baixa especie, para quem não ha barreira moral.

Portanto, se assim o é, o governo federal, quando houver de emprehender a construcção da futura Heliopolis, deverá mostrar-se modesto nos seus planos, transferindo para alli upenas, unicamente os tres altos poderes da Republica, com os funcionarios estrictamente precisos ao regular funcionamento da administração federal e deixando aqui as es- colas superiores, a bibliotheca, o museu, os quartéis, o dispensável em synthese. Nestas condições, o governo só terá de mandar construir o palacio da presidencia, a casa, do Congresso, a casa da Justiça, o palacio da Administração publica, amplo, vasto para nelle se instalar em todos os Ministerios actuaes e vindouros, dois ou tres quarteis e finalmente as casas para os servidores do Estado. E' ocioso dizer que, antes disto; o governo deverá providenciar para os serviços do saneamento urbano, consistente em exgotos e agua abundante, criando colonias, construindo estradas de

rodagem.

Evite, porém, o governo os planos megalomaniacos dos criadores de La Plata e Bello Horizonte, em contradição com o fim a que os mesmos se destinavam, quando projectaram essas cidades para um milhão de almas. Neste particular é digno de imitação o que fizeram os ricos habitantes do Estado de Nova York, quando foram buscar para séde do seu governo um recanto rural a cidade de Albany. (A INFORMAÇÃO..., nov. 1922, p. 30)

A nova cidade, reduzida às suas funções essenciais, seria, na visão do autor, fonte de economia do governo e de ambiente propício às deliberações políticas e técnicas, bem ao gosto da “cidade sem povo”, como descrito por Laurent Vidal (2009). Compara-se mesmo às capitais estadunidenses, conhecidas por seu tamanho reduzido relativamente às maiores cidades de cada estado-membro daquela federação. Chama também atenção para o caso de Belo Horizonte, já à época tido como experiência mal sucedida de construção de uma capital estadual “megalomaniaca”, talvez por contemplar outros aspectos da vivência urbana que não os essencialmente político-administrativos.

Em resumo, procurou-se mostrar, ao longo deste capítulo, alguns exemplos atinentes à visão expressa por um periódico goiano o qual, para além da questão da transferência da capital, a concatenava a temas caros aos interesses da elite político-econômica de Goiás, em especial a questão da infraestrutura de transportes e comunicações, bem como o auxílio à lavoura e à pecuária. Entretanto, para além do aspecto pragmático que inicialmente chamara nossa atenção, percebe-se a busca pela movimentação de símbolos e discussões caros aos contextos políticos e sociais vividos pela sociedade brasileira à época, buscando com isso demonstrar que as reivindicações dos goianos eram, em última instância, aspirações do conjunto da nação. No entanto, o período em que a revista circulou – de 1917 a 1935 – era caracterizado pela crítica cada vez mais constante ao constructo político-econômico liberal típico da Primeira República, sem que, contudo, fossem propostos caminhos específicos para a superação desse paradigma – menos ainda, de que maneira a mudança da capital se coadunaria com tal alteração, passando a simbolizar não mais a urbe liberal, a “cidade sem povo”, mas a encarnar os futuros objetivos de descentralização demográfica e industrial, fruto das inquietações a respeito dos rumos do País à medida em que progressivamente se agravavam as diferenças regionais, deixando dúvidas em relação à capacidade efetiva de um desenvolvimento regional sem passar por processos mais profundos de alteração no espaço.

EPÍLOGO: ENTRE O NACIONAL E O LOCAL – NOTAS SOBRE MEDIADORES POLÍTICOS E DISCURSOS MUDANCISTAS

Começamos este trabalho com um propósito – ou melhor, uma inquietação: identificar, tanto na documentação das comissões técnicas federais quanto nas fontes goianas, particularmente nos periódicos e discursos proferidos pelas lideranças políticas, noções, conceitos e discussões que melhor elucidassem algumas questões que, embora pudessem parecer pontuais ou preciosistas à primeira vista, apontavam para pontos importantes no debate historiográfico sobre os projetos e ideias atinentes à transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o interior brasileiro. Mais especificamente, incomodava-nos a falta de análises mais detidas sobre expressões como *desenvolvimento* ou *integração nacional*, em especial no que tange à movimentação desses termos no seio do ideário mudancista.

Afinal, se a contingência, enquanto princípio de análise histórica, nos afasta do terreno da necessidade ou correlação determinística na mesma medida que da esfera do impossível, imperioso seria, no caso em tela, verificar os aspectos contingenciais do processo de costura da mudança da capital federal enquanto síntese – ou melhor, resultado – dos processos de interação política entre diversos agentes sociais. Em outras palavras, é preciso enxergar a história de Brasília (ou de qualquer projeto que tenha sido proposto) a partir dos múltiplos desdobramentos possíveis, inclusive em termos de significados para as políticas de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, é preciso atentar para dois aspectos nessa démarche. Se trabalhos como o de Laurent Vidal (2009) acertadamente apontaram para as multiplicidades dos projetos de transferência da capital ao longo dos séculos XIX e XX, por outro, faltaram maiores considerações a respeito de qual seria, afinal de contas, o “fio condutor” desses processos. Isso porque, se devemos ter cautela ao discursar ou pesquisar sobre a existência de um suposto “mudancismo” (no singular) e, ao revés, cuidadosamente nos debruçar sobre as especificidades de cada momento ou contexto (como aqueles que Vidal elenca), também precisamos, não obstante, compreender a dimensão das permanências entre cada discurso ou momento histórico.

Com a análise dos debates e considerações relatados na documentação da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil (CELNCB) e da Comissão de Localização da Nova Capital Federal (CLNCF), procuramos mostrar como houve a

permanência de certos conceitos e argumentos derivados das primeiras elucubrações oitocentistas sobre o assunto, como o *Memorial Orgânico* de Francisco Adolfo de Varnhagen (1850). Quando o general Djalma Polli Coelho apela para o argumento da legitimidade histórica (ou “imperativo constitucional”, como soía escrever) ao defender a importância estratégica e geopolítica da interiorização da capital, é contestado pelas arguições de Luiz Inácio de Anhaia Mello sobre a suposta obsolescência desses elementos após um século de evolução tecnológica – invenção das aeronaves mais pesadas que o ar, da bomba atômica e início da corrida espacial que marcaria as décadas seguintes.

Com a análise de algumas das publicações da revista *A Informação Goiana*, procuramos também pontuar outro aspecto: as diferenças nas concepções de desenvolvimento, melhor delineadas no caso dos embates intestinos na CELNCB, não se figuravam tão claras nas páginas do periódico goiano. Podemos levantar duas hipóteses para isso. Primeiramente, é preciso levar em conta o recorte temporal: sendo uma revista publicada entre os anos de 1917 e 1935 – portanto, em pleno processo de contestação do paradigma liberal característico, grosso modo, do pacto político-social engendrado na Primeira República –, não seria de se esperar um vocabulário conceitual consolidado em torno dessa crítica. Não obstante a forte erudição, técnica e gramatical, presente nas discussões encetadas por *A Informação*, tratava-se de um período mais marcado pelo apontamento de insatisfações com o descaso sentido em relação à situação periférica de Goiás no concerto econômico nacional do que pela proposição, coordenada e sistêmica, de projetos suficientemente elaborados tanto para Goiás quanto para o conjunto do País.

Outra hipótese seria considerar a eventual polissemia dos termos enquanto expressão de um pragmatismo político. Afinal, sabendo de sua condição coadjuvante vis-à-vis outras unidades da federação como São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais, a Goiás caberia a missão de reivindicar, tanto quanto fosse possível, eventuais melhorias práticas para suas atividades, notadamente os investimentos em infraestrutura de transportes e o financiamento na expansão e modernização do complexo agropecuário. A transferência da capital federal, nesse contexto, apareceria talvez como âncora ou elemento chamariz assaz difuso para o conjunto de medidas bastante práticas como as supracitadas. Por conseguinte, nela caberiam quaisquer noções que se entendessem por *progresso* – industrial ou não, com ou sem urbanização. O importante seria “fazer negócio”.

Por todo o exposto nesta dissertação, entretanto, faz-se mister uma ressalva. Com o uso de termos como “comissões federais” e “elites goianas”, não quisemos marcar uma divisão estanque ou hermética entre ambas as instâncias. Na verdade, poderíamos discutir mesmo sobre a pertinência de tal diferenciação, a qual, assim cremos, se justifica mais por motivos metodológicos do que propriamente heurísticos. Por esse motivo, trataremos brevemente de discursos produzidos por três personalidades as quais, cada uma a seu modo, atuaram, se é que assim podemos tratar, na condição de mediadores. São eles: Jeronymo Coimbra Bueno, Jales Machado e José Peixoto da Silveira. O primeiro foi senador e governador de Goiás, ao mesmo tempo em que participou das atividades da CELNCB, como posto no capítulo segundo. Os dois últimos tinham em comum não serem goianos de nascimento – eram mineiros; o primeiro, natural de Alfenas, e o segundo, de Cristais –, mas atuaram politicamente pelo estado anhanguerino, elegendo-se deputados federais.

Os três, portanto, transitavam entre espaços tidos como “locais” e “nacionais”, atuando, por assim dizer, na qualidade de *mediadores* entre interesses locais e os debates travados a nível mais geral no Congresso Nacional. Diz-nos Amanda Both (2018, p. 359) que o mediador “é um indivíduo ou grupo que, por possuir características únicas, consegue ultrapassar as fronteiras da comunidade onde vive, conectando a localidade ao mundo exterior”. As trajetórias dos elementos aqui analisados, mormente o caso de Coimbra Bueno, encaixam-se nessa conceituação.

Desenvolvimento “aéreo” ou pragmático? Algumas considerações sobre a visão de Jeronymo Coimbra Bueno

Já tratamos brevemente, no capítulo sobre a comissão Polli Coelho, sobre a atuação de Coimbra Bueno no sentido de dar suporte à ideia defendida pelo general presidente – ou seja, a criação de um Território Federal do Planalto na região do planalto goiano, englobando, inclusive, parte da Chapada dos Veadeiros e com área superior a alguns estados brasileiros. Embora seu voto seja um tanto curto e pouco detalhado, sobretudo levando-se em conta a posição política que ocupava, um memorial foi publicado no mesmo ano, possivelmente sob a condição de aparte do próprio voto de Coimbra Bueno.⁷⁵

⁷⁵ Podemos inferir pelo fato de o cabeçalho da capa do memorial conter o nome da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil.

Intitulado simplesmente como *A localização do novo Distrito Federal* (1948) e contendo apenas 11 páginas, o opúsculo buscava resumir, tanto quanto possível, boa parte dos argumentos presentes na discussão da CELNCB e na defesa dos apontamentos feitos pelo seu presidente. Em especial, Coimbra Bueno dedica-se a postular a solução dos problemas práticos concernentes à transferência da capital – com destaque para o problema do financiamento, a maior seção do trabalho.

Embora os detalhes relativos a esse aspecto não constituam o escopo desta dissertação, vale pontuar que, nessa parte, Coimbra Bueno aponta como uma das soluções para a dotação orçamentária necessária ao início das providências relativas à mudança a aplicação de parte da fatia de 3% do orçamento da União correspondente ao fundo de repasse à Amazônia (BUENO, 1948, p. 4). Para isso, Coimbra Bueno argumenta que o Território Federal do Planalto, com as dimensões propostas no âmbito da CELNCB, localizar-se-ia predominantemente na bacia do rio Tocantins, subsistema da Bacia Amazônica.

Interessante notar que, ainda que verdadeira a afirmação de Coimbra Bueno, imperioso constatar que se trata de uma localização bastante periférica no que tange ao conjunto da bacia hidrográfica tocantinense, quanto mais em relação à Bacia Amazônica como um todo. Nesse sentido, é importante perceber também a mudança de ênfase de acordo com a estratégia política: o simbolismo varnhageniano de confluência entre as bacias hidrográficas do Paraná, do São Francisco e do Tocantins abre espaço, quando conveniente, para ressaltar a posição do novo Território *dentro* da Bacia Amazônica – e, assim, reclamar o desvio de parte da verba destinada para uma região historicamente carente de recursos.

É claro que, ainda que a região não tivesse sido a escolhida para sediar a nova capital federal, e mesmo levando em conta não ser a Amazônia a região imediatamente mais beneficiada com a mudança, havia importância na movimentação desse argumento enquanto horizonte futuro, a próxima fronteira a ser “desbravada”. Lembremos João Marcelo Ehlert Maia (2008), que, ao estudar as origens e a atuação da Fundação Brasil Central, constatou a imprecisão do termo Brasil Central, o qual poderia, ao mesmo tempo, designar amplas porções do Centro-Oeste (em Goiás ou Mato Grosso) ou grandes áreas pertencentes ao estado do Pará, como nas bacias do Xingu e Tapajós.

Portanto, é certa a presença da ideia de uma capital no interior representando um “trampolim” para a futura ocupação da Amazônia. Contudo, as questões de *quando* ou *como* tal ocupação se daria permaneceriam sem resposta, ao menos através das fontes e do recorte

temporal abordados neste trabalho. Pesquisas futuras poderão apontar caminhos na investigação das relações mais íntimas entre Brasília – enquanto projeto ou fato consumado – e as iniciativas de “colonização” e “integração” da Amazônia no concerto nacional.

Outro ponto interessante a se ressaltar do texto de Coimbra Bueno são algumas considerações atinentes às formas de ocupação do território. O governador é impreciso ao estimar a população potencial para a área do Território Federal do Planalto, mencionando apenas o potencial para “alguns milhões de habitantes” (BUENO, 1948, p. 7). Ademais, o autor não considera como prioritário o planejamento estruturado das áreas adjacentes ao Território por ele proposto:

Sempre reputamos injustificável a preocupação de condicionar a escolha do local, no Planalto Central, a estudos prévios de potenciais hidroelétricos. Para a eletrificação, mesmo total, de uma cidade administrativa, *onde um grande desenvolvimento industrial e comercial é pouco recomendável*, sempre nos pareceu um problema simples buscar a energia existente em vastos potenciais hidráulicos, menos ou mais distantes, mas sempre ao alcance de qualquer sítio do Planalto Central.

Se estivéssemos pesquisando local para um amplo parque ou uma grande cidade industrial, então seria razoável procurar-se as grandes quedas d’água. Julgo que estamos habilitados para fazer duas recomendações: Uma, no sentido de localizar a Capital no Planalto Central, sem grandes preocupações quanto ao potencial hidroelétrico, outra, para localizar *futuros parques ou cidades industriais* no Estado de S. Paulo, no *Triângulo Mineiro*, em *Goiaz*, e outros Estados sem grandes preocupações e predominância, quanto ao fator hidroelétrico, apesar desta segunda sugestão escapar às nossas atribuições no momento. (BUENO, 1948, p. 9; destaques nossos)

O trecho acima evidencia o caráter eminentemente administrativo da nova urbe, devendo os novos núcleos industriais – ao menos os maiores – localizar-se fora das divisas do novo Território. Conforme referimo-nos no capítulo segundo, Polli Coelho pensava os combinados agro-urbanos em termos da autossuficiência pugnada para a nova capital, o que era motivo de discordância com os membros proponentes da localização do novo Distrito Federal no Triângulo Mineiro. Quanto ao desenvolvimento fora do Território Federal do Planalto, para Coimbra Bueno, isso seria assunto a ser meditado no futuro: o importante, primeiro, seria estabelecer a infraestrutura e os núcleos agrícolas necessários ao suporte para a nova capital.

O político prossegue, esclarecendo a importância e o real motivo da ampla área definida para o Território:

Estendemos os limites, do Distrito Federal até perto da confluência dos rios Paranã e Tocantins, para atingirmos um ponto dêste gigantesco rio

Amazônico, onde seu grande volume d'água justifica as obras que assegurem a sua navegação regular, tornando possível a ligação fluvial do novo Distrito Federal com Belém do Pará; – a Leste já se desenvolve as obras do S. Francisco, a menos de 200 Kms. e as de seus tributários, também navegáveis; a poucas dezenas de Kms.; – e ao Sul, não será muito difícil buscar-se a bacia do Prata. (op. cit., p. 9)

A navegação fluvial, antiga aspiração que remonta ao século XIX, ainda apresentava desafios técnicos e também econômicos. Para Coimbra Bueno, a colocação da nova capital nas cabeceiras do Tocantins seria importante estímulo para estruturação definitiva dessa modalidade de transporte, conectando o centro (a nova cidade) aos grandes centros litorâneos a Norte, Leste e Sul. Nem todos os goianos, no entanto, viam tais planos com bons olhos: o jornalista Waldemar Gomes de Melo, em seu livro de memórias, caracteriza Coimbra Bueno como um “governador aéreo” (MELO, 1985, p. 114), tanto no sentido de suas frequentes viagens de avião quanto por supostamente “viajar” em projetos pouco práticos:

Empossado [Coimbra Bueno] quase não administra, apenas planeja, e quem muito planeja, planeja para o obsoleto. Fez plano para cinquenta anos de governo, sobre as mais variadas atividades, até descambar para o plano da fantasia. De seus planos, apenas um foi concretizado: a remessa de três mil tourinhos da raça Gyr para o Norte goiano. O resto ficou todo no papel: rodovias, ferrovias, aquovias, escada para peixe, *barragens com eclusas para navegação dos rios* (op. cit., p. 114; destaque nosso).

Apesar de tais censuras ao governador, Waldemar de Melo o elogia efusivamente pelo mais ambicioso de seus projetos, desta vez concretizado: a mudança da capital (op. cit., p. 115), o que demonstra a relatividade no julgamento dos agentes políticos: “no frigidus dos ovos”, mirabolantes ou não, com pouco ou muito planejamento, o mais importante seria tirar os planos do papel, colocá-los em prática. O pragmatismo em cena.

Por fim, outro ponto digno de nota no memorial de Coimbra Bueno é a curiosa menção à possibilidade de revisão das divisas por ele mesmo defendidas no sentido de excluir do Território Federal do Planalto os municípios de Planaltina e Formosa, pelo que o novo ente federativo passaria a correr seus limites a partir do *divortium aquarum* das bacias do São Bartolomeu e do Maranhão (BUENO, 1948, p. 9). Alegando serem centros relativamente importantes em termos econômicos e demográficos, a proposta de exclusão aponta para algumas possibilidades de interpretação. Por um lado, tal ideia reforça o postulado de ser o Território Federal do Planalto iniciativa destinada a criar do zero um novo espaço econômico

e social, livre de interferências pretéritas de sociedades já estabelecidas na região. Esse ponto torna-se ainda mais evidente ao levar em consideração o título da seção IX de seu trabalho: “*Verdadeira terra de ninguém*”.

Noutro giro, essa questão também nos leva a pensar na possibilidade de influências políticas na definição desses limites. Isso porque, em sendo ambas as cidades “perfeitamente integradas com a vida do Estado” (*op. cit.*, p. 9), valorizar-se-iam suas terras, o que encareceria os custos com desapropriações – ainda mais levando-se em consideração a necessidade, segundo Polli Coelho, de se adquirir toda a superfície do novo Território. Ademais, há que se ter em mente que o vice-governador de Goiás à época, o rico médico e proprietário de terras Hosannah Campos Guimarães, era natural e residente em Planaltina. Teria ele influenciado na sugestão de Coimbra Bueno? Coincidência ou não, Planaltina ficou dentro do Distrito Federal definido na comissão José Pessoa. A diferença, talvez, possa ter sido o receio, por parte de Coimbra Bueno, em desagradar o vice-governador – problema esse o qual, podemos imaginar, dificilmente passaria pela cabeça de um marechal de projeção nacional à frente de uma comissão designada pelo Presidente da República.

As considerações acima feitas, ao menos em tese, abririam espaço para uma “tripla dimensão” interpretativa dos projetos de transferência da capital e, por extensão, do processo de tessitura política: seriam, grosso modo, as dimensões nacional, regional (estadual) e local (municipal). Traçamos algumas linhas gerais dessa dinâmica entre as dimensões políticas estadual e local em nosso trabalho anterior (ROSA, 2020) ao estudar o processo de desapropriação das terras do DF, em particular as relações, ora tensas, entre a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal e os fazendeiros, posseiros e moradores locais. Entretanto, pesquisas ulteriores poderão fornecer maiores subsídios para a compreensão dessas relações, mormente levando-se em consideração as variadas características econômicas, históricas, geográficas e populacionais das diferentes porções do estado de Goiás.

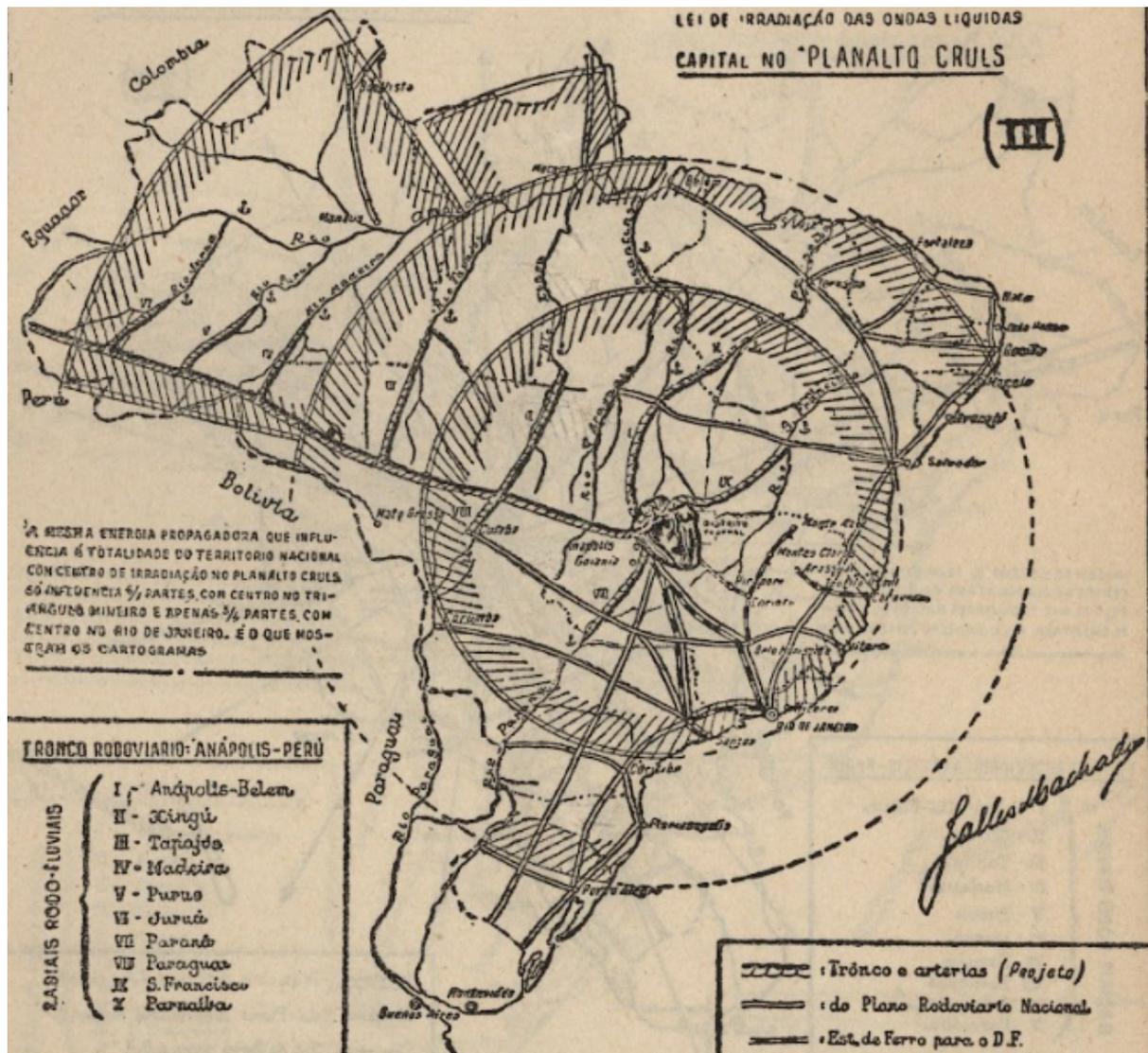
Em adição ao já exposto, podemos elencar outros dois projetos – ou melhor, noções – relativamente à transferência da capital. Em comum, ambos saindo do pragmatismo dos termos vagos ou “aéreos”, pugnando, cada um a seu modo, por visões delineadas da função a ser cumprida pela nova capital no altiplano.

Após a oferta do relatório da CELNCB ao Congresso Nacional, foi criada uma comissão para apreciação das conclusões contidas no documento. Chefiada por Eunápio Queirós (PSD-BA), como já citado, a proposição recebeu apartes e considerações dos parlamentares. Entre eles, encontrava-se Jales Machado de Siqueira (UDN-GO). Filiado à União Democrática Nacional, partido nascido das fileiras antigetulistas (SKIDMORE, 1988), Jales Machado representava um aspecto progressivamente comum nas colunas udenistas: a aproximação com setores conservadores do meio rural. Dado esse contexto, não chega a surpreender a posição adotada pelo parlamentar: apesar de a UDN, em seu plano nacional (encarnado por seu presidente, o jornalista e político Carlos Lacerda) condenar veementemente a proposta da transferência da capital, sua seccional goiana cerraria fileiras com o PSD em prol da iniciativa. Tal postura fica patente ao se lembrar que próceres da UDN goiana como Coimbra Bueno e Emival Caiado eram notórios apoiadores da ideia. Jales Machado, por seu turno, participaria dos debates na comissão parlamentar incumbida da apreciação do relatório da comissão Polli Coelho, elaborando um parecer pormenorizado sobre o tema.

Francamente favorável à solução apontada na CELNCB, Jales Machado lança mão de pesadas críticas à condução macroeconômica do governo, às medidas de planejamento, ao crescimento das funções do Estado e, sobretudo, ao suposto favorecimento de políticas para camadas urbano-industriais em detrimento dos produtores rurais (SIQUEIRA, 1949, pp. 4-7). Entende ser o êxodo rural o principal problema do País, fonte de depauperamento do campo e crescimento desordenado das cidades, sendo estas foco cada vez mais iminente de “agitações” populares, incluindo movimentos comunistas (*op. cit.*, pp. 10-11).

Para ele, o êxodo rural, por um lado, retiraria mão de obra do campo, o que forçaria o aumento de custos para os proprietários; por outro, contribuiria para o despejamento de um contingente cada vez maior de empobrecidos nas cidades grandes, fator que pressionaria os salários urbanos para baixo. Dada a maior capacidade de mobilização das massas proletárias urbanas, bem como o processo de costura política, a partir do governo Vargas, consistente em elevar a figura do trabalhador – urbano – em agente político e símbolo da cidadania, os salários subiriam ou os preços dos víveres seriam tabelados, o que, mais uma vez, prejudicaria o produtor rural (*op. cit.*, pp. 7-9).

A nova capital, nesse sentido, teria o condão de aproximar o governo federal da realidade do campo e afastá-lo das questões sociais e políticas do Rio de Janeiro, cada vez mais agudas. Ademais, Jales Machado não nega o poder de indução ao crescimento econômico que uma capital poderia ter. Por isso mesmo, compara tal poder com as reverberações de ondas em um lago ao se jogar uma pedra: caso essa onda tenha o meio do lago como seu epicentro, as ondas irradiar-se-ão para todos os lados.



No mapa acima, retoma-se a analogia com o corpo humano: sendo a capital de um País como seu coração, não poderia este localizar-se como que “encravado num quisto, à pele da barriga. Ao primeiro golpe seria desligado, deixando exangue todo o sistema nacional” (*op. cit.*, p.

25). Uma analogia como essa, que em muito nos remete às considerações oitocentistas, recebeu na CELNCB as críticas acerca de sua obsolescência: dispendo o século XX de modernas técnicas de comunicação, circulação e destruição, que diferença faria a capital longe do litoral? Responde-nos Jales Machado:

Objetar-se-á que a capital, no planalto, não estaria livre de ataques aéreos. É verdade. Mas, ali, comunicações seriam restabelecidas ou novas seriam abertas, em horas, e as possibilidades de defesa multiplicadas. Além disso, o seu planejamento poderá levar em consideração as novas condições para tirar o máximo proveito, sob o ponto de vista estratégico (*op. cit.*, p. 26).

Uma capital em melhores condições de defender o território nacional e irradiar crescimento econômico: eis as suas funções primordiais. E irradiar esse crescimento passaria, em grande medida, pelo socorro à lavoura, seja pela extinção do tabelamento dos preços ou pela criação de incentivos e subvenções ao produtor rural.

Além da manifestação de Jales Machado, há, no entanto, uma proposta radicalmente oposta, a qual enfatiza outra medida de funcionalidade da mudança da capital: a *descentralização industrial*.

“Penetrando êsse vastíssimo e rarefeito arquipélago...”: a proposta de José Peixoto da Silveira

Da longa obra produzida pelo deputado federal José Peixoto da Silveira, intitulada *A nova capital: porque, para onde e como mudar a Capital Federal*, a qual aborda diversos aspectos concernentes à conveniência e oportunidade da mudança da sede federal, chama atenção o ponto em que se destacam as razões econômicas – mormente aquelas relacionadas à necessidade, vista pelo autor, da descentralização do parque industrial a fim de facilitar o crescimento do mercado interno, aspecto considerado como essencial para a consolidação do processo de industrialização por substituição de importações, bem como a passagem para uma etapa de industrialização mais pesada (vide as considerações do primeiro capítulo).

Uma vez que o Brasil, na formação de seu parque industrial, não poderia contar com os mercados externos, devido ao processo de reconstrução das regiões fabris europeias no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, restaria o incentivo à ampliação do mercado interno

para a absorção da produção nacional (SILVEIRA, s/d, p. 90). Considera ainda que tal processo necessariamente passaria pela incorporação de contingentes ainda não absorvidos pelo mercado nacional de trabalho, produção e consumo, em grande medida dispersos pelo vasto interior. Ademais, esse mercado litorâneo não poderia, segundo ele, continuar sendo o responsável *ad infinitum* pelo consumo dos bens industrializados nacionais, apontando Silveira para a existência de uma saturação econômica dessa porção (*op. cit.*, p. 90).

Para tanto, defende Peixoto da Silveira, seriam necessárias três medidas básicas: o aumento da produtividade industrial, obtendo-se ganhos de escala e de qualidade por meio da tecnologia; prioridade na fabricação de bens de produção (isto é, máquinas e equipamentos para outras indústrias), a fim de se romper com a dependência de maquinário estrangeiro; e a *descentralização industrial* em si.

A respeito dos motivos atinentes ao processo de concentração industrial então em curso no Brasil, pondera Silveira que decorrem de três fatores: fatores de produção; fatores de consumo; e elementos histórico-culturais. Seriam fatores de produção aqueles que facilitariam o fabrico de bens em determinadas regiões – pontos como a disponibilidade de energia elétrica, matérias-primas e mão de obra entrariam na equação. No que tange aos fatores de consumo, estaria a proximidade de mercados consumidores (ou a facilidade de transporte desses bens até os mercados consumidores, levando-se em conta a viabilidade econômica dos preços finais ao consumidor); por último, contariam questões de cunho histórico ou cultural, como a tradicional concentração populacional na costa brasileira desde os tempos coloniais (*op. cit.*, pp. 90-93).

Como “remédios” para esses desafios, propõe o autor o aproveitamento de outras fontes de energia elétrica e exploração mineral em conjugação com a criação de uma rede de transportes mais interligada. Cita as regiões de Três Marias e Paulo Afonso como exemplos de quedas d’água as quais poderiam ser aproveitadas para a geração de grande quantidade de energia elétrica capaz de sustentar um parque industrial robusto em seus arredores (*op. cit.*, p. 96). Poderia também ser o caso de Cachoeira Dourada, como propuseram Christovam Leite de Castro e Lucas Lopes? Se o caso, seria esse um motivo para se transferir a capital para o Triângulo Mineiro?

De todo modo, assim como Jales Machado, Peixoto da Silveira demonstra também preocupação com a crescente taxa de êxodo rural e migração para o litoral, fenômenos que, segundo ele, seriam uma “marcha à ré” do processo de ocupação dos sertões iniciado pelos

bandeirantes (*op. cit.*, p. 98). Entretanto, à diferença daquele, o problema não residiria na concentração populacional nos grandes centros urbanos, mas sim na não dispersão desses centros pelo território nacional. Silveira menciona as taxas de urbanização como elementos de correlação com o desenvolvimento econômico de uma nação, lamentando não ter o Brasil, até a década de 1950, superado a marca dos 50% de população urbana (*op. cit.*, p. 97). A descentralização industrial, nesse sentido, teria o fito de melhor distribuir Brasil afora as benesses da vida urbanizada – maiores salários, garantias trabalhistas, acesso mais farto e barato a produtos industrializados.

E qual seria o papel pensado para uma capital nacional no interior? Novamente, entra o argumento da irradiação: a transferência da capital faria com que o governo, longe do RJ e mais próximo do interior, visse a necessidade do desenvolvimento de seus arrabaldes e favorecesse planos de desconcentração industrial. Num certo sentido, aproxima-se do postulado de Jales Machado ao imaginar a capital no interior como fator de sensibilização das autoridades para a situação de iniquidade que castigava grandes porções do Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil:

Sòmente após a transferência da Capital para o divisor das águas das três grandes bacias hidrográficas brasileiras, em obediência ao determinismo geográfico já previsto há mais de cem anos, estará assentado o verdadeiro fulcro do progresso dêste País. Então, Brasília, ou “qualquer outra denominação” que tenha a nova Capital, será o ponto nodal, o *centro de irradiação* e a *encruzilhada* de nossa rêde ferroviária, rodoviária, aérea e fluvial, que farão vibrar, crescente e simultâneamente, os mais variados ramos das atividades nacionais. (*op. cit.*, p. 100; destaques nossos)

Aliando o “determinismo geográfico” varnhageniano com a esperança da irradiação das indústrias, incentivada pela melhor infraestrutura de transportes – e, como já colocado, também movida pela folgada oferta de energia elétrica e, possivelmente, de matérias primas –, Peixoto da Silveira assinala a importância desse processo como uma espécie de “novo Plano Marshall” (*op. cit.*, p. 101). Lembrando o consenso estabelecido no processo de costura das tratativas internacionais para o estabelecimento do novo paradigma político-diplomático global após o grande conflito de 1939-1945 sobre a impossibilidade de paz duradoura num mundo marcado pelo subdesenvolvimento, o deputado aponta a mesma situação analogamente ocorrendo em território nacional, com regiões desenvolvidas e industrializadas contrastando com largas porções do território nacional abandonadas economicamente: eis a repetição do argumento cepalino de crítica à reprodução das relações centro-periferia no âmbito interno.

Podemos arrematar o argumento de Silveira a esse respeito com o seguinte excerto:

Em país tão rico e diversificado, não será utopia o desenho de um novo mapa que, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, esteja pontilhado de sedes industriais para melhor aproveitamento e distribuição das riquezas. Veremos, então, acabados, uma vêz por tôdas, não apenas êsses chocantes desníveis de desenvolvimento, como também êsse divórcio ostensivo e essa luta surda ainda existentes, injustificavelmente, nos bastidores de nossa economia, entre as atividades agropecuárias e as atividades industriais. Pois, tôdas essas atividades beneficiar-se-ão, reciprocamente, por via do incremento da produção global – pelo melhor aproveitamento das riquezas – e da melhoria do padrão de vida – pelo aumento do poder aquisitivo. (*op. cit.*, p. 101)

Eis, portanto, a proposta conciliatória entre campo e cidade. No longo processo político que geraria as tratativas de “reabilitação” do setor rural na vida política, por volta dos anos 1950, como narrado por Vânia Losada Moreira (1998), em especial no governo de Juscelino Kubitschek, os projetos de Jales Machado e Peixoto da Silveira ilustram diferentes formas de endereçamento das insatisfações pela deterioração das condições no campo através de uma mesma ferramenta extensamente discutida no período: a mudança da capital federal. Esta poderia ser lida como uma “vitória” do campo sobre a cidade ou enquanto processo aprofundador – mas disseminador – de mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileiras. Novamente, “um meio para muitos fins”, como nas palavras da autora.

Encaminhamentos finais

A presente dissertação, discorrendo sobre as diferentes concepções possíveis para a transferência da capital e suas relações com o processo de estruturação territorial do Centro-Oeste, em especial do estado de Goiás, buscou fazê-lo por meio de pontos de vista tratados com menos ênfase pela historiografia: debruçamo-nos sobre os embates internos da comissão Polli Coelho, com duas propostas assaz diferentes tanto em termos de tamanho ou formato para o DF quanto no tocante às formas pensadas para sua integração com Goiás e os respectivos desdobramentos econômicos e demográficos. Nesse âmbito, procuramos também leituras possíveis no relatório da comissão José Pessoa, atentando-nos para a diferença temporal – e também de propósito – entre ambas as comissões. O projeto apresentado pela CELNCB, sofrendo alterações no Congresso, chega às mãos do marechal-presidente da

CLNCF já passando, de certa forma, por circuitos conciliatórios, expressos, por exemplo, na redução de tamanho previsto para o novo DF.

Por fim, acrescentamos a visão local, buscando uma sensibilidade na leitura dos temas tratados por *A Informação Goyana*, bem como os memoriais produzidos pelas figuras mediadoras. Tal sensibilidade foi tentada não apenas na interpretação do que foi exposto, mas também na esfera do sugerido ou mesmo do implícito. Afinal de contas, se não havia diretrizes claras, expressas pelos colaboradores da revista, a respeito das expectativas de desenvolvimento futuro de Goiás a partir da vinda da nova capital, pudemos apreender sentidos para eventuais silêncios ou afirmações mais genéricas. Assim sendo, por exemplo, a vagueza nas proposições mudancistas pôde ser lida enquanto fruto de estratégias pragmáticas de “encaixe” de tais propostas no seio de diversas iniciativas ou ideias concernentes à incorporação econômica do Centro-Oeste e circulantes a nível nacional.

Assim sendo, algumas considerações finais – melhor dizendo, encaminhamentos para futuras pesquisas – podem ser pontuadas. Em primeiro lugar, tanto no âmbito “federal” quanto “local”, diferentes foram as interpretações a respeito das formas com que a mudança da capital interferiria na produção do espaço. Em linhas gerais, havia as concepções mais conservadoras – não tanto na acepção política do termo, mas no sentido de serem visões mais “comedidas” ou “céticas” em relação ao potencial representado por uma nova cidade (e, em especial, por uma nova capital) no interior brasileiro – e as ideias mais “ambiciosas”, as quais projetavam grandes expectativas em termos de alterações no padrão demográfico e, portanto, econômico-territorial.

Do primeiro tipo, temos o exemplo dos membros da comissão Polli Coelho refratários à ideia de uma capital com função eminentemente colonizadora, sede de um governo demiúrgico que buscava interferir e produzir um território, além das ideias de Jales Machado, talvez a mais pragmática e conservadora nesse âmbito. De outro, temos propostas como as de Polli Coelho ou Peixoto da Silveira, as quais apostavam na capacidade governamental de ordenamento territorial e de correção das iniquidades regionais. Como fenômenos mais complexos, no entanto, temos uma figura como Lucas Lopes, o qual não obstante concordar com a necessidade de desconcentração demográfica, defende-a em proporções desiguais nas porções meridional e setentrional do país – além de não deixar claro se tal desconcentração seria advinda de medidas de descentralização dos polos industriais. A propósito dessa questão, a manifestação de Lucas Lopes também evidencia uma mudança em curso à época

em termos de leitura territorial: da dicotomia euclidiana litoral-sertão, amiúde abordada pela historiografia, a defesa da mudança da capital feita por Lopes traz as formas por ele imaginadas da futura divisão econômica e demográfica do País não mais entre Leste-litoral e Oeste-sertão, mas sim entre Norte esparsamente povoado (englobando também boa parte da região Nordeste) e Sul com alta densidade demográfica; esta leitura, *mutatis mutandis*, prevalece até os dias atuais.

Outro encaminhamento possível a partir deste trabalho é que, dentre as várias noções de desenvolvimento em circulação no período tratado, a que efetivamente prevaleceu para o pacto político e econômico realizado no “projeto Brasília” de JK – e, por extensão, do governo militar ulterior, forte fiador institucional do projeto – foi a que pugnava pela preocupação com a incorporação econômica das áreas do Centro-Oeste e Norte. Nesse sentido, a melhor distribuição da população pelo território seria corolária, na verdade, da forma como eram pensadas – ou melhor, como eram possíveis – as intervenções econômicas no território. Numa época de transição entre meios técnicos, nos termos de Milton Santos (2021), a relação entre demografia e produção ainda era bastante estreita, isto é, necessitava-se de grande contingente de mão de obra para a produção econômica de um espaço, fosse ele urbano ou rural. Daí que se denunciasse a intensa concentração populacional no litoral: *menos gente* significaria *menos valor* sendo produzido.

No entanto, à medida que a tecnologia avançava, em especial com a mecanização do campo, processo posto em marcha a partir dos anos 1950, aumentar-se-ia a clivagem entre a quantidade de valor gerado por uma dada atividade econômica e o número de pessoas necessário para se gerar essa atividade; conseqüentemente, menor seria o contingente de migrantes oriundos do litoral necessário para suprir a demanda das atividades econômicas no interior – principalmente se tais atividades se resumissem ao complexo agropecuário. Essa seria uma das razões pela quais a existência (ou não) de um pensamento que pugnassem a descentralização industrial seria decisiva para os desdobramentos futuros em termos de participação demográfica do Centro-Oeste no conjunto nacional. A julgar por essa hipótese, a intensa concentração populacional na faixa litorânea, observada até os dias atuais, guardaria relação com a prevalência da ideia da incorporação econômica das porções mais interioranas do País sobre outras noções, ligadas a preocupações com um desenvolvimento regional mais equânime. Tal hipótese ajudaria a explicar, por exemplo, a passagem da política varguista de “marcha para o Oeste”, baseada na ocupação da terra através do minifúndio, para o

laissez-faire juscelinista de incorporação concentrada e latifundiária das terras constituintes das frentes de expansão, mormente as localizadas às margens da rodovia Belém-Brasília.

Ambas as hipóteses, levantadas em caráter perfunctório, necessitariam de maiores pesquisas. Entretanto, esperamos que os pontos abordados neste trabalho auxiliem na elucidação das relações entre a construção de Brasília e os processos de incorporação do Centro-Oeste e, posteriormente, da Amazônia, bem como o papel do Estado e de outros agentes sociais na elaboração de estratégias e justificativas para tanto. Afinal de contas, se a história do Estado brasileiro no século XX pode ser lida como o desenvolvimento do “Leviatã com pés de barro”,⁷⁶ com todas as contradições inerentes a esse processo – crescimento econômico com desigualdade; industrialização com inflação e arrocho salarial; integração nacional com manutenção da concentração fundiária e aumento de violência no campo e na cidade –, de que maneira podemos perceber a função exercida pela cabeça desse Leviatã na criação dessas contradições? Com a palavra, os pesquisadores do presente e do futuro.

⁷⁶ Expressão derivada das considerações de Cristiano Alencar Arrais (2016), a respeito das contradições inerentes ao processo de consolidação do que ele chama de “modernização seletiva”, levada a cabo pelo Estado brasileiro e, particularmente, pelo governo goiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

A INFORMAÇÃO GOYANA. Governo do Estado de Goiás. Goiânia: AGEPEL, 2001 [Reprodução fac-similar da coleção completa da revista publicada no Rio de Janeiro por Henrique Silva e Americano do Brasil, no período de agosto de 1917 a maio de 1935].

BRASIL. *Coleção Brasília (Antecedentes históricos)*, 3v. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Presidência da República, 1960.

_____. *Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil – Relatório técnico*. Rio de Janeiro, 1948.

_____. *Comissão de Localização da Nova Capital - Relatório anual*. 1955.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24/02/1891)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 05/09/2022.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 10/11/1937)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 31/10/2023.

BUENO, Jeronimo Coimbra. *A localização do novo Distrito Federal* (Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil). Rio de Janeiro, 1948.

CRULS, Luiz. *Relatorio da Commissão Exploradora do Planalto Central do Brazil*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Cia., 1894. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/574202/001151435_Relatorio_Cruls.pdf. Acesso em 31/10/2023.

GOIÁS. *A mudança da capital federal*. Goiânia: Boletim informativo - Imprensa Oficial do Estado de Goiaz, no 3, 1949.

GOIÁS - uma nova fronteira humana. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização (Presidência), 1949.

LOPES, Lucas. *Memória sobre a mudança do Distrito Federal*. Belo Horizonte, 1946.

SILVEIRA, Peixoto da. *A nova capital: por que, para onde e como mudar a Capital Federal*. s/l: Pongetti, s/d.

PERFIS BIOGRÁFICOS

DA MONOCULTURA AO AGROBUSINESS: a história da Sociedade Nacional de Agricultura. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Verbetes biográfico – José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESSOA,%20Jos%C3%A9%20Pessoa%20Cavalcanti%20de%20Albuquerque.pdf>. Acesso em: 11/11/2023.

_____. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Verbetes biográfico – Lucas Lopes. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopes-lucas>. Acesso em: 05/09/2022.

_____. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Verbetes biográfico – Luiz Inácio de Anhaia Mello. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-romeiro-de-anhaia-melo>. Acesso em: 05/09/2022.

GALERIA DE DIRETORES (Prof. Dr. Antonio Carlos Cardoso). Disponível em: <https://www.poli.usp.br/institucional/diretoria/galeria-de-diretores/prof-dr-antonio-carlos-cardoso>. Acesso em: 03/11/2023.

ITHACA JOURNAL. Donald Belcher Obituary (2005). Disponível em: <https://www.legacy.com/us/obituaries/theithacajournal/name/donald-belcher-obituary?id=50226380>. Acesso em: 11/11/2023.

LEMOS, Rubiana Cardoso Campos. *Coimbra Bueno e Cia. Ltda: sua história a partir de duas cidades novas: Luiziânia (SP) e Rubiataba (GO)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, 2022.

OLIVEIRA, Fabíola de. *INMET - 100 anos de meteorologia no Brasil: 1909-2009*. Brasília: INMET, 2009.

PÉREZ-RAMOS, Aidyl M. de Queiróz. Resgatando a Memória dos Patronos – Geraldo Horácio Paula Souza - Cadeira nº 30. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, vol. XXVI, núm. 1, janeiro-abril, 2006, pp. 18-28.

PIONEIROS DO IBGE (Christovam Leite de Castro). Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/pioneiros-do-ibge/20856-christovam-leite-de-castro.html>. Acesso em: 03/11/2023.

PROFESSOR ODORICO DE ALBUQUERQUE. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 11 n. 1, jan-mar 1949.

OUTRAS OBRAS

ANTUNES, Thiago Henrique Costa Simões. Friedrich Ratzel e o determinismo geográfico: a construção de um estigma. **Espaço & Geografia**, vol.24, n.1 (2021), pp. 149-168.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Mobilidade discursiva: o periodismo político em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 2013.

_____; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; ARRAIS, Tadeu Alencar. *O século XX em Goiás: o advento da modernização* (coleção Trilogia Goiana, vol. 1). Goiânia: Cânone Editorial, 2016.

BACELAR, Tânia. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

BARBO, Lenora de Castro; CURADO, João Guilherme (orgs.). *Goiás + 300: reflexão e ressignificações* (cronistas e viajantes - vol. IV). Goiânia: Edições Goiás + 300, 2023.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIELSCHOWSKY, Ricardo A.; BOIANOVSKY, Mauro; COUTINHO, Mauricio Chalfin. *A history of Brazilian economic thought: from colonial times through the early 21st century*. London / New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2023.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORBA, Carlos Alberto Viera. *“Um povo sem terra numa terra sem povo”*: uma análise sobre a formação da propriedade fundiária em Goiás 1930/60. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

BORGES, Barsanufu Gomides. *O despertar dos dormentes*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, 1982.

BOTH, Amanda Chiamenti. Elites e mediação política no Estado imperial brasileiro (segunda metade do séc. XIX). **História Unicap**, v. 5, n. 10, jul./dez. de 2018.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Vieira, 2003.

_____. *Questões agrárias: bases sociais da política goiana*. Goiânia: Kelps, 2015.

CANCELLI, Elizabeth. *O Estado Novo em Marcha para o Oeste*. Curitiba: CRV, 2017.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. / Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASTIGLIONE, Luiz Henrique G.. Brasília, codinome Vera Cruz: a comissão engenheira que fundou as bases da construção da nova capital. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG/UCG, 1997.

CHAVES, Christine de Alencar. *Festas da política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2003. (Antropologia da política; 19).

CORBISIER, Roland. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

COUTO, Bruno Gontyjo do. Ideologia e utopia de Brasília: disputas em torno do projeto de Brasil moderno. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, 2013.

DERNTL, Maria Fernanda. O Plano Piloto e os planos regionais para Brasília entre fins da década de 1940 e início dos anos 60. **Rev. Bras. de Estudos Urbanos e Reg.**, São Paulo, v. 21, n. 1, pp. 26-44, jan/abr 2019.

_____. Brasília e suas unidades rurais: planos e projetos para o território do Distrito Federal entre fins da década de 1950 e início da década de 1960. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, vol. 28, 2020, pp. 1-32.

_____. Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites. **Cadernos Metropolitanos**, São Paulo, v. 22, n. 47, pp. 123-146, jan/abr 2020.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FARIAS, Darcy Dornelas de. *Terras no Distrito Federal: experiências com desapropriações em Goiás (1955-1958)*. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de História.

FERRAZ, Olimpio. *Brasília*. São Paulo, SP: Fulgor, 1961.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FRAJNDLICH, Rafael A. Urano de Carvalho; BENOIT, Alexandre Hector. Guerra e paz: os debates sobre a construção do centro cívico de Brasília. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP)**, vol. 19, 2021.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz: uma província do sertão*. Goiânia: Câne Editorial / Ed. da PUC-GO, 2010.

GICOVATE, Moisés. *Brasília*. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

_____ (org.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, Maria Thereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1988 (Coleção Teses Universitárias, 47).

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Unesp, 2014.

HOLSTON, James. *The modernist city: an anthropological critique of Brasília*. Rev. ed. of thesis (doctoral) – Yale University. The University of Chicago Press, 1989.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

INSTITUTO MAURO BORGES (Painéis IMB - Anápolis). SEGPLAN, 2016. Disponível em:

<https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/paineis-municipais/anapolis-201612.pdf>.

Acesso em: 11/11/2023.

JOFFILY, Geraldo Ireneo. *Brasília e sua ideologia*. Brasília: Thesaurus, 1977.

LANER, Izadora Carvalho. *Planejamento e desenvolvimento regional no Brasil (1955-1961)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, 2018.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITÃO, Francisco das Chagas. *Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-1964*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2003.

LE MOS, Rubiana Cardoso Campos. *Coimbra Bueno e Cia. Ltda: sua história a partir de duas cidades novas: Luiziana (SP) e Rubiataba (GO)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2022.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.

LOPES, Rodrigo. *Sonho e razão: Lucas Lopes, o planejador de JK*. São Paulo: Arx, 2006.

MAIA, Cláudio Lopes. *Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas. Goiânia, 2008.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MAGALHÃES, Luiz Ricardo. *Brasília, a utopia do centro: a cidade que prometia reinventar o Brasil*. Curitiba: CRV, 2015.

_____. *Sertão Planaltino: uma outra história de Brasília*. Curitiba: CRV, 2011.

_____. A terra como lugar (a questão fundiária no Distrito Federal). **Justiça & História / Centro de Memória do Judiciário** (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul), v. 5, n. 10, p. 251–277, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. Niterói: Ingá, 2022.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

McCREERY, David. *Frontier Goiás (1822-1889)*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

MELO, Waldemar Gomes de. *Goiás, imprensa que vivi e política*. Goiânia: Rio Branco, 1985.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Brasília, a construção da nacionalidade – um meio para muitos fins*. Vitória: EDUFES, 1998.

NEPOMUCENO, Maria de Araujo. *O papel político-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019 (Coleção O Brasil Republicano, vol. 2).

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, nordeste; planejamento e conflitos de classes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *A economia brasileira: Crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Márcio de. A participação goiana na construção de Brasília. **Sociedade e cultura**, v. 8, n. 1, jan./jun. 2005, Goiânia, pp. 97-109.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. Goiânia: Vieira, 2008.

PETTEGREE, Andrew. *The invention of news: how the world came to know about itself*. New Haven and London: Yale University Press, 2009.

PIMENTEL, Antônio Martins de Azevedo. *A nova capital federal e o Planalto Central do Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

REGO, Renato Leão. *Ideias para novas cidades: arquitetura e urbanismo no interior do Brasil do século XX*. Londrina: Kan, 2019.

RIBEIRO, Mária Bruna Pereira. A mudança da capital em debate nos artigos da Revista Brasileira de Geografia e do Boletim Geográfico (1938-1964). Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora*. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1974.

ROSA, Matheus de Araujo Martins. *Os sentidos da cooperação: embates em torno da desapropriação de terras para a construção de Brasília (1955-1958)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História), Universidade de Brasília – Departamento de História, 2020.

_____. Imprensa como fonte e agente histórico: usos d'A Matutina Meyapontense para uma historiografia da decadência. In: ANTUNES, Aline Ferreira (org.).

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos em história (3). Ponta Grossa: Atena, 2021.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SAYRE, Nathan F.. The Genesis, History, and Limits of Carrying Capacity. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 98:1, 2008, pp. 120-134. DOI: 10.1080/00045600701734356.

SINGER, Paul Israel. *Economia política da urbanização*. 14. ed. São Paulo, SP: Contexto, 1998.

SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Cãnone Editorial / AGEPEL, 2001.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. Brasília: Coordenada Editôra, 1971.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

SILVA, Robson Eleutério. *História de Planaltina em documentos: do arraial de Mestre D'Armas à construção de Brasília*. Brasília: s/ed., 2019.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Woodruff D.. Friedrich Ratzel and the origins of Lebensraum. **German Studies Review**, Vol. 3, No. 1 (Feb., 1980), pp. 51-68.

SOARES, Herick Vazquez. *A incorporação subordinada do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro: uma interpretação histórica*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, 2013.

TAMANINI, Lourenço Fernando. *Brasília: memória da construção*. Brasília: Livraria Suspensa, 2003.

TELES, José Mendonça. *A imprensa matutina*. Goiânia: Cerne, 1989.

TUBINO, Nina. *Uma luz na história*. Goiânia: Kelps, 2015.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. New York: Henry Holt and Company [recurso eletrônico], 1921.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX)*. Brasília: FUNAG, 2016.

VESENTINI, José William. *A capital da geopolítica: um estudo geográfico-político sobre a implantação de Brasília* [recurso eletrônico]. Ed. do autor, 2020.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília: Ed. UnB, 2009.

VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 2015.

VIEIRA, Tamara R. No coração do Brasil, uma capital saudável – a participação dos médicos e sanitaristas na construção de Brasília (1956-1960). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009,

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017.

VITOR, Edgard D’Almeida. *História de Brasília*. Brasília: Thesaurus, 1980.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.